Diário de Lisboa

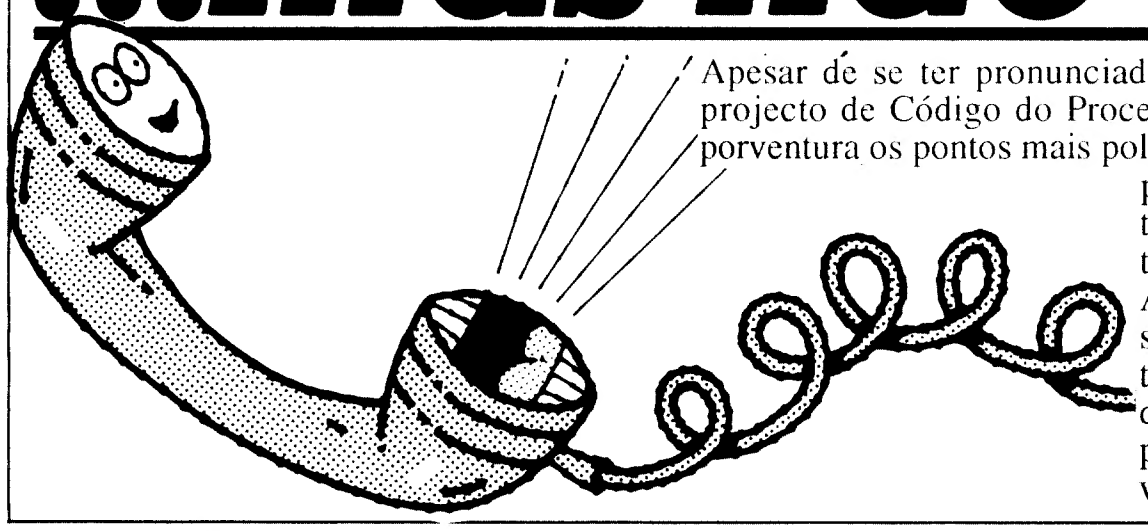
ANO 66 N.º 22 257 Quarta-feira, 7 de Janeiro de 1987 Preço 40$00

...NIFÍCIOS

P...io há dinheiro para travar a crise

Págs. Centrais

ESCUTAS SÃO CONSENTIDAS ...mas não abusem



Apesar de se ter pronunciado pela inconstitucionalidade de seis dos 16 artigos do projecto de Código do Processo Penal, o Tribunal Constitucional deixou «passar» porventura os pontos mais polémicos do articulado. Com efeito, a abertura de correspondência, as escutas telefónicas e os mandatos de captura, «restrições democráticas» da Lei de Segurança Interna foram consideradas, doze anos depois do 25 de Abril, constitucionais. A iniciativa cabe agora ao Presidente da República que pediu ao Tribunal Constitucional que se pronunciasse sobre a constitucionalidade do projecto aprovado em 5 de Dezembro do ano passado pelo Governo, admitindo-se que Mário Soares utilizará o veto constitucional.

Pág. 7

PRD ataca na defesa

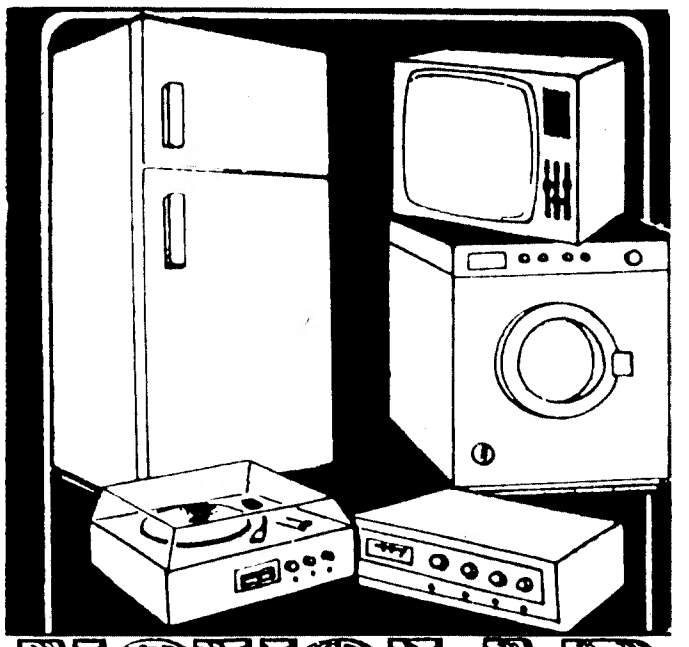
O PRD [illegible] por [illegible] defesa [illegible] ser ao [illegible]

Subinspector procurado pela PJ

Júlio Regadas foi visto em Lisboa

Júlio Regadas foi visto em Lisboa, de acordo com elementos apurados pelo «Diário de Lisboa». Far-se-ia acompanhar por um advogado, o que é considerado absolutamente normal, dado que o subinspector da Polícia Judiciária tem contra si um mandato de captura, por suspeita de envolvimento no caso de corrupção da directoria do Porto daquela corporação policial.

Pág. 32



NOVOLAR

TUDO PARA O LAR

R. Ferreira Borges, 139-143 68 79 28

R. Correia Teles, 1-3 68 68 16

Campo d'Ourique LISBOA

Diário de Lisboa

ANO 66 N.º 22 267 Quarta-feira, 7 de Janeiro de 1987 Preço 40$00

...NIFÍCIOS

Não há dinheiro para travar a crise

Pags. Centrais

ESCUTAS SÃO CONSENTIDAS ...mas não abusem

Apesar de se ter pronunciado pela inconstitucionalidade de seis dos 16 artigos do projecto de Código do Processo Penal, o Tribunal Constitucional deixou «passar» porventura os pontos mais polémicos do articulado. Com efeito, a abertura de correspondência, as escutas telefónicas e os mandatos de captura, «restrições democráticas» da Lei de Segurança Interna foram consideradas, doze anos depois do 25 de Abril, constitucionais. A iniciativa cabe agora ao Presidente da República que pediu ao Tribunal Constitucional que se pronunciasse sobre a constitucionalidade do projecto aprovado em 5 de Dezembro do ano passado pelo Governo, admitindo-se que Mário Soares utilizará o veto constitucional.

Pag. 2

PRD ataca na defesa

O PRD solicitou audiências, por carta, ao ministro da Defesa, ao Chefe do Estado Maior-General das Forças Armadas e aos chefes de Estado Maior dos três ramos para tratar de matérias relacionadas com a interpelação sobre política de defesa que vai fazer ao Governo

Continua na pag. 47

Subinspector procurado pela PJ

Júlio Regadas foi visto em Lisboa

Júlio Regadas foi visto em Lisboa, de acordo com elementos apurados pelo «Diário de Lisboa». Far-se-ia acompanhar por um advogado, o que é considerado absolutamente normal, dado que o subinspector da Polícia Judiciária tem contra si um mandato de captura, por suspeita de envolvimento no caso de corrupção da direcção do Porto daquela corporação policial.

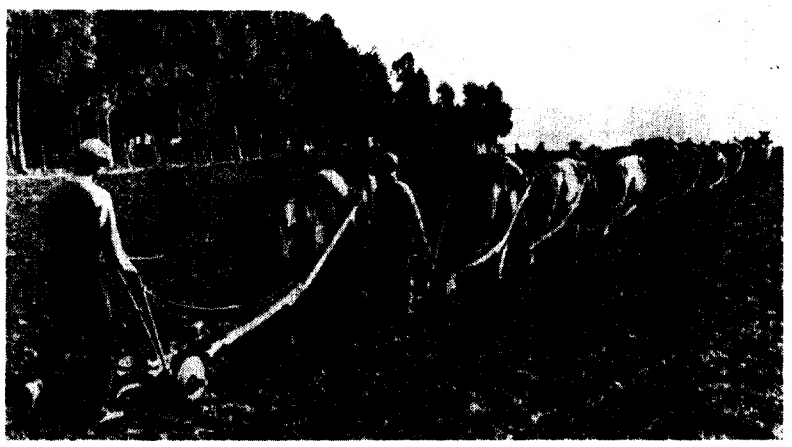
Pag. 32

O EMPREGO NO SÉCULO XXI (IV)

TRABALHO SOLIDÁRIO E COOPERATIVO

Manuel Maria

Tem-se especulado muito nestes últimos anos sobre o futuro do mundo do trabalho. Por exemplo, Michael Piore e Charles Sabel, professores do Instituto de Tecnologia de Massachusetts, publicaram um trabalho em 1985, no qual descobriam a «alternativa artesanal» como a nova forma de emprego e de organização da empresa industrial do século XXI.



Esta alternativa baseia-se no que eles chamam de «especialização flexível», uma base económica sustida por trabalhadores altamente especializados, que manejariam maquinaria multi-uso, com a qual fabricariam constantes inovações, evitando assim o fabrico de produtos em série e a obsolescência das máquinas e dos empregados.

A base económica será a família e a região industrial, dois factores que foram afastados da economia industrial do século XIX, pelas multinacionais e pela fabricação em série, e que agora recorrem ao testemunho daqueles pioneiros que já não servem. Contudo, esta é só uma de muitas fórmulas associativas, que se propõem como solução à grande empresa paternalista, caduca e sem futuro.

O associacionismo como futuro

Uns 14 mil postos de trabalho, com uma inversão superior a 28 000 milhões de pesetas a cargo de agricultores jovens, foi o balanço dos programas de incorporação de jovens nas empresas agrárias e de fomento do cooperativismo, iniciados em Espanha em 1983.

Os resultados destes dois últimos anos concretizaram-se na integração de 2500 jovens em 240 grupos; só em Castela-Leão 50 % destes jovens são mulheres.

Por outro lado, a criação de três sociedades de trabalhadores, patrocinadas pelas centrais sindicais, foi a solução definitiva para a liquidação da empresa de calçado «Festival Internacional», de Elche (Alicante). Os contratos de trabalho dos 634 trabalhadores foram rescindidos pelo Tribunal do Trabalho, mas ao mesmo tempo, criou-se como alternativa, estas três sociedades laborais. Uma delas é os «Calçados Eurocalza», com 17 sócios e 1.400 milhões de pesetas, a que se incorporaram quase imediatamente 200 trabalhadores.

Através dos planos de promoção do emprego juvenil da Comunidade de Madrid, criaram-se durante 1985, 35 empresas diferentes, constituídas por um total de 167 homens e mulheres desempregados e com idade não superior a 30 anos; estas empresas têm equipas de assessores que procuram os necessários fundos económicos e a orientação sobre as formas e vias de produção. Estas equipas encarregam-se de estudar os projectos apresentados à empresa e orientam-os nos aspectos legais, financeiros etc...

Com este sistema funciona a «Gráfica Xiana», uma empresa fundada por oito jovens, seis rapazes e duas raparigas, todos com menos de 25 anos. Na cooperativa adopta-se um sistema igualitário: todos ganham o mesmo e todos são responsáveis por tudo. O Banco de Crédito Industrial fez-lhes um empréstimo de um milhão e setecentas mil pesetas, com 10% de juro, e a Comunidade de Madrid emprestou mais um milhão e trezentas mil pesetas, sem qualquer juro. Só na Comunidade de Madrid funcionam já 35 empresas com este sistema.

A crise dos empresários tradicionais

Os empresários tradicionais estão em crise e não sabem como sair dela. Defendem agora um sistema de empresas de trabalho temporal, como forma de criação de emprego. A verdade é que muitos trabalhadores jovens com formação profissional e inclusive quadros técnicos médios e superiores preferem criar as suas próprias empresas, se lhes forem concedidas facilidades e apoio financeiro.

Nos países da OCDE, segundo se depreende duma reunião celebrada em Paris por 60 mulheres representantes de 19 países desta organização, estão a criar-se numerosas cooperativas e pequenas empresas, exclusivamente femininas, como forma de libertação da marginalização a que a mulher tem sido sujeita no mundo laboral e financeiro.

Os governos de um número crescente de países autodenominados desenvolvidos estão a assistir a um fenómeno novo. Segundo as estatísticas da OCDE, durante os últimos 25 anos, a composição da população activa foi substancialmente modificada por um aumento contínuo e generalizado de trabalho feminino. Nos Estados Unidos, Noruega, Suécia e no Reino Unido, assiste-se a um número crescente de «mulheres que trabalham por conta própria». Existe uma variada gama de actividades autogeridas e independentes, porque a mulher tem que lutar contra a discriminação: os homens recebem todas as ajudas. Daí a formação desta associação de mulheres na empresa, nos 10 países da OCDE.

Outro aspecto novo é a criação de miniquintas no sector agrário para dar trabalho a jovens, que muitas vezes vêm repelidos das sociedades urbanas e que procuram no campo, não só um meio de vida, mas também um meio de vida melhor, longe da alienação provocada pela cidade. Entre 1984 e 1985, um total de 36 700 jovens integraram-se nos programas de ajuda do Ministério da Agricultura espanhol.

Outra revolução industrial

As SALES (Sociedades Anónimas Laborais poderão ser uma revolução industrial; trata-se de um sistema de organização empresarial, no qual os trabalhadores despedidos de uma empresa em crise, tomam-na como indemnização e organizam a produção de uma forma puramente cooerativa. Esta fórmula conseguiu, embora minimamente, baixar o batalhão de desempregados e está a despertar as expectativas em países como a Itália e a França, prometendo estender-se a toda a Europa.

Outra fórmula é a reabilitação de aldeias abandonadas, como aconteceu com duas na província de Huesca, reabilitadas por iniciativa das centrais sindicais e que pretendem criar postos de trabalho a partir das quintas agro-pecuárias e do turismo. Cada aldeia assegura de momento, cerca de dez postos de trabalho fixos e mais 20 eventuais.

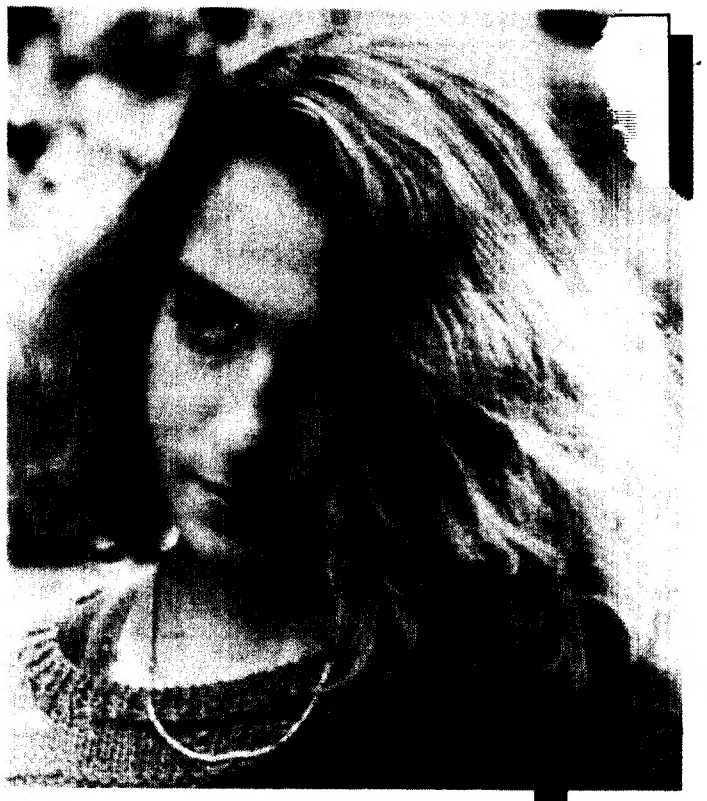
A OCDE, através do seu programa de Iniciativas Locais de Emprego (ILE), está a promover ideias e realizações de reconstrução industrial e produtiva que, na Andaluzia, por exemplo, se materializa no Plano de Desenvolvimento Comunitário, o qual pretende mudar o signo terceiromundista do PER, Plano de Emprego Rural, que, embora ajude a eliminar a fome, não resolve o problema do homem andaluz.

O PER dá dinheiro na troca de actividades sem fruto; é simplesmente uma subvenção da fome, um subsídio de desemprego. O Plano de Desenvolvimento Comunitário fomenta o associacionismo das pessoas na actividade produtiva. A partir dos produtos agrários, criam-se cooperativas de transformação destes mesmos produtos e já são realidade vários complexos industriais (embora de dimensões reduzidas em Lebrija (Sevilha). A acção cultural une-se a estas alternativas laborais.

Desde logo, se o modos associativos não conseguem fazer arrancar a economia agrária da Europa, a fome e a miséria serão as características mais europeias do século XXI. Contudo, a esperança é grande porque se baseia no homem; não confia nos governos ne nos poderes políticos. Da economia paralela passou-se ao auo-emprego e ao associacionismo laboral. E o indivíduo, apoiado algumas vezes pelas iniciativas políticas, quem sairá da crise com as próprias forças.

Quinta-feira: V O Pobre Papel do Estado Pobre

JOVENS PUDESSEM...



Ana Melo
16 anos, estudante
(10º ano unificado)

"As mulheres são misteriosas"

— Se fosses Deus ou governante, o que farias de bom neste novo ano?

— Bem, eu não gostaria nada de ser Deus nem de ser governante. São tarefas muito difíceis. É preciso ter um grande poder e eu não tenho poder nenhum. Os que vão para o Governo não conseguem fazer nada! Ia eu conseguir?

— Gostas de estudar?

— Não. Enfim, também não gostaria de já saber tudo à nascença, mas sinceramente que não gosto de estudar. Para mais quando o que aprendemos não interessa a ninguém.

— Não interessa a ninguém?

— Sim. Há disciplinas que deviam ser cortadas. Quem as pôs lá teve decisões bem malucas.

— Por exemplo?

— Organização e Administração de Empresas. É muito engraçado... mas de que é que me serve?

— Ora, se não gostas de estudar, tentas ao máximo estudar o mínimo, não é?

— Sim, procuro estudar só o essencial. As pessoas que decoram fazem-me impressão.

— E isso traduz-se em quanto tempo de estudo por dia?

— Uma hora. E às vezes não estudo sequer.

— E quando não estudas o que fazes?

— Ouço música.

- Que música?

— Brasileira. Gosto muito das canções suaves.

- És romântica?

— Mais ou menos.

- Tens namorado?

- Agora não, mas já tive.

- E nessas alturas sentiste-te romântica?

— Ah, sim. Nessas alturas com certeza.

- Rapazes e raparigas são diferentes ou são iguais?

- Iguais.

- Qual achas que é a melhor característica numa rapariga?

- A simpatia.

- E num rapaz?

— Também a simpatia.

- Então são mesmo muito iguais...

— Sim, mas as mulheres são misteriosas.

- Como tu?

- Não sou eu quem vai saber...

PROJECTO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Aceleração do processo: uma quimera

Luís de Carvalho e Oliveira

Os nossos legisladores de matéria processual manifestam particular preocupação e cuidado pela aceleração do processo. Já nas últimas reformas parciais do Código de Processo Civil tal preocupação foi mais que evidente até nas disposições e contradisposições relativas à contagem dos prazos. No projecto do Código de Processo Penal tal preocupação continua e o desvelado propósito de eliminação dos atrasos dos processos longamente em curso e a aguardar decisão final vem ao de cima.

É mais que sabido que a Justiça portuguesa, embora diligente na actividade, sem horário dos magistrados e funcionários judiciais, está à beira de rotura — querendo dizer-se com isto que de tal forma desmerece entre os cidadãos que a ela precisam de recorrer, por tardias e mais que desatempadas decisões, que pode chegar-se à opção da vindicta privada, embora desta possam ocorrer consequênias criminais, a que o desespero nem sempre atende.

Em algumas comarcas há processos com mais de meia dúzia de anos e que deviam ser resolvidos em meia dúzia de meses se os prazos processuais fossem cumpridos.

Não vamos ocupar-nos de tudo quanto está legislado em matéria processual nos diversos ramos de processo, criminal, civil, fiscal, aduaneiro, etc. tão-somente queremos dar um apontamento sobre a quimera que está a projectar-se, relativamente ao processo penal, sem nos furtarmos a conscientes considerações que pareçam oportunas. Há prazos de dois dias no projecto do Código de Processo Penal. E há prazos gerais de cinco dias. O Artigo 106.º do Projecto diz que os funcionários de Justiça lavram os termos do processo e passam os mandados no prazo de dois dias, não se aplicando este prazo quando o Código estabelecer prazos diferentes, nem quando houver arguidos detidos ou presos e o prazo ali fixado afectar o tempo de privação da liberdade, neste último caso os actos serão praticados imediatamente e com preferência sobre qualquer outro serviço.

Em comarcas arredias, de pouco ou pouquíssimo movimento, estando preenchidos os quadros actuais, será possível cumprir esta disposição do Projecto. Mas em comarcas de maior movimento com centenas de processos a exigirem termos e passagem de mandados não parece possível o cumprimento deste prazo. É que um termo de um processo exige pelo menos meditação e, por vezes, revisão, embora ligeira, do que no processo se passou para que não venha a lavrar-se um termo inútil, de pura repetição e sem intresse. O mesmo poderá dizer-se da passagem de mandados.

Relativamente aos actos dos juízes, não se encontrando qualquer outra disposição, terá de entender-se que o prazo é de cinco dias.

Uma coisa é a meta a atingir, outra coisa é o possível dentro de um prazo curto já que o Projecto do Código de Processo Penal foi feito para entrada em vigor logo que tivesse sido, pela Assembleia da República, dada ao Governo autorização legislativa.

Parece-nos para já e por muitos e bons (ou maus) anos que se está a legislar para se não cumprir. É certo que o Projecto em causa contém disposições expressas para aceleração de processos atrasados, ms a realidade sobrepor-se-á a tudo quanto para tal aceleração foi projectado já que, no dizer popular, sem ovos se não fazem omoletas. Ora, pelo Parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias da Assembleia da República, tendo feito um inquérito através de vários e rápidos contactos com diversas entidades ligadas ao foro pôde saber-se que «**contribuem, sem dúvida, para a situação actual (atraso nos processos): o explosivo crescimento do volume de processos, o facto de, durante largo tempo, grande número de comarcas ter estado sem juiz e sem delegado do Mº Pº (dezassete comarcas mais de um ano sem delegado; dez mais de dois anos; trinta e nove mais de três anos) os problemas de formação e reciclagem de funcionários e até de magistrados, as carências de serviços administrativos, o carácter ancilosado e burocratizado dos métodos, dos sistemas de apoio, as insuficiências de instalações e equipamentos, as indefinições do programa criminal. O recente inquérito-diagnóstico ao Ministério Público que a Comissão pode examinar revela que em mais de quinhentos magistrados do Ministério Público quase duzentos partilhavam o gabinete com outro ou outros magistrados, em certos casos trabalhando em áreas inferiores a cinco metros quadrados, em instalações as mais das vezes degradadas ou indignas». «Por outro lado nenhum tribunal de instrução criminal tem salas de audiências, muitos deles nem sequer têm secretarias, o Tribunal Criminal de Lisboa é largamente insuficiente para o movimento actual, o Supremo e as Relações estão carecidas de instalações que possam servir adequadamente de salas de audiência e de gabinetes de magistrados».** «... a Comissão considera justo assinalar que neste quadro **só o esforço conjugado dos magistrados tem permitido impedir um ainda maior agravamento da justiça penal e até baixar o número de pendências».** Mais adiante, tocando o ponto crucial da prevenção e investigação criminal o parecer da Comissão diz que «**afigura-se igualmente necessário caminhar no sentido do preenchimento dos cerca de quatrocentos lugares do quadro já criados e da satisfação das carências organizativas e financeiras presentemente existentes...**»

É desejável que um dia possa vir a ser praticável um Código de Processo Penal, que não este, em certos aspectos, mas para que não resulte maior descrédito para a legislação e para os legisladores, para o Governo e de uma maneira geral para todos os órgãos de soberania, seria desejável que, no respeitante à celeridade tal viesse a ser lei praticável, mas para tanto será indispensável que, pelo menos, as faltas mais gritantes de meios venham a ser superadas antes que qualquer Projecto de Código de Processo Penal se torne lei e a todos obrigue sem que muitos não possam cumpri-la.

A questão do Português

Luís Miranda Rocha

A Comissão Parlamentar de Educação vai pedir (ou já pediu) a revogação do despacho de João de Deus Pinheiro determinando que, a partir do ano lectivo em curso e nos ensinos preparatório e secundário, não poderão transitar para o ano seguinte os alunos que tiveram notação negativa na disciplina de Português. Iniciativa dos partidos da oposição à esquerda do actual Executivo, a decisão é mais do que provável que vá avante, pondo termo a uma das mais desastradas (e, antes disso, insensatas) resoluções do MEC, e apontando com justeza para o fundo (ou alguns fundos) da questão, onde há para solucionar e resolver, problemas bem mais graves — como causas, mais do que consequências, da situação que a legislação algo **ad hoc** *do Executivo pretende ultrapassar.*

Quem escreve estas linhas não é professor, mas, como toda a gente interessada nisto, tem lido e ouvido, da parte de professores e a propósito da questão do Português, inúmeras queixas contra o ministério. E parece que todas se poderão resumir nestes termos. A questão do Português, aquém e além das suas especificidades, é inseparável de outras que se levantam na actual situação da educação em Portugal, e só poderá ser minimamente solucionada sobre uma reforma profunda da estrutura, do sistema e até do regime, no sector. Mas, entretanto, haverá medidas pontuais a tomar, as quais podem, de algum modo, melhorar a situação.

Uma dessas medidas seria dividir a disciplina de Português em duas ou mais disciplinas (de Português) logo a partir do 7.º ano unificado, pelo menos, e pelo menos para enquadrar duas situações ou dois graus de aproveitamento (ou interesse, antes disso, ou facilidade de aproveitamento, ou de interesse) escolar por parte dos alunos.

Outra, alargar, e consideravelmente, o número de aulas e de horas semanais de Português. Lemos algures que em França o Francês tem umas dez horas semanais ao nível secundário; em Portugal, o Português tem cinco. E consta que em França a situação do Francês caracteriza-se por problemas muito semelhantes à do Português em Portugal. Talvez um pouco por toda a parte, ou, pelo menos, nos países ocidentais, as novas gerações têm grandes dificuldades em adquirir aquele mínimo de competência linguística sem a qual, pode dizer-se, qualquer um, uma vez saído da escola, não está apto para viver uma relação produtiva, criativa e futurante (consequente) com a comunidade a que pertence. E isso desnacionaliza um tanto a questão — se bem que a resolução dos problemas tenha de ser definida e praticada em cada país, sem contar com os outros, para além do que se deve ter em conta de técnicas, metodologias, etc.

Nada disto seria solução eficaz se entretanto faltassem professores preparados para aplicar tais medidas na resolução do problema. E faltam professores, como é sobejamente sabido. Professores habilitados e preparados científica e pedagogicamente — em princípio, pois, dotados de um mínimo de competência.

Ainda um dia destes os jornais divulgavam, de conclusões de um estudo feito no âmbito do Ministério da Educação — uns 48 por cento dos professores que leccionam no preparatório e no secundário não têm a formação pedagógica que a profissionalização liminar e elementarmente exige. E, desses, cerca de um quarto nem sequer têm habilitações próprias para a docência que exercem. Não conhecemos mais pormenores — mas pode calcular-se (certamente sem margem de erro muito larga) que os professores de Português têm uma larga participação nessa percentagem.

Os professores de Português. E os outros?

A questão do Português está a ser talvez demasiado empolada — foi o **patriotismo** do MEC (aliás, do ideário do actual Executivo, e não menos de Executivos anteriores, diga-se) que o empolou. Por facilidade, por falta de perspectivas, ou mesmo, e desde logo, de um ideário coerente e consequente — aberto, progessivo, digamos mesmo, progressista —, que pudesse animar, informar e enformar uma visão larga e mais correcta da questão. E uma visão assim teria em conta, tanto ou quase tanto quanto o problema da língua, do seu uso, da sua prática, também os problemas de outros sectores ou frentes da formação escolar de igual modo sensíveis e melindrosos, como a Educação Visual, a Educação Musical, e também, por certo, os Trabalhos Manuais, a Educação Física.

A questão do Português é, certamente, muito importante e grave. Mas o empolamento desta questão só tem iludido estas outras questões de que a importância e a gravidade estão longe de ser menores.

A que se deve isto? Talvez à prevalência ainda da ideia de que o importante é saber ler, escrever e contar, e ver e ouvir, por exemplo, funções auxiliares, secundárias, subsidiárias.

Dizê-lo é excessivo e injusto, num confronto com uma vastidão inúmera de ideias novas que a generalidade dos professores tem introduzido nas escolas. Mas a questão não é com os professores e sim com o Estado, ou seja, a administração política, particularmente no sector da educação e do ensino. Muitas das melhorias têm sido introduzidas pelos professores, tantas vezes à revelia dos programas que a administração estatal das escolas propõe (ou impõe). Não é segredo, bem pelo contrário: os professores são logo as primeiras vítimas dessa situação. Continuam a sê-lo, aliás: começaram a sê-lo muito antes, como alunos.

Macau no Conselho de Estado

CAVACO LEU AOS CONSELHEIROS OS DOCUMENTOS QUE DESCONHECIA

Afinal Eanes tinha razão. O documento sobre Macau que ninguém sabia onde se encontrava existia. Existiam aliás dois documentos relativos às conversações entre a China e Portugal sobre Macau e o estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países, que foram ontem lidos por Cavaco Silva na reunião do Conselho de Estado. Deve-se pois à insistência do ex-Presidente da República a recuperação de dois documentos importantes para a discussão de um importante problema que do Estado português.

Segundo o comunicado do Conselho de Estado divulgado aos órgãos de comunicação social, trata-se da «acta das conversações sobre a questão de Macau» e do «comunicado conjunto sobre o estabelecimento de relações diplomáticas entre a China e Portugal».

Tal como havia sido divulgado, o comunicado do Conselho de Estado confirma também que «esses documentos foram subscritos pelos embaixadores de Portugal e da República Popular da China em Paris, no dia 8 de Fevereiro de 1979, em nome dos respectivos Governos na sequência de anteriores conversações».

Como se sabe o paradeiro desses documentos motivou declarações contraditórias do ex-Presidente da República, general Ramalho Eanes, e do actual Primeiro Ministro, Cavaco Silva. O primeiro afirmava que esses documentos existiam. O segundo declarava que não tinha conhecimento deles e que não se encontravam nos arquivos do seu Gabinete. Enquanto decorria esta polémica, o Ministério dos Negócios Estrangeiros, que tinha os documentos nos seus cofres, mantinha um estranho silêncio.

A reunião do Conselho de Estado, na qual apenas não participou o presidente do Tribunal Constitucional, Marques Guedes, que presidia a uma reunião daquele órgão, durou quatro horas e meia.

Segundo o comunicado divulgado aos órgãos de comunicação social, os conselheiros ouviram exposições de Mário Soares e Cavaco Silva sobre as negociações em curso com a China para a transferência da administração de Macau e as posições expressas por ambos «mereceram globalmente a concordância do Conselho».

Os conselheiros «consideraram da maior importância a manutenção da estabilidade e do desenvolvimento do território, a defesa dos interesses portugueses e, bem assim, a preservacão e desenvolvimento das relações de amizade e cooperação com a República Popular da China».

Pré-campanha eleitoral?

PSD espalha milhões de folhetos de propaganda do Governo Cavaco

O PSD está a distribuír por todo o país cinco folhetos, numa tiragem global de dois milhões de exemplares, no âmbito de uma «campanha informativa de divulgação da actividade» do Governo de Cavaco Silva.

Sob a palavra de ordem «governar melhor é assim», os cinco folhetos referem-se aos temas de economia, habitação, juventude, agricultura e segurança social.

Com aspecto gráfico e linguagem típicos de uma campanha eleitoral, os referidos panfletos adoptam ainda, à cabeça das páginas centrais,

o slogan «governar o melhor, para todos! ».

Frisando que «governar melhor é definir claramente objectivos», os cinco folhetos consideram ainda, que «os resultados estão à vista: os portugueses estão a viver melhor».

O folheto alusivo à acção económica do Executivo fala de um aumento de produção de 4 por cento, «superior ao da média dos países da CEE», refere que os impostos foram reduzidos e acrescenta que «o desemprego baixou pela primeira vez desde há vários anos».

O documento relativo à segurança social acentua a actualização das pensões de invalidez e velhice e a integração dos trabalhadores agrícolas no regime da segurança social.

Quanto à política de habitação, sublinha-se a política de descida das taxas de juro e a criação das contas poupança-habitação.

O cartão jovem, os programas Ocupação de Tempos Livres e Férias Desportivas, o estatuto do jovem agricultor, a redução do serviço militar obrigatório e a criação do Fundo de Apoio à Iniciativa de Jovens Empresários, são as principais medidas destacadas no folheto sobre a juventude.

Finalmente, o folheto relativo à agricultura alude também à integração dos trabalhadores agrícolas na segurança social(510 mil), refere os preços para os adubos, subsídios «justos» para o gasóleo, as medidas de apoio ao concentrado de tomate e aos produtores de vinho e os diplomas sobre a caça e emparcelamento rural.

Na presença de Soares e de Cavaco

Comissão para as Comemorações dos Descobrimentros Portugueses toma hoje posse na Ajuda

A comissão nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses toma hoje posse na presença do presidente da República e do primeiro-ministro. A comissão, que depende directamente do chefe do Governo, tem por missão preparar e organizar as comemorações dos descobrimentos portugueses, cujas efemérides se registam a partir deste ano até ao ano de 2000.

A cerimónia realiza-se na sala do Palácio da Ajuda onde, habitualmente, tomam posse os governos da República.

A comissão será presidida pelo comandante Serra Brandão e nela estarão representados os Ministérios da Defesa, Finanças, Plano e Admnistração do Território, Negócios Estrangeiros, Educação e Cultura, Governos das Regiões Autónomas, Academia Portuguesa de História, Academia das Ciências de Lisboa, Academia da Marinha, Sociedade de Geografia e Fundação Calouste Gulbenkian. Outras personalidades, como Guimarães Lobato e Clara Junqueiro farão parte da comissão. Recorde-se, entretanto, que este ano se comemora o quinto centenário da passagem do Cabo da Boa Esperança por Bartolomeu Dias. Outras datas a assinalar são a chegada de Vasco da Gama à India, em 1498, e a descoberta do Brasil, em 1500.

Na sua mensagem à Nação

Maria Pia reafirma a intenção de não abdicar dos direitos dinásticos

«Não abdiquei nem abdicarei nunca dos direitos dinásticos e outros que por graça da Deus e morte sem descendência de meu irmão Dom Manuel II são constitucionalmente meus e da minha descendência por serem direitos dos continuadores directos do ramo dos legítimos reis de Portugal e de D. Maria II», afirma Maria Pia de Bragança numa mensagem dirigida, ontem, dia dos Reis, à «Nação Portuguesa».

Nascida em 1907, Maria Pia de Bragança foi reconhecida pelo Rei D. Carlos como sendo sua filha. Todavia, nunca conseguiu tomar posse da herança de seu irmão, entregue à Casa de Bragança e presentemente administrada por D. Duarte Pio, que pertence ao ramo miguelista da família. Segundo se pode ler na mensagem de Maria Pia, a Fundação da Casa de Bragança foi entregue à família de D. Duarte por um «decreto caduco», «que viola os bens que pertencem também à Nação Portuguesa».

Na sua mensagem, Maria Pia faz um apelo ao «chefe do Estado democrático para que revogue o decreto caduco de Salazar», recordando-lhe simultaneamente uma frase que o próprio Mário Soares, seu advogado no exílio, teria proferido logo após o 25 de Abril de 1974: «Senhora Dona Maria Pia: mande preparar as malas e venha folgar a sua velhice em Portugal».

Estamos no ano do Jubileu.
Portugal comemora os 75 anos
de Turismo Institucional.
Não perca a Exposição Retrospectiva
do Turismo Português no Séc. XX.
visite a FILTUR
de 9 a 17 de Janeiro
na FIL Feira Internacional de Lisboa

MDP/CDE apresenta projecto de lei sobre regionalização administrativa

Pegando numa ideia que foi debatida na Convenção da Esquerda Democrática, onde alguns dos seus dirigentes participaram, vem o MDP/CDE apresentar ao Parlamento um projecto de lei que visa a institucionalização das regiões administrativas.

Não que a ideia seja nova, surgindo isso sim da vontade de continuação de um espírito inscrito claramente na Constituição mas que tem sido sucessivamente bloqueado pelos diversos governos.

Trata-se assim da continuação de um processo que ficou a meio e que teve como auge a completa implantação do poder autárquico, de que recentemente se comemorou o décimo aniversário.

Apontava a Constituição que o poder político comportaria três níveis de exercício, o central, o regional e o local, por meio de uma administração aberta à participação dos cidadãos, autarquicamente, e com base num planeamento que corrigisse as assimetrias territoriais e sectoriais.

É tempo agora, na perspectiva do grupo parlamentar do MDP/CDE, para a «institucionalização do processo de regionalização», definindo-se as regiões sócio-geográficas que sejam o suporte dos entes de direito político-administrativo a que se deverá designar por regiões administrativas.

São assim princípios básicos no projecto de lei daquele partido a democratização da sociedade portuguesa, a participação das populações nas decisões e um planeamento que seja simultaneamente central, regional e local, assegurando um eficaz desenvolvimento socioeconómico do País.

No domínio da regionalização, o que o projecto de lei, ontem apresentado em conferência de Imprensa pelo MDP/CDE, com as presenças dos deputados José Manuel Tengarrinha e Raul Castro e ainda de Alfredo Cruz, do gabinete de estudos do partido, e Gonçalves André, do seu departamento de informação, valoriza, privilegiadamente, é a própria regionalização do poder político.

Como? Estabelecendo unidades territoriais dotadas de personalidade e identificação. Para isso o MDP/CDE enumera algumas implicações no seu projecto de lei quadro. Designadamente que o poder regional autárquico não interfira na autonomia e no desenvolvimento do poder local nem que subverta a coexistência dos órgãos desconcentrados da administração central.

E é por estas implicações imediatas que se antevê a necessidade de uma remodelação das leis que delimitam e articulam as competências das administrações central, regional e local. Assim, todos os organismos governamentais que deixassem de se justificar perante a institucionalização das regiões administrativas teriam de ser extintos.

O MDP/CDE tem a noção de que a delimitação espacial fundada pela regionalização administrativa contribuiria operativamente para um veradadeiro plano desenvolvimentista, e isso não deixou de ser afirmado na conferência de Imprensa ontem relizada.

O projecto de lei entende que tal processo terá de ser faseado, e desse modo um primeiro tempo seria aplicado na formulação de unidades territoriais viáveis segundo objectivos regionais de desenvolvimento, e um segundo na estimulação e auscultação dos munícipes, revitalizando-se o funciomamento das assembleias municipais.

Ainda a Lei da Rádio

UMA PERVERSA INTERPRETAÇÃO

Aurea Sampaio

Na preversa interpretação do líder parlamentar do PSD, António Capucho, feita durante a sessão parlamentar de ontem, a aprovação da lei do licenciamento das novas estações emissoras de Rádio pelos renovadores pode representar pouco mais do que «uma interessante jogada política». Nesta óptica, o PRD não teria feito mais do que tentar abrir brechas nas hostes socialistas e, por acréscimo, provocar o veto presidencial num diploma que parece ter causado evidente mal estar no Palácio de Belém.

Isto porque, recorde-se, o despacho de 3 de Outubro de 1985 que atribuiu a título precário as frequências à Renascença e à RDP foi assinado pelo punho de um secretário de Estado do Partido Socialista. Mário Soares era então o Primeiro Ministro do Governo do Bloco Central e, agora, o destino do diploma está, de facto, nas suas mãos.

Houve ou não compromisso de Estado? O PSD e o Governo dizem que sim, os renovadores não acreditam mas insistem com o Presidente para que o «diga claramente» a fim de se «evitarem especulações» e o PS pela voz de Manuel Alegre declarou ontem no plenário da Assembleia da República que «apesar da solidariedade para com o Governo de que fez parte não se encontra prisioneiro de uma posição que não foi do partido».

Que pode fazer Mário Soares? Se vetar o diploma a conclusão política tirou-a ontem o renovador Alexandre Manuel: «colocar-se-ia deliberadamente contra a maioria que o elegeu» para além de deixar claro que «houve compromissos políticos». Por outro lado causaria evidentes problemas à actual direcção do Partido Socialista e, sobretudo, ao seu grupo parlamentar que tanto se empenhou na aprovação desta lei. Nesse caso, os socialistas teriam que retomar as teses contidas no seu projecto de lei dos Audiovisuais que prevê a reversão para o domínio público das frequências atribuidas mas que não estão a ser utilizadas.

Mas se o Presidente da República o deixar passar interessante será apreciar a atitude da Igreja e dos sectores governamentais.

O tom do conflito

Também ontem, o discurso de António Capucho deixou antever o tom em que se desenrolaria um tal conflito. Depois de desdenhar a «renovação» prometida pelo secretário-geral do Partido Socialista, o deputado do PSD diria a certa altura: «Ao menos, o dr. Soares continha alguns ímpetos anticlericais primários ao nível do mero verbalismo desgarrado e inconsequente. Agora, com este voto, parece que certas influências pouco transparentes passaram a ser determinantes». É demasiado clara a alusão que entronca, aliás, com as acusações vindas do lado da hierarquia católica contra «os jacobinos» e as «forças da maçonaria» que teriam inspirado esta lei.

Contra este tipo de «guerra» se bateram ontem todos os partidos de oposição de esquerda no Parlamento.

Particularmente duro foi o deputado renovador Alexandre Manuel com a força que lhe advém de, além do mais, ser um destacado activista católico. Mais uma vez esgrimiu com números - até agora não desmentidos - para provar os privilégios da Emissora Católica no espectro radioeléctrico: 24 frequências moduladas (quase o dobro da Antena 1 ou da Rádio Comercial); 17 ondas médias (mais uma que a Antena 1 e cinco que a Comercial) e a possibilidade de emitir em onda curta «caso único em estações privadas da Europa». Mas o deputado renovador foi mais longe ao não hesitar em afirmar que não confunde «Rádio Renascença com Igreja nem departamento comercial da Renascença com os meios necessários para que a Igreja possa transmitir a sua mensagem». Além do mais, considerou, «há muito de Igreja em tantas estações emissoras, em muitas das rádios locais onde trabalham sacerdotes e leigos cristãos, com um testemunho evangélico bastante mais claro do que o que transparece em muita da programação da publicidade e da informação da emissora católica oficial».

E se Jorge Lemos, da parte do PCP, se preocupou sobretudo em aproveitar para mais uma vez zurzir a política de Comunicação Social do Governo, já Ferraz de Abreu, líder da bancada socialista, não deixou de recordar que «este coro de vozes contrasta com o silêncio com que no passado se acolheram leis iníquas, essas sim, que privam os cidadãos de todo e qualquer direito».

De resto, todos os partidos à esquerda não deixaram de sublinhar a justeza de uma lei que não pode ser confundida com quaisquer atentados à liberdade da Igreja difundir a sua mensagem.

Presunção e água benta

Já no período da ordem do dia, as atenções voltaram-se para a discussão de três projectos de lei — do PS, PRD e PCP — cujo objectivo genérico é, em síntese, limitar os poderes do Ministro da Agricultura na atribuição de reservas na zona da Reforma Agrária. Mas se há da parte dos três partidos como um acordo tácito quanto a este objectivo o mesmo já não se passa quanto à sede para a qual devem ser transferidos esses mesmos poderes. O PS coloca-os sob a alçada dos tribunais, o PRD mantem-os no Governo, mas sujeitando a entrega de cada reserva a um parecer prévio de legalidade confirmado pelos tribunais e, finalmente, o PCP pretende a pura e simples cessação de todas as entregas de reservas até terminar o inquérito que o Parlamento está a fazer à actuação do Ministro da Agricultura.

A marcação do debate coube ao PCP, mas apenas o MDP anunciou já na sessão de ontem o sentido do seu voto: vai aprovar os três projectos. Isto porque, afirmou Raul de Castro, todos pretentem pôr cobro «à situação perfeitamente injusta e de clamorosas consequências» que se vive na zona da Reforma Agrária.

Mas a votação ficou adiadapara amanhã à tarde. De manhã o PS e o PRD vão decidir, em reuniões dos respectivos grupos parlamentares, a posição a adopar. A opção poderá ser aprovar os três projectos na generalidade e remetê-los depois para a comissão da especialidade. De qualquer forma, as movimentações de bastidores que ontem se desenvolveram não permitiram ainda encontrar o consenso necessário neste sentido.

Realce para a intervenção do ministro Barreto na sessão de ontem. Fez um discurso com um objectivo óbvio: envolver renovadores e socialistas na estratégia de «paralisação da entrega de reservas» que «desde há meses» o PCP estaria a desenvolver. Assim, não hesitou em considerar apenas como «coerente» o projecto dos comunistas e «inconstitucionais» tanto o do PS como o do PRD que, na sua óptica, apenas apareceriam «a reboque» do primeiro. Isto escandalizou o socialista Lopes Cardoso. Bem disposto, Álvaro Barreto retorquiria: «Fico contente por saber que nesta Assembleia ainda há quem saiba menos de Constituição do que eu». O deputado do PS não hesitou na resposta: «Presunção e água benta cada um toma a que quer. Água benta não costumo tomar, presunção posso ter alguma».

Receio da bipolarização PSD-APU?

Constâncio vincula regionalização ao processo de revisão constitucional

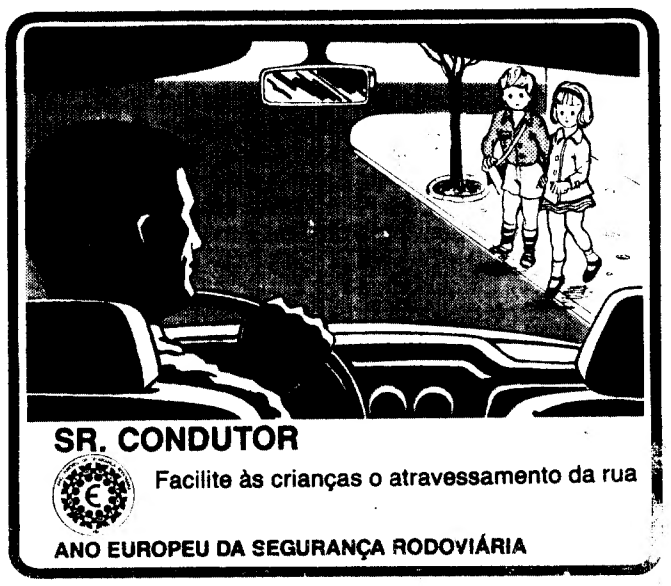
Vítor Constâncio defendeu em Coimbra um processo de regionalização «consensual, participado e gradual» e através da revisão constitucional, de modo de modo a permitir uma composição das assembleias regionais que reflicta o quadro partidário resultante de eleições directas.

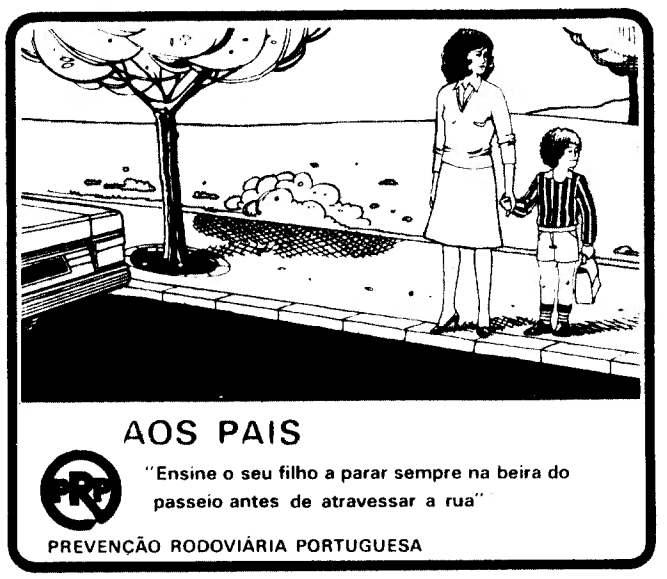
O líder do PS, que falava na Faculdade de Economia de Coimbra num debate sobre regionalização, frisou que «o processo de inerências das assembleias regionais conduz a que das assembleias municipais só saia um representante, precisamente o do partido maioritário».

Temendo, aparentemente, o domínio do PSD ou da APU nas futuras regiões administrativas(ou seja, uma bipolarização diferente da que ele próprio preconiza), Constâncio sustentou que, na legislação a aprovar, os presidentes dos executivos das regiões administrativas não devem ser eleitos indefinidamente e que é necessário «evitar a personalização dos cargos».

O secretário-geral do PS defendeu a criação de sete regiões administrativas— Entre Douro e Minho, Trás—os—Montes e Alto Douro, Beira Litoral, Beira Interior, Estremadura e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve— e salientou que elas deverão estar «ligadas a funções de desenvolvimento regional das zonas mais carenciadas do país» e deverão funcionar como «autarquias auxiliares do Estado, com funções associativas mais ligadas ao esforço de desenvolvimento económico do que propriamente à multiplicação de serviços públicos unicamente dependentes da administração regional».

Disse, a propósito, ser fundamental que a futura administração regional «não substitua as funções próprias da administração central e da administração municipal».





Em Maio de 1960, Nikita Krutshchev completava as «depurações» nos órgãos dirigentes da URSS, consolidando o seu poder. A 5 de Maio o «DL» chamava a atenção, na primeira página, para as «importantes modificações entre os dirigentes soviéticos», indicando os nomes dos que eram destituídos e dos que ascendiam a posições mais altas. Entre estes últimos, contava-se Breznev, considerado, então, como um «protegido» de Krutshcev, com quem trabalhara na Ucrânia. Poucos anos mais tarde, apoiado em Suslov, Breznev levaria à queda de Krutshchev. Mas no primeiro semestre de 1960, a Imprensa ocidental mostrava-se sobretudo preocupada em saber se a subida dos novos dirigentes produziria alterações na política externa de Moscovo.

A ascensão de Breznev

Estaline encarregou-se de impedir que qualquer «herdeiro» emergisse durante o seu tempo de vida. O resultado foi que uma oligarquia assumisse o poder após a sua morte, com Nikita Krushchev e Georgi Malenkov dominando as posições cimeiras, um como primeiro-secretário do partido e o outro como primeiro-ministro. A consequência desta «repartição» de responsabilidades foi o desenvolvimento de uma dura luta pelo poder no interior do Presidium (como era designado o Politburo nos anos 50). Basicamente estavam em confronto duas facções, uma tendo como base o aparelho do partido e a outra a estrutura governamental, reivindicando-se, a de Krutshchev, de uma prática anti-estalinista, e a de Malenkov da defesa da linha do falecido ditador. Na verdade, neste embate, por detrás das concepções ideológicas defendidas por cada uma das facções, residia a ambição do poder, a tentativa de controlo simultâneo do partido e do Governo. O anti-estalinismo de Krushchev aparece primariamente como um utínsilio político para minar a posição dos seus oponentes, operação em que acaba por ser bem sucedido — em Fevereiro de 1955 força Malenkov a demitir-se da chefia do Governo, substituíndo-o por Bulganin, considerado como um dócil instrumento do «sr. K». Nesta «corrida» para o topo da hierarquia, Krushchev «inaugura» um estilo de governação nunca visto na URSS, viajando pelo país, contactando com o povo, fazendo discursos, ouvindo queixas e, sobretudo, ganhando a confiança dos burocratas regionais do partido. Em 1957, lança a grande ofensiva da descentralização, que provoca numerosas reacções mas obtem os resultados pretendidos ao conseguir que a maioria dos ministérios industriais, altamente centralistas, e onde residia a força de Malenkov, fossem abolidos. Foi dada considerável autonomia aos conselhos económicos regionais, cuja direcção foi confiada a funcionários locais do partido, cujo poder aumentara sob a liderança de Krutshchev. Ao fim de quatro dramáticos anos de luta interna, Krutshchev, o mais astuto dos políticos em presença, obtinha a «grande vitória». Em 1957, como o apoio do aparelho militar, especialmente do sector aeronautico, largamente beneficiado pela sua política de modernização industrial, realiza uma sessão de emergência do Comité Central onde destrói definitivamente Malenkov e os seus apoiantes, assumindo simultaneamente a direcção do partido e do Governo. Vai manter-se sete anos nesta posição até que, numa manobra política similar há que ele próprio realizara, Breznev, Suslov e Kossyguin o conseguem «apear» do poder. Em 1960, Krushchev é ainda o «homem forte», mas aqueles que o irão derrubar ascendem já a altos postos da hierarquia soviética — Leonid Breznev, Mikahil Suslov e Aleyxei Kossyguin

MOSCOVO, 5 de Maio de 1960 — A Comissão Central do Partido Comunista elegeu seus componentes Alexis Kossyguine, Nicolau Podgorny e Dimitri Polianski, até agora membros suplentes — anunciou a Agência «TASS».

Dispensados das suas funções de secretários da comissão, Averky Aristov e Pedro Pospelov passam a ocupar-se, especialmente, da Repartição da Comissão Central encarregada dos assuntos relativos à Federação Russa. Nicolau Ignatov e Catarina Furtzeva, foram, também, dispensados das funções de secretários da referida comissão; Frol Kozlov, que era vice-presidente do Conselho, passa a secretário do mesmo; Alexis Kossyguine assume o cargo de primeiro vice-presidente do Conselho; Nicolau Ignatov foi nomeado vice-presidente do Conselho. Nicolau Bellaev e Alexis Kiritchenko foram, por sua vez, dispensados das funções de membros do Presidium da Comissão Central.

Segundo declararam círculos diplomáticos londrinos, é provável que esteja a passar-se no Kremlin algo de mais profundo do que uma simples transferência de altos dirigentes da política soviética. Assinalando que causou surpresa, entre os observadores ocidentais, o facto de a «remodelação» ter sido operada nas vésperas da conferência alto nível (*referência ao encontro dos «quatro grandes», previsto para Paris, e que se malogrou devido ao caso do avião-espião norte-ameruicano, U-2*), os mesmo c´riculos disseram que poderão ser formuladas três hipóteses, quanto à decuisão tomada por Krutshchev, de pôr em prática nova depuração nos altos círculos: 1 — rivalidades na suprema hierarquia soviética; 2 — medidas punitivas; 3 — considerações de ordem puramente administrativa.

As principais atenções incidem sobre a personalidade de Frol Kozlov, que além de ser geralmente considerado como possível sucessor de Krutshchev, desempenhava o alto cargo de primeiro-vice-presidente do Conselho, funções que abandona para exercer as de secretário da Comissão Central do Partido Comunista. Desde há tempos chegaram ao Ocidente notícias provenientes da «cortina de ferro» a dar a entender que Kozlopv havia caído em desgraça e deixara de ser indigitado como possível sucessor de Krutshchev.

Nikita Krutshchev

Leonid Brejnev

Alexis Kossyguine

Mikhail Suslov

MOSCOVO, 7 — O marechal Kliment Vorochilov pediu que fosse substituído no seu cargo de presidente da Russia, em virtude do seu estado de saúde ser pouco satisfatório — anunciou a «TASS». O Soviete Supremo anuiu ao pedido e nomeou Leonid Breznev para presidente da Russia — acrescentou a referida agência de notícias. A declaração do marechal Vorochilov que continha o pedido de substituição foi lida aos deputados na sessão final do Soviete Supremo.

Breznev, que conta 53 anos, há muito que faz parte dos mais elevados círculos da hierarquia soviética. O seu novo cargo é designado oficialmente por presidente do Presidium do Supremo Soviete da URSS. Funcionário do partido antes da última guerra, fora eleito deputado ao Presidium.

Tem sido considerado como protegido de Krutshchev. Desde 1947 a 1949 trabalhou sob a sua orientação na Ucrânia.

Nikita Krushchev, ao propor que fosse atendido o pedido do marechal Vorochilov, recomendou que lhe fosse atribuída a Ordem de Lenine. Krushchev elogiou Breznev considerando-o um digno candidato para a Presidência.

Breznev proferiu um breve discurso de agradecimento pela confiança nele depositada.

Estavam consolidadas as posições dos homens que viriam a substituir Krushchev, alguns anos mais tarde. Nesta secção, falaremos desse acontecimento dos anos 60 na altura própria.

Código de Processo Penal declarado em parte inconstitucional

Tribunal Constitucional deixou passar escutas telefónicas

Apesar de ter considerado que parte do Código de Processo Penal é inconstitucional, o Tribunal Constitucional deixou «passar» os aspectos relacionados com a abertura de correspondência, escutas telefónicas e mandatos de captura.

Seis dos 16 artigos do Projecto do Código de Processo Penal submetidos à apreciação do Tribunal Constitucional foram considerados inconstitucionais por este orgão que assim respondeu ao pedido que lhe foi formulado pelo Presidente da República.

A leitura da apreciação foi feita em audiência ontem realizada pelo tribunal presidido por Marques Guedes, e restantes juízes conseleheiros, tendo sido referenciados artigo por artigo e respectivos números.

De acordo com um dos juízes conselheiros «toda a estrutura do Código de Processo Penal se mantem na integra, tendo passado a parte respeitante à abertura de correspondência, escutas telefónicas e mandatos de captura».

A mesma fonte adiantou, ainda, que um dos artigos declarado inconstitucional se refere à parte da concessão do poder ao Ministério Pùblico para suspender acções penais.

Do veto à rectificação

Aprovado em Conselho de Ministros a 5 de Dezembro do ano findo, o Código de Processo Penal recupera algumas «restrições democráticas» à Lei da Segurança Interna, como a abertura de correspondência, escutas telefónicas e mandatos de captura, que o Governo teve de negociar com a oposição na Assembleia da República, e visa substituir o ainda actualmente em vigor que data de 1929.

Previsto para entrar em vigor em 1 de Junho do corrente ano, embora com vigência imediata após a sua promulgação no que respeita ao regime de prisão preventiva porque conduziu «à prisão de pessoas que cometeram pequenos delitos, impedindo os tribunais de julgarem os crimes verdadeiramente graves», a sua não promulgação foi considerada por Mário Raposo como grave risco para a normalização da justiça.

Em declarações à Rádio Renascença feitas na sexta feira da semana passada, o titular da pasta da Justiça considerou o Código de Processo Penal como elemento dinamizador do sistema da justiça portuguesa.

«Mesmo que o Tribunal Constitucional, por absurdo, desse resposta a todas as questões suscitadas pelo Presidente da República, o Código não ficaria inviabilizado», declarou Mário Raposo, sublinhando, perante a então eventualidade de não aprovação «que isso seria mau».

No entanto, embora o Código de Processo Penal pudesse vigorar na parte aprovada, os trâmites a seguir levarão ao veto constitucional pelo Presidente da República e à consequente rectificação dos pontos feridos de inconstitucionalidade por parte do Governo.

Problemas cardíacos fatais

JOÃO GASPAR SIMÕES: A MORTE AOS 83 ANOS

JOÃO Gaspar Simões, o crítico literário que durante décadas foi, por assim dizer, o padrão da avaliação literária em Portugal, faleceu ontem no Hospital da CUF, em Lisboa, onde tinha sido internado na sexta-feira, com problemas cardíacos agravados por insuficiência renal. A morte sobreveio aos 83 anos, já com toda as esperanças perdidas no que se refere à possível recuperação da crise. O funeral efectuou-se esta tarde para o Cemitério dos Prazeres.

Desenvolvia, agora, actividade de crítico literário no «Diário de Notícias» (onde assina desde há muitos e muitos anos). Mas, Gaspar Simões passou também pelo «Diário de Lisboa», no qual foi responsável pelo suplemento literário, antes de ingressar no «DN», no qual criticava as obras que os prelos iam lançando para osescaparates.

Pode afirmar-se que João Gaspar Simões se serviu sempre, na sua actividade de crítico literário, das impressões que as obras lhe causavam. A partir dessa base, desenvolveu uma teoria de crítica literária que, se encontrava recepção em muitas camadas de leitores, noutras, pelo contrário deparava com reticências.

A verdade, no entanto, é que várias gerações de escritores (ficcionistas, poetas, ensaístas) muito ficaram a dever à sua maneira de interpretar as obras prduzidas.

As notas de JGS eram um ponto de referência para os leitores que não descuravam a interpretação e enquadramento do que entre nós se ia publicando. Que se diga com toda a franqueza: podia não se concordar com o crítico, mas, não raro, adivinhava-se nele uma intuição que ninguém de boafé podia menosprezar.

Não cabe aqui, e por agora, fazer o estudo da sua hermenêutica crítica (com pontos altos e com pontos baixos) — e antes nos é exigido lembrar que João Gaspar Simões foi um dos fundadores, em Coimbra, da revista «Presença», e dirigiu, por exemplo, na sua primeira fase, a Portugália Editora.

Momento alto da sua carreira é também o da troca de correspondência com Fernando Pessoa, o que o tornou num dos «leitores» mais profundos do poeta dos heterónimos. Essa correspondência (e os estudos a que ela deu origem) não pode ser esquecida por quantos se debruçam sobre uma das figuras ímpares da literatura portuguesa.

Tenha-se ainda em conta a sua obra como romancista: «Uma história de Província», «Amigos sinceros», «O marido fiel», «Internato» e, também, e com certa polémica, «Elói (ou romance dentro de uma cabeça)». Pela novela, assinou «Unha Quebrada» e «Eduarda» — e, pelo teatro, «Vestido de Noiva», «Teatro», «Marcha Nupcial».

Não se olvide também a sua obra de ensaísta, a qual compreende, entre outros títulos, «Caderno de um romancista», «Liberdade de espírito», «Ensaio sobre a criação do romance», etc. Também a História da Literatura Portuguesa lhe fica a dever algumas obras: «História da Poesia Portuguesa/Das origens até ao fim do século XIX»; «História do Movimento da Presença», etc. No plano da crítica, nomeadamento três volumes merecem atenção: «A prosa e o romance contemporâneos», «Poetas contemporâneos» e «Romancistas comtemporâneos».

Se a estética (que se apoia no sentimento) é uma reflexão sobre a arte, talvez não seja errado considerar que JGS foi um esteta nas suas interpretações críticas: estava, por assim dizer, na sua verdade, embora essa verdade, como é óbvio, nem sempre coincidisse com os propósitos mais puros dos criadores e com os juízos que os leitores faziam, por sua vez, dos livros que lhes chegavam às mãos. Uma nota, no entanto, para terminar este breve perfil: muito à sucapa, quando JGS caiu numa certa «desgraça», acontecia que um qualquer jovem escritor (ou já com obra publicada) dizia para os seus amigos, ali pelo Brasileira ou pelo café Chiado que já não existe ou, então, ainda pela porta da Bertrand: «Sabem?, o Simões disse bem do meu último livro...»

Duas opiniões sobre o crítico

O historiador Joel Serrão considerou que «com a morte de Gaspar Simões termina um período muito importante da crítica literária em Portugal». Por seu turno, Maria Alzira Seixo, professora universitária e escritora, entende que o crítico ontem falecido «teve uma importância única na cultura portuguesa».

Joel Serrão afirma: «Vejo com preocupação, no plano da crítica — quais as pessoas — quem poderá substituir esse papel de uma tal importância social».

Este historiador diz ainda que «independentemente de alguns estudos de João Gaspar Simões poderem eles próprios objecto de crítica», algumas das suas obras, de que citou estudos sobre Eça de Queiroz e Fernando Pessoa, «são marcos de referência para quem desejar fazer estudos sobre aqueles escritores».

Por seu turno, Maria Alzira Seixo justifica o seu entendimento de que Gaspar Simões produziu uma obra única devido «ao facto de ele ter exercido a crítica literária com uma regularidade impressionante durante meio século».

«Não obstante divergir em absoluto da concepção da obra literária» de João Gaspar Simões, Alzira Seixo acrescentou que a obra crítica literária exercida durante tantos anos, «é admirável num país como o nosso, marcado pela falta de disciplina e perseverança no trabalho e onde a crítica literária jornalística se mostra tão escassa».

Poderes regional e local são complementares

A necessidade de complementarização dos poderes regional e local no prossegui-mento da satisfação das necessidades e anseios das populações foi uma das conclusões das III Jornadas Autárquicas Madeira/Açores que ontem terminaram no Funchal.

No encontro, foram analisados os custos da insularidade, tendo-se concluído pela necessidade da sua quantificação, ponderação e enquadramento nos indíces da Lei das Finanças Locais, e sublinhado que é o poder local o que mais sente e melhor vive e interpreta os condicionalismos da insularidade. Um maior relacionamento institucional entre as regiões insulares e o poder central foi outro ponto destacado na reunião.

Os intervenientes realçaram a importância da criação da Associação de Municipios da Madeira, através da qual foi possível a introdução do jogo instantâneo que, de acordo com as conclusões, se traduz num reforço das verbas aplicadas a fins de interesse público.

Os sectores da educação do desporto, da cultura e do turismo foram outras das questões apreciadas, e no caso da actividade turística foi evidenciada a necessidade de uma acção conjunta dos governos regionais e autarquias.

Por fim, foi sugerido ao governo central a criação de um código para a administração local que condense toda a legislação dispersa por vários diplomas, já que praticamente não existe um código administrativo.

UCP's de Beja encontram-se com PS

Governo não expropria reservas como manda a lei

«O Governo não procede à expropriação das áreas restantes das reservas como manda a lei» — afirma o Executivo do Secretariado das Unidades Colectivas de Produção/UCP's de Beja em comunicado, no qual dá conta do primeiro de uma série de encontros com várias organizações sindicais, sociais e políticas do distrito. A audiência juntou à mesa aquele órgão e o Secretariado Distrital do PS, partido que com o PRD e o PCP apresentou projectos na AR no «sentido de fazer parar a ofensiva de que a Reforma Agrária está a ser vítima».

O Secretariado das UCP's do distrito de Beja adianta que a Federação Socialista, na pessoa de José Torrão, acolheu com «o maior agrado as nossas informações», sendo também conhecedores, quer o seu coordenador quer a própria estrutura distrital do PS, de «muitos casos concretos de atropelos à legalidade» no tocante à Lei 77/77, no seu ponto de vista «indevidamente aplicada».

Parece ter resultado da reunião «tudo fazer para que se chegue — ainda segundo o comunicado das UCP's — a um consenso que permita parar a entrega de terras e estabelecer um clima de paz estimulador do trabalho e da produção»

Assaltantes "actuaram" no Teatro Maria Matos

O Teatro Maria Matos foi assaltado na madrugada de segunda-feira mas só ontem de manhã a ocorrência foi verificada quando alguns funcionários entraram ao serviço. Segundo a Polícia Judiciária, os autores da acção, que poucos valores roubaram, estavam no interior daquela sala de espectáculos de Alvalade quando esta foi fechada. O cofre forte não foi violado e o guarda-roupa apresentava um aspecto desolador com quase todas as peças espalhadas pelo chão.

O Teatro Maria Matos, com dezassete anos de existência, tem neste momento em palco a peça «Isto é Maria Vitória».

Julgamento do caso FUP/FP-25 está a aquecer

SERÁ MESMO VERDADE AQUILO QUE DIZEM OS ADVOGADOS ?

● *Escutas telefónicas ilegais, prisões arbitrárias, pessoas com fichas na Polícia apenas por motivos políticos, tratamento desigual para a acusação e para a defesa...*

COMO acontece com alguns dos réus do chamado caso FUP/FP - 25, por esse país fora há muitos e muitos cidadãos que etão fechados nas polícias portuguesas apenas por motivos políticos. Nas suas fichas somente constam, porque nada há mais para constar, os cargos políticos ou sindicais que desempenham.

Esta, uma das afirmações — porventura a mais terrível e que a ser verdade põe em causa o funcionamento das polícias e do poder político neste país que se diz democrático — ontem proferidas em tom solene e demolidor, pelo advogado Joaquim Moreira, defensor dos réus César Escumalha, Estêvão Vargas, Godinho Claro, José Gomes e Susete Ribeiro, cuja obsolvição pediu, uma vez que, entende, nada foi provado daquilo de que vêm acusados.

Com uma voz forte e pausada, Joaquim Moreira prendeu a atenção de todos quando, ontem, já ao fim da tarde, começou as suas alegações finais, verdadeiro libelo acusatório para as condições em que todo o processo foi instruído e em que todo o julgamento tem decorrido, com acusação e defesa a esgrimirem armas bem desiguais, com vantagem para a primeira, evidentemente.

Joaquim Moreira não esteve com meias-medidas: preto no branco, apelidou este processo a decorrer em Monsanto de «processo político» e desfiou um rosário de ilegalidades e irregularidades cometidas pelo juiz de Instrução Criminal, pelo Ministério Público e até pelo próprio Tribunal. Desde as escutas telefónicas ilegais às prisões arbitrárias (porque não apoiadas numa investigação policial séria e concludente), de tudo apontou Joaquim Moreira, que se deteve ainda longamente nas condições em que os advogados tiveram que trabalhar, nomeadamente no que se refere aos contactos com os seus constituintes...

... E se for verdade o que este advogado disse na sessão de ontem do julgamento de Monsanto, então não podem restar dúvidas de que a justiça em Portugal anda mesmo pelas ruas da amargura.

Parte importante nas alegações de Joaquim Moreira — era inevitável... — foi dedicada à actuação do Ministério Público. Teodósio Jacinto e seus pares, mais uma vez, ficaram com as orelhas a arder. Disse a certa altura o advogado

«Quanto ao esforço demonstrativo do sr. procurador da República poderá dizer-se, em linguagem de geometria, que, quanto muito, terá eventualmente conseguido estabelecer algumas linhas paralelas, mas não tangentes e muito menos secantes, como era indispensável à sua tese. Esta, para vingar, precisava que as linhas com que se cose este processo fossem efectivamente secantes. As paralelas nunca se encontram, mesmo no infinito...»

Joaquim Moreira, interrompido pelo juiz-presidente devido ao adiantado da hora, recomeçou esta manhã as suas alegações.

Desrespeito absoluto

Na sessão de ontem fizeram as suas alegações finais dois outros advogados — João Nabais e Lídia Correia, defensores de José Silva Neves, Helena Marques e Maria Duarte, o primeiro, e de Maria da Luz, José Ramos dos Santos, Luís Filipe Pinheiro, Jorge Alves da Silva e António de Jesus, a segunda.

Como se esperava, ambos pediram a absolvição dos seus constituintes, pois, afirmaram, nada foi provado no que toca àquilo de que vinham acusados. Muitas foram também, no cas destes dois advogados, as irregularidades do processo por eles apontadas, tendo João Nabais tido uma actuação notável.

Falando de improviso, este advogado acusou a PJ de «desrespeito puro e absoluto pelas normas legais» aquando das buscas efectuadas em Junho de 84 contra presumíveis elementos das FP-25.

Segundo João Nabais, os sacos com os documentos apreendidos durante a referida operação não foram lacrados nem rubricados pelas pessoas que assistiram às diligências.

«Isto permite toas e quaisquer carambolas que se possam imaginar' — afirmou.

«Quantos documentos há nos autos cuja proveniência é impossível identificar?» — insistiu depois.

Ao referir-se às declarações prestadas pelo réu «arrependido» Macedo Correia, João Nabais citou Jorge Luís Borges: «A vileza de um homem envergonha-nos a todos porque também somos homens».

Nas suas alegações, aquele advogado referiu-se especialmente à natureza da Juventude Autónoma Revolucionária (JAR), organização a que pertenciam os seus constituintes e que acusação descreve como uma subcomponente do «Projecto Global/FP-25».

«Todas as testemunhas ligadas à JAR ouvidas em Tribunal disseram nunca ter ouvido falar em Projecto Global» — afirmou.

Sobre as relações entre a JAR e a FUP, a componente «aberta» do referido projecto, João Nabais admitiu a existência de «alguns contactos» e de «convergência táctica nalguns pontos», mas negou qualquer «articulação orgânica» entre as duas organizações.

Referindo-se à «especulação» acerca da viagem à Líbia efectuada em 82 por elementos da JAR, aquele causídico afirmou ser «a montanha que pariu um rato».

«Não houve qualquer treino militar» — disse.

João Nabais também desmontou toda a história referente ao «cárcere privativo» alegadamente construído na quinta de Refugidos, onde alguns dos réus passaram a viver a determinada altura.

A propósito de Refugidos, João Nabais, com alguma ironia, falou de galinhas, pisa de uvas, tratamento de vinhas e resíduos de compota, demonstrando com facilidade que os seus constituintes para ali tinham ido no desejo real de uma vida diferente, rural, a que se entragaram na verdade, não constituindo essa opção, como a acusação pretende, um disfarce.

A propósito da posição assumida pela acusação, João Nabais falou «do espírito persecutório, de todo em todo não imdicado para exercer altas funções».

POLÍCIA JUDICIÁRIA

TELECÓPIA

Nº 41

Data: 24/8/84

De: GE/NA - Dcc3 - Lisboa

Para: SRC3 - Coimbra

POLÍCIA JUDICIÁRIA
DIRECTORIA DE COIMBRA
Centro de Telecomunicações
NR 5766
Recebido em 24/8/84
Às 16.00 TMG
OPERADOR,

GABRIDO, António M. Pires

V.

PRP

TELEF.

B. I. N.º Outro doc. N.º

Lugar Freguesia

Concelho Distrito

Civil Habilit. Profis. Membro Dir.Sind.Con.Castelo Branco e membro Dir.Coop."O Trabalho"

ANOTAÇÕES

REFERÊNCIA	ASSUNTO
1	p.12 - Consta como responsável pela Organização local de Castelo Branco, do PRP.
272	p.29-Consta como candidato às eleições legislativas da FUP, pelo distrito de Castelo Branco.

Ficha da Judiciária constante do processo FUP/FP-25: como um homem pode estar fichado policialmente apenas por motivos políticos. Ontem era o PRP hoje a FUP, amanhã sabe-se lá qual a sigla...

Homicida de pastor detido perto de Viseu

Um jovem de 21 anos, de apelido Ferro e natural de Angola, foi detido em Moimenta da Beira, perto de Viseu, sob a acusação de ter assassinado à paulada, em Cabeço de Montachique, nos últimos dias de Dezembro passado, o pastor José Carlos Freire Pinheiro, de 47 anos, ferindo ainda com gravidade um seu filho, José António Pinheiro, de dez anos.

Segundo a Polícia Judiciária, o crime teve como móbil o furto de 130 contos que o pastor tinha consigo, provenientes de venda recente de algumas cabeças de gado.

Português matou francesa e feriu uma filha desta

Um emigrante português em França, António Gonçalves, de 49 anos, assassinou uma vizinha e feriu com gravidade a filha da vítima, em Maubec, na região de Isère.

Jeanne Cortaz, viúva, sem profissão, de 44 anos, teve morte imediata ao ser atingida por disparos de pistola, e a sua filha, Veronique, de 25, foi alvejada com dois projécteis.

António Gonçalves, actualmente desempregado, acabou por ser capturado numa casa abandonada onde se refugiara, não tendo revelado às autoridades policiais o móbil do crime.

Abalos sísmicos no Algarve e em Vila Nova de Poiares

O Instituto Geofísico da Universidade de Coimbra registou um abalo sísmico pelas 20 horas de segunda-feira, o qual se fez sentir especialmente na zona de Vila Nova de Poiares, onde algumas janelas estremeceram. Um informador daquele organismo disse que inicialmente não havia a certeza quanto à natureza do abalo, designadamente se se tratava de um movimento natural do solo, mas posteriormente confirmou-se a sua origem sismológica, tendo em Vila Nova de Poiares atingido o grau dois na escala de Mercalli. Esta perturbação telúrica, considerada de franca intensidade, foi igualmente registada pelo Instituto Geofísico do Porto, o mesmo não acontecendo com o de Lisboa.

Mas para além deste sismo, cujo epicentro se localizou em Oliveira do Hospital (onde existem algumas falhas no solo propícias a este género de ocorrência), verificou-se um outro abalo cerca das duas horas da madrugada de ontem, com epicentro a sudoeste do cabo de S. Silvestre, no Algarve.

Esta semana

Três pessoas trucidadas na Linha de Sintra

Na Linha de Sintra três pessoas foram trucidadas por comboios já esta semana, respectivamente na passagem de nível da Amadora, junto à estação desactivada da Reboleira e na passagem de nível das Mercês. Na Amadora, um indivíduo do sexo masculino, ainda não identificado, foi colhido ontem de manhã pela automotora da Linha do Oeste que passa quase sempre no local a grande velocidade. Na Reboleira, pelas 7 e 33 de segunda-feira, um comboio matou Alfredo Augusto da Silva, de 23 anos, e pelas 12 e 24 do mesmo dia, nas Mercês, foi trucidada Brasília Jesus Romão, de 53 anos.

Lamentando o sucedido o presidente da Câmara da Amadora, Orlando de Almeida, recordou o facto da edilidade ter elaborado há muito um projecto de passagem de nível subterrânea, logo enviado à CP, mas até à data aquela empresa pública «ainda nada disse, nem fez».

Tentativa de suicídio no "Metro" de Sete Rios

Na estação de Metropolitano de Sete Rios um indivíduo de 64 anos, natural de Faro e residente em Portimão, tentou ontem à tarde suicidar-se atirando-se à via, mas os seus intentos foram frustrados pela rápida intervenção de funcionários da empresa que conseguiram desligar a corrente a tempo. Referenciado apenas como António, o suicida frustrado foi conduzido para o Hospital de Santa Maria, onde ficou internado nos serviços de psiquiatria daquele estabelecimento.

Professora primária é presidente da Câmara da Ribeira Brava

Uma professora primária, Leonete Reis, natural do Campanário, é a nova presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava, soube a Lusa de fontes partidárias.

A decisão foi tomada no final de uma reunião que Alberto João Jardim, presidente do PSD/Madeira, manteve com as estruturas sociais-democratas e autarcas do concelho da Ribeira Brava.

Leonete Reis, que substitui nas funções Luís Mendes, falecido quinta-feira, passa a ser a primeira mulher a desempenhar na Região Autónoma da Madeira as funções de presidente de Câmara Municipal.

PRODUTORES DE LEITE REJEITAM PORTARIA QUE FIXA NOVOS PREÇOS

A Federação Nacional de Uniões de Cooperativas de Leite e Lacticínios (Fenalac) solicitou aos órgãos de soberania a suspensão imediata da Portaria 733-C/86, de 4 de Dezembro, tendo em vista a sua alteração — soube em Lisboa a Lusa/Anop.

A portaria governamental fixa os novos preços do leite ao consumidor e à indústria e transfere o antigo subsídio ao consumo para subsídio ao produtor, desde que este, num prazo de 18 meses, se comprometa a entregar o seu leite refrigerado.

Para que os produtores possam refrigerar o leite nas explorações, a portaria prevê a atribuição de subsídios que ascendem a 80 por cento, a fundo perdido, para a instalação dos meios técnicos necessários.

Afirmando que a portaria teve uma elaboração antidemocrática, uma vez que a Fenalac foi mantida à margem do processo, a federação enviou telexes ao presidente da Assembleia da República, ao Primeiro-Ministro e ao ministro da Agricultura a solicitar a suspensão da portaria e a redacção de um novo diploma com a «indispensável participação da Fenalac».

A Fenalac, no decurso da sua Assembleia Geral, decidiu solicitar o apoio da Confederação Nacional das Federações das Cooperativas Agrícolas de Portugal (Confagri).

Ainda na Assembleia Geral da Fenalac, os cooperantes aprovaram o Orçamento e Plano de Actividades para 1987 e elegeram os titulares dos cargos dos órgãos sociais para o triénio 1987/1989.

Em Condeixa-a-Nova

Câmara solicita inspecção à tesouraria

A Câmara de Condeixa-a-Nova deliberou solicitar à Inspecção-Geral de Finanças uma inspecção à Tesouraria do município.

Na semana passada, o tesoureiro da Câmara tinha-se apresentado no posto da GNR afirmando que se encontrava perturbado e que lhe tinham desaparecido alguns documentos.

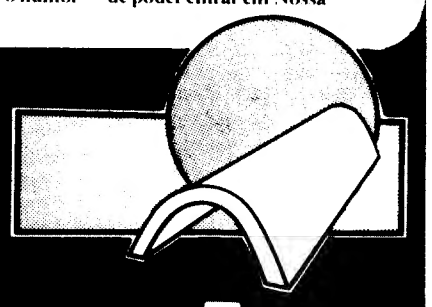
A agência Lusa soube que o tesoureiro não denunciou quaisquer eventuais irregularidades, mas admitiu que as perturbações de que diz sofrer possam ter prejudicado o seu trabalho.

Na reunião de ontem, o executivo municipal de Condeixa-a-Nova não detectou qualquer anomalia relacionada com os serviços de tesouraria.

É bom morar em casa própria!

Não vamos dizer que o novo regime de crédito jovem bonificado é uma maravilha que resolve todos os problemas dos jovens e dos casais jovens que procuram (a sua) habitação.
Não vamos dizer que o novo regime de crédito jovem bonificado só tem vantagens relativamente ao regime anterior.
Não vamos dizer que não havia outras soluções possíveis! Havia. Há sempre. Somos livres. Com o direito, e o dever, de escolher... É verdade que reduzimos as possibilidades de alguns. Não vale a pena omitir que os jovens que não vivem casados terão agora acesso a financiamentos que lhes permitirão a compra de casas mais pequenas que aquelas a que teriam direito ao abrigo da legislação anterior. E porquê? Porque não somos todos iguais. E porque todos mudamos...
Famílias maiores precisam de mais espaço. E as casas devem ser dimensionadas à medida de quem as habita. Falemos claro. Há, no novo regime de crédito jovem bonificado algumas vantagens: várias inovações comuns ao regime de crédito bonificado; as alterações das idades de acesso, de 50 e 28 anos para 55 e 30, respectivamente para o casal e a pessoa só; a integração dos juros do financiamento intercalar, para pagamento do sinal ao vendedor, no contrato de empréstimo definitivo, não estando o financiamento intercalar sujeito a qualquer limite máximo absoluto. (*E há, também, as Contas Poupança-Habitação, para aqueles que não querem, para já, comprar a sua casa, mas vão assegurando, para a altura própria, o direito a receberem o empréstimo oportuno*). **Há vantagens. E opções. Entre os murmúrios e a realidade. Entre o umbigo do passado e a família do futuro...**
Diz o povo que "quem tem telhados de vidro!..." E nós acrescentamos: não deve deixar de dizer aos outros para que tentem não cometer os erros que ele cometeu...
Quem tem telhados de vidro... tem que agir correndo o risco de desagradar a quem não liga aos provérbios. Podemos lembrar alguns: "casa de ferreiro, espeto de pau"; "casa roubada, trancas na porta"; "cá em casa quem canta é o galo" (se tiver boa voz...); "não faças filhos em casa alheia!..."
Este último "conselho" é ambíguo. Tal como a definição de jovem. O dicionário diz que tanto pode ser um "animal de tenra idade" como uma "pessoa que está na juventude". Por vezes hesitamos... E Portugal lembra uma grande Família em que os filhos são velhos adolescentes com medo de crescer...
Muito antes de Asterix. Há muito, muito tempo, um enviado de Júlio César, um procurador romano (que hoje poderia ser um grande jornalista) escreveu: "há no extremo ocidental da Ibéria um estranho povo que não se governa nem se deixa governar! "Ele tinha tido a honra — e o humor — de poder entrar em Nossa Casa!...

Portugal não é só a Primavera
como Verão no Outono que o Inverno **também é bom**



Há um novo sistema de crédito à habitação. Informe-se no seu Banco.

O infantário do I GEF recebe crianças dos três meses aos 6 anos, desde as 8 e 30 às 18 e 30

«As nossas crianças são bem preparadas. Quando chegam à escola primária os professores até se admiram» — afirmam os pais, que apostam na sobrevivência do infantário

Quarenta crianças à deriva

INFANTÁRIO DO IGEF (MAP) EM RISCO DE FECHAR

TEM futuro incerto um infantário que durante dez anos esteve dependente do Instituto de Gestão e Estruturação Fundiária, extinto em Julho passado. Futuro imediato incerto têm também as 40 crianças, dos 3 meses aos seis anos, que o frequentam e os respectivos trabalhadores:três educadoras, duas estagiárias (do curso de educadoras de infância), 3 auxiliares de educação, 2 cozinheiras, uma tratadora da roupa e um médico.

Apesar de todas as diligências dos interessados na sua sobrevivência, a última palavra do secretário de Estado da Agricultura, com base em que o infantário tem existência de facto mas não jurídica, é de que «o mesmo não deverá ser afecto aos organismos do MAPA», parecendo ser a obra social do MAP «a estrutura mais adequada para fazer a sua gestão, devendo a Secretaria-Geral, no caso de a obra social não possuir meios, oficiar a Secretaria-Geral do Ministério da Saúde sobre a viabilidade de afectação àquele Ministério». Em caso negativo, «cessará a sua actividade, tendo os trabalhadores destino idêntico ao do restante pessoal do IGEF».

De facto, por motivos alheios aos trabalhadores que o criaram, o infantário do IGEF não tem existência jurídica. Foi fundado há dez anos por iniciativa e com o apoio do antigo IRA (Instituto de Reorganização Agrária, do Ministério da Agricultura), quando não havia no Ministério da Agricultura qualquer estrutura para receber os filhos com menos de 6 anos, dos trabalhadores.

No ano seguinte, em 77, foi criada por decreto-lei a obra social do MAP, que lhe daria cobertura jurídica, mas que só existe no papel pois nunca foi regulamentada.

Em 79 foi extinto o IRA e criado o Instituto de Gestão e Estruturação Fundiária, IGEF, para cuja dependência passou.

Embora com cortes no subsídio, o IGEF continuou a pagar a renda das instalações (um andar na Rua Castilho), os vencimentos das trabalhadoras, os consumos de gás, água, telefone e electricidade, pagando os pais, por cada criança, 4750 escudos mensais, destinados fundamentalmente ao pagamento da alimentação e da piscina.

Funcionando das 8 e 30 às 18 e 30, o infantário tem recebido anualmente 40 crianças, filhas de trabalhadores do IGEF e também de trabalhadores da Junta Nacional dos Produtos Pecuários, Instituto Nacional de Investigação Agrária e Instituto da Qualidade Alimentar, todos integrados no Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação. Tem sido gerido por uma comissão de pais.

Quando o IGEF foi extinto em Julho último, foi nomeada uma comissão liquidatária para concretizar a extinção. A comissão estáa dar destino aos bens materiais do IGEF, mas não tomou qualquer decisão quanto aos trabalhadores do instituto, cerca de 400, metade dos quais são tarefeiros.

O futuro do infantário preocupa, portanto, os trabalhadores em geral, mas muito particularmente os pais das 40 crianças que o frequentam este ano lectivo e os seus trabalhadores. Parece não preocupar a hierarquia superior da Secretaria de Estado da Agricultura. Numa conferência de Imprensa realizada ontem de manhã, foi inclusivamente citado o chefe de gabinete do secretário de Estado, como tendo manifestado a opinião de que as crianças têm de começar a sentir a dureza da vida e que cinco ou seis contos mais no orçamento mensal de um casal português não faz diferença (referia-se à hipótese de o infantário cessar actividades e as crianças terem de frequentar infantários privados).

Os pais apostam na sobrevivência do infantário e na regulamentação da lei que criou a Obra Social.

Estamos abertos a todas as propostas que visem a continuação do infantário — afirmaram.

«As nossas crianças chegam ao ensino primário muitíssimo bem preparadas; estamos a criar bons portugueses e só queremos que dialoguem connosco e nos ajudem. Mas deixem-nos continuar. Só queremos que nos dêem a mão.»

Ensino Superior: JS e JCP contra o MEC

A Juventude Socialista e a Juventude Comunista criticaram a atitude do Ministério da Educação e do Governo, em geral, pela «incapacidade de proceder a reformas estruturais» no ensino superior.

Delegações das direcções do ensino superior da JS e da JCP, que ontem se reuniram, consideram ter sido uma vitória estudantil a recente luta contra as prescrições e precedências.

A direcção central do ensino superior da JCP afirma em comunicado que no actual ano lectivo «9000 jovens viram o seu acesso vedado (ao ensino superior) por esse estranho fenómeno de 'numerus clausus' — único em toda a Europa — gerador de atraso social e de situações frustrantes, mecanismo mais brutal da selecção económica do ensino».

A JCP chama a atenção para que, em contrapartida, as universidades privadas (...) são beneficiadas, apadrinhadas pelo ministro e recebem de uma só vez 45 000 contos do dinheiro de todos nós».

Simultaneamente — prossegue a Juventude Comunista — o apoio social estudantil degrada-se de ano para ano. Este ano, por exemplo, aumentou o preço das cantinhas, acabou o pequeno-almoço nas residências, bem como o tratamento de roupa incluído.

As instalações universitárias existentes degradam-se, enquanto as prometidas não avançam.

Quanto aos regimes de precedências e prescrições que o MEC tentou instaurar, não se dirigiam, segundo a JCP, a penalizar o estudante vitalício «mas essencialmente visam afastar o maior número possível de estudantes, e, fazendo-o, aumentar a selectividade do ensino superior em prejuízo de todo o País, a começar obviamente pelas classes menos favorecidas».

Estas são algumas das críticas que a JCP faz ao procedimento do Ministério da Educação e Cultura, o que leva a organização a apelar aos estudantes universitários portugueses para que continuem a luta pelo afastamento defintivo dos regimes de prescrições e precedências e pela resolução dos «muitos problemas que afectam as suas escolas e as suas condições de estudo».

PS de Faro defende direcção de Educação do Algarve

Os deputados socialistas eleitos pelo círculo de Faro solicitaram ao Governo a sua opinião sobre a criação de uma direcção regional de Educação no Algarve.

Em requerimento apresentado na Assembleia da República, José Apolinário e António Esteves interrogam o Governo sobre o motivo porque o Ministério da Educação não estabelece desde já aquela direcção, mediante o facto de «o distrito de Faro ser considerado unanimemente uma futura região».

Afirmam também que a eventual criação de uma direcção regional em Évora, abrangendo o distrito de Faro, «contradiz o sentido do número dois do artigo 44.º da Lei de Bases do Sistema Educativo», que em sua opinião, «é claramente indiciador da necessidade de aproximação da estrutura regional do Ministério da Educação e futuras regiões».

Segundo o Sindicato dos Jornalistas

Estatutos da Lusa não obstam à governamentalização

O Sindicato dos Jornalistas considera que os estatutos da Lusa não garantem as condições para «evitar a governamentalização da nova agência noticiosa portuguesa», nem a prestação de «um serviço público de interesse regional».

Em comunicado dirigido à classe, o SJ acentua que o que moveu o Governo na sua constituição «não foi o desejo de criar uma agência capaz de cumprir a função de agência noticiosa nacional, mas o de se lançar numa cruzada política.»

Segundo o Sindicato dos Jornalistas, o Governo «recusou o diálogo e sacrificou à razoabilidade das decisões o cumprimento dos prazos tacticamente definidos».

A Lusa, de acordo com aquela organização sindical, «começa ilegalmente, sem director de Informação nomeado, funciona com base em duas Redacções cuja actividade não é coordenada e não terá instalações antes de dois a sete meses, conforme os responsáveis da nova agência já admitiram.»

Na crítica aos estatutos da Lusa, o Sindicato dos Jornalistas refere o facto de estes admitirem que a Direcção da empresa possa nomear um director de Informação «que poderá ser um jornalista profissional» e de não estabelecerem autonomia da Direcção de Informação em relação a outros sectores da empresa.

Outros pontos criticados dizem respeito à omissão dos poderes e funções do Conselho de Redacção e à composição do Conselho Geral da agência que «privilegia inequivocamente a força política que estiver no Governo.»

O SJ sublinha ainda que os estatutos da Lusa admitem a possibilidade de o Estado, ao fim de nove anos, por simples decisão do Conselho de Ministros, passar a ser minoritário no capital da empresa, em que detém, à partida, 50 por cento.

Acrescenta também que, para a governamentalização da agência ser evitada, se torna necessária a obrigatoriedade de o director de Informação ser um jornalista profissional e de a nomeação do primeiro director de Informação obter o parecer favorável vinculativo do Conselho de Redacção.

Outros pontos reivindicados são a necessidade de a Direcção de Informação ter autonomia clara em relação aos outros sectores da agência, de o Conselho Geral ser alterado «no sentido de uma composição mais equilibrada e não subordinada a interesses políticos» e de a análise da isenção e independência do serviço informativo da agência caber ao Conselho de Comunicação Social.

Alteração do regime jurídico

CI quer ponderação nas empresas públicas

O Conselho de Imprensa acaba de defender que a alteração do regime jurídico das empresas públicas de comunicação social deve ser «ponderada e discutida em órgãos de soberania».

O CI afirma ter analisado o decreto-lei que regulamenta a alienação de bens do Estado em empresas de comunicação social e que o diploma suscita «dúvidas relativamente à observância do quadro legal vigente».

O Conselho é ainda de opinião de que em situações como a privatização de títulos do Estado uma tal alteração deve também ser discutida «com a participação de órgãos e organizações do sector, sob pena de se introduzirem novos factores de crise num domínio tão importante como delicado para o Estado e a população».

Imprensa regional açoriana

Subsídios contemplam três jornais

Duas empresas de comunicação social dos Açores vão receber subsídios, ao abrigo de uma portaria de 1986 do Governo da República de apoio à imprensa regional.

O mesmo informador referiu que as empresas beneficiadas são a Impracor — proprietária dos jornais «Açoriano Oriental» e «Açores» (2500 contos) e a empresa do «Diário Insular» (2062 contos).

Estas duas empresas foram as únicas da imprensa regional açoriana que se candidataram aos novos subsídios da Direcção-Geral da Comunicação Social, que se destinam, principalmente, a melhorar os parques gráficos e a impulsionar a gestão.

A inscrição para a obtenção de subsídios este ano encerrra em finais de Fevereiro, princípios de Março, disse à Lusa uma fonte do Gabinete do ministro da República.

Denuncia Sindicato da Zona Sul

"DESPEDIMENTO DE MÉDICOS ATRASA ATENDIMENTO NOS SERVIÇOS DE SAÚDE"

«A recente decisão da ministra Leonor Beleza em despedir arbitrariamente mais de milhar e meio de policlínicos está a produzir consequências graves, neste momento, no atendimento das pessoas que ocorrem aos serviços de saúde» — denuncia o Sindicato dos Médicos da Zona Sul.

Diz ainda aquele Sindicato Médico que os factois «estão demonstrando que toda a argumentação do Governo e da sua ministra não têm qualquer fundamento», visando esconder os seus «reais objectivos de destruição do Serviço Nacional de Saúde e das Carreiras Médicas».

A direcção do Sindicato dos Médicos da Zona Sul promoveu esta manhã uma reunião com representantes dos órgãos da Comunicação Social para fazer o ponto sobre os contactos estabelecidos e a estabelecer com vista a definir formas de luta radicais contra o despacho de Beleza que atasta milhar e meio de médicos da Função Pública, havendo entretanto recomendado aos órgãos da Comunicação Social que se dirijam ao Hospital de S. José para aí, «in loco», constatar as consequências dos despedimentos, as quais se traduzem em «equipas de médicos ainda mais reduzidas e muitas horas de espera para os utentes serem atendidos».

Por seu turno, o Conselho Regional do Norte da Ordem dos Médicos considera que a decisão de impedir que todos os jovens médicos tenham a garantia de continuação da sua formação pós-graduada vai trazer «graves e irremediáveis prejuízos às populações».

«Como consequência dessa medida — acrescenta o texto distribuído por aquele conselho aos órgãos de Comunicação Social —, o País vê-se confrontado com o exercício livre da clínica por milhares de médicos insuficientemente preparados.» O texto frisa ainda que, «a breve prazo, a Medicina portuguesa vai descer a níveis altamente preocupantes».

«Por outro lado — prossegue o documento —, neste momento existem ainda elevadas carências em número de médicos na quase totalidade das instituições de saúde do País», pelo que «esta decisão de desempregar mais de 1500 clínicos é tecnicamente incorrecta e, acima de tudo, ofende de modo irreparável os direitos das populações a uma saúde da melhor qualidade».

Entretanto os cerca de 400 internos gerais do Norte afectados pela decisão de despedimento reuniram-se no Hospital de São João para decidirem futuras formas de luta.

Membros da comissão de internos gerais disseram à Lusa/Anop ter sido decidido participar, no próximo dia 9, em Lisboa, no plenário de internos gerais da Região Sul, em que serão adoptadas formas de luta a nível nacional.

Na reunião, os internos gerais do Norte decidiram também contactar os directores e chefes de serviço hospitalar, especialmente dos serviços de urgência, para os sensibilizar para o facto de estarem a ser contratados, como tareteiros, clínicos gerais em situação de acumulações de funções (pluriemprego), quando existem mais de 1500 jovens médicos desempregados.

Os paradoxos da Saúde em Portugal

Há médicos a mais e assistência a menos — *admite Machado Macedo*

O candidato a bastonário da Ordem dos Médicos, Machado Macedo, defendeu ontem em Lisboa a necessidade de ser repensado todo o serviço de urgência dos hospitais centrais de modo a que seja criada a chamada «urgência interna», com carácter permanente, ficando a urgência externa para a triagem dos doentes. Durante um encontro com os jornalistas promovido pelo hotel Meridien, em Lisboa, Machado Macedo preconizou o aumento dos médicos de clínica geral, nos centros de saúde como uma das soluções para atenuar o desemprego dos mil e quinhentos policlínicos desvinculados da Função Pública através de um recente despacho de Leonor Beleza.

O pioneiro dos transplantes de coração em Portugal classificou como «vergonhosos» alguns centros de saúde portugueses, quer em instalações quer em equipamentos, contrastando com outros — designadamente os de Oeiras e de Sete Rios — ao defender uma melhor assistência para os doentes. A propósito, Machado Macedo admitiu que poderá haver médicos, sendo também verdade que «há assistência a menos». Sustentou por isso que os hospitais devem funcionar mais tempo (durante as 24 horas por dia), se bem que haja serviços — como de dermatologia, por exemplo — em que isso não é necessário. «Os serviços de urgência dos hospitais estatais são hoje depósitos de doentes quando deviam ser unidades funcionais activas durante todo o dia», acrescentou.

O director do Hospital de Santa Cruz (que «está a atingir o seu ponto de ruptura», disse) percorreu o País durante a campanha eleitoral para as (anuladas) eleições da Ordem dos Médicos, em Dezembro último, sentindo-se por isso habilitado — pelo que viu — a pronunciar-se sobre muitos dos aspectos da saúde no litoral e no interior do território. Embora admitindo que o Estado «não pode garantir o emprego a todos os médicos», o que em seu entender até desincentivaria a «competitividade» que deve existir, Machado Macedo critica, contudo, o facto de ter «deixado, de súbito, 1.500 sem emprego». O vencedor das anuladas eleições de Dezembro para a Ordem afirmou, a propósito, que «não se pode condicionar o número de vagas do Ministério da Saúde ao número de médicos».

A seu ver, torna-se necessário encontrar novas fórmulas de emprego, uma das quais seria, em parte, o aumento da clínica geral ao nível da saúde pública, além da «reformulação do conceito de urgência» nos hospitais, porque no interior e no litoral do País «há assistência a menos». Outra forma de emprego para minorar as actuais dificuldades passaria pela assinatura de convenções dos clínicos gerais com o Estado. Ainda neste contexto, Machado Macedo salientou o facto de alguns médicos romanos prestarem serviços (de ginecologia e obstetrícia) em Moçambique, ao abrigo de um acordo assinado entre os dois países, atenuando o número dos 40 mil médicos italianos no desemprego. Em Espanha, o número de médicos sem emprego é intermédio: 20 mil.

As eleições para a Ordem dos Médicos estão convocadas para 28 do corrente.

Ao mobilizar diferentes linhas ideológicas envolvidas no conflito

ADFA DISCUTE 14 ANOS DE GUERRA COLONIAL

Manuel Geraldo

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA), está neste momento a viver uma fase de renovação orgânica, e de princípios doutrinários, no sentido de reflectir mais criticamente sobre o posicionamento na sociedade portuguesa dos cerca de 36 mil diminuídos físicos e mentais saídos dos 14 anos de guerra colonial nas frentes de combate de Angola, Guiné e Moçambique, responsável também ela por 14 mil mortos entre as tropas recrutadas pelos generais às ordens de Salazar e Caetano.

Passado assim que foi um período de seguidismo e relação às forças no Poder, e de quase «caça» aos subsídios governamentais, sobretudo no período em que Freitas do Amaral foi ministro da Defesa, a ADFA, profundamente marcada a partir de 1980 pelo afastamento voluntário do seu «leader» carismático, e sócio fundador, major António Calvinho, dá presentemente provas de querer assumir de novo o papel de charneira para que está vocacionada num País que carrega no seu seio um milhão de deficientes das mais diversas proveniências.

Deste modo, e vencida que parece estar a árdua batalha travada contra aqueles que pretendiam desalojá-la do Palácio da Independência, de forma a afastar os «coxinhos militares» (expressão de Vera Lagoa dos olhares incómodos do Rossio, a ADFA, aproveitando o XII aniversário do seu jornal, o «Elo», organizará, com o apoio da Sociedade e Língua Portuguesa (SLP), uns Jogos Florais, cujos laureados serão conhecidos no próximo dia 11 de Maio.

Segundo afirmou ao «DL» o poeta Sá Flores, membro da Comissão Dinamizadora Cultural da ADFA, a quem pertence a iniciativa, os Jogos Florais pretendem ser uma espécie de «rampa de lançamento» para um debate cada vez mais alargado sobre a problemática de deficiência e das mortes saídas da guerra colonial, lamentavelmente quase desconhecida da maioria do povo português, com particular incidência nas gerações mais novas.

Entendendo que a discussão e ddivulgação da guerra colonial não deverá ficar restringida a sectores doutrinários específicos, pois para que a História possa ser cultivada plenamente todas as linhas de pensamento deverão ser ouvidas, a ADFA, ao que nos disse Sá Flores, «pretende levar a cabo, de futuro, amplos debates com a presença de autores de livros dos mais diversos quadrantes políticos e estéticos que, de alguma forma, já abordaram o conflito».

No que se refere aos Jogos Florais em gestação serão admitidos a concurso trabalhos inéditos redigidos em língua portuguesa, aceitando-se as modalidades de Poesia, Colectânea de Contos, Teatro e Romance. O conteúdo temático das obras concorrentes será livre, havendo porém um prémio especial para a obra que se distinga na temática sobre o deficiente. As obras concorrentes deverão ser dactilografas a dois espaços em papel A-4 em três exemplares, com o mínimo de 35 páginas de Poesia e Teatro, e 70 para os Contos e Romance.

Os exemplares devem ser assinados com pseudónimo e acompanhados de um subscrito lacrado com o pseudónimo no exterior e contendo no interior um cartão no qual deverá constar o nome, morada e título do trabalho ou trabalhos do concorrente.

O não cumprimento das condições atrás prescritas implicará a eliminação do trabalho concorrente ao concurso. Os originais deverão ser enviados até ao dia 30 de Abril de 1987, data do correio para a Secção Cultural da ADFA, Palácio da Independência, Largo de S.Domingos, em Lisboa.

Os prémios a atribuir serão os seguintes: Poesia, Romance e Contos-25 contos; Teatro-20 contos. Quanto ao melhor trabalho sobre o deficiente terá o valor de 15 contos. A ADFA e a SLP darão conhecimento público dos trabalhos premiados no próximo dia 11 de Maio procedendo à entrega dos prémios no dia 14 do mesmo mês, data do aniversário da ADFA.

Alguns activistas da ADFA, entre os quais Sá Flores (na «foto» o terceiro a contar da esquerda), porta-voz da sua comissão dinamizadora, que nessa qualidade falou ao «DL»

As experiências de França e EUA

Confrontados com esta louvável iniciativa da ADFA seria imperdoável, em nosso entender, perdermos a oportunidade de reflectir um pouco sobre o que ainda se passa em Portugal no domínio da guerra colonial, doze anos decorridos sobre o seu epílogo. Esquecida que está das novas gerações (oriundas em linha directa daqueles que a protagonizaram), a guerra colonial continua a ser ainda um tema quase «maldito» entre nós, quando afinal países como a França e os EUA não têm complexos de reflectir criticamente sobre as suas experiências, igualmente traumatizantes, na Coreia, Argélia e Indochina (Vietname).

Veja-se o que se passa, a título de exemplo, com a peça de Fernando Dacosta, «Um Jipe em Segunda Mão», que, já produzida há largos meses pela RTP, com a realização de Jaime Campos e interpretada, entre outros, por Sérgio Godinho e Orlando Costa, ainda não foi até ao momento para o ar. Acresce o facto de «Um Jipe em Segunda Mão» ter sido o 1.º prémio de um concurso de teatro realizado pela própria RTP, juntamente com a peça de Helder Costa «Um Homem é um Homem», sobre Damião de Góis, entretanto já difundida. Quem tem medo do quê?...

Até o porto é uma ameaça ao ecossistema

Aveiro: tempestade iminente num "mar" de problemas

Aveiro é reconhecidamente uma das mais flageladas zonas em termos de impacto ambiental e a criação de um grande entreposto comercial marítimo na capital do distrito avivou recentemente as constantes preocupações de autarcas, deputados e grupos ecologistas.

As ameaças ao ecossistema, centradas no problemas da recuperação e preservação da ria de Aveiro, foram o tema de um seminário que o grupo etnográfico da ria organizou recentemente, no qual «os novos e velhos perigos» estiveram uma vez mais na ordem do dia.

Na ocasião, o deputado pelo círculo de Aveiro, Ângelo Correia, lembrava que «a adequação do porto de Aveiro aos novos requisitos de transporte marítimo correspondem a impactos ambientais em que a ria de Aveiro, e o ecossistema que lhes está associado, mais uma vez serão ameaçados».

Embora a centena de participantes deste seminário tivesse acordado na importância do desenvolvimento socioeconómico da região, os alertas sucederam-se, na consciência de que a zona da ria passará, a médfio prazo, «por uma radical alteração da sua fisionomia, transformando-se num grande aglomerado industrial e habitacional».

Para Manuel Cardoso Ferreira, membro do grupo etnográfico da ria e da liga ecologista «Alternativa Verde», «a curto ou a médio prazos, a ria de Aveiro e a sua região envolvente será mais uma área de alto risco ambiental e questões como o parque natural da ria, vida comunitária e indústria não poluente serão completamente esquecidas ou consideradas utópicas».

Os receios dos ecologistas parecem ser igualmente partilhados pelas entidades oficiais e o programa de desenvolvimento para o baixo Vouga elaborado pela Comissão de Coordenação da Região Centro, é disso um vivo exemplo.

Entre a descrição das principais acções e medidas a realizar é destacada a necessidade de um estudo e implementação dos esquemas gerais de regularização fluvial e de defesa contra as cheias! «insdispensáveis à potenciação dos recursos agrícolas disponíveis e a uma correcta gestão dos recursos hídricos».

De acordo com esse programa de desenvolvimento estas medidas justificam-se «com vista ao aproveitamento energético, defesa do ambiente, saneamento básico e desenvolvimento turístico».

Também os objectivos do programa não deixam de referir o cuidado a ter no desenvolvimento da actividade industrial, «não comprometendo a produção agrícola e turística, assim como sublinha — o bem-estar da população ao nível ambiental».

Perigos decorrem da indústria

A par das eventuais novas ameaças, as gentes de Aveiro não esquecem os problemas decorrentes da actividade industrial da area de Estarreja e daí que não estranhe o recente protocolo, firmado entre a Câmara de Aveiro e a universidade local, destinado a acções de impacto a curto prazo na qualidade do ambiente e na melhoria da qualidade de vida das populações.

Nesse protocolo estabelece-se que, sem prejuízo de alargamento a outras áreas, ficam como prioritarias as acçoes incidindo na qualidade do ar, qualidade da agua, resíduos solidos e planeamento e ordenamento do territorio.

Mas a unanimidade de pontos de vista em torno de questões ecologicas nem sempre acontece e se a Comissão de Coordenação da Região Centro considera, por exemplo, que a construção do estrada-dique Aveiro - Murtosa «sera de todo o interesse», designadamente por possibilitar a recuperação agricola na area, os ecologistas falam em perigo de morte «para esse importante ecossistema».

Na perspectiva do Centro de Estudo do Ambiente e da Qualidade de Vida (CEAQV), com sede em Aveiro, «caso este projecto algum dia venha a ser concretizado, nomeadamente no que diz respeito à construção da estrada-dique Aveiro - Murtosa e aos planos de drenagem e enxugo de terras, muito iria mudar e ser destruido na ria».

«A estrada-dique, por um lado, iria aumentar o número de pessoas e viaturas, provocando um aumento da poluição atmosferica, sonora e aquatica, devido aos gases de escape e lixos que então ai seriam depositados e, por outro lado — sustenta o CEAQV —, constituiriam uma barreira que acabaria por concentrar ainda mais aguas, ja de si poluidas.»

Por seu turno, e contrariamente a esta perspectiva, a Comissão de Coordenação da Região Centro sustenta que a execução de semelhante projecto vem permitir a facilidade de acesso da população da Murtosa a Aveiro e o escoamento dos produtos industriais da zona de Estarreja atraves do porto de Aveiro.

Problemas correm nos braços da ria

Mas pelos canais da ria correm tambem problemas mais acentuadamente sociais e economicos e nesse sentido vai a preocupação manifestada por um conjunto de pescadores da ria ao ministro das Obras Publicas, em carta enviada no mês de Setembro.

«Queremos uma ria desassoreada, precisamos de portos de abrigo, dependemos de uma passagem rapida e segura entre o canal de Mira e o porto de pesca longiqua» — reclamam os pescadores artesanais da administração central, para que não sejam destruidos «os meios indispensáveis» à sua sobrevivência.

Na carta enviada a Oliveira Martins, os pescadores fazem notar que existe um canal, o estreito de Oudinot, com 20 metros de largura e dois quilometros de comprimento, «que sempre permitiu a travessia entre o canal de Mira e o porto de pesca longiqua, ate que as obras do porto, por descuido ou negligência, provocaram o aterro duma vasta zona a meio da longitude do canal».

Pretendem os pscadores, com o apoio da Câmara de Ilhavo, que o acesso ao porto de Aveiro permita a manutenção da navegabilidade do canal como passagem rapida, económica e segura, percurso que corresponde a um terço «do que da a volta pelo canal central de navegação, entre S. Jacinto e a Gafanha» — observaram.

Com amorte eventual do estreito de Oudinot, os pescadores receiam o perigo de abalroamento dos seus pequenos botes e bateiras pelos grandes barcos, que certamente demandarão o porto de Aveiro, bem como a perigosidade das correntes fortes.

Sustentam ainda que o referido canal «e fundamental no escoamento das aguas pluviais dos lugares da Chave, Bebedouro e Cambeia, zona extensa e alagadiça», e que o seu desaparecimento «obrigaria a construir uma conduta de grande calibre e extensão, com gastos, sem dúvida, elevados».

No Ano Europeu do Ambiente

ALTERNATIVA VERDE: A NOVA ORGANIZAÇÃO ECOLOGISTA

«Primeira e grande tarefa» a realizar em 1987, Ano Europeu do Ambiente, é a educação ambiental. Quem o defende é o novo grupo ecologista Alternativa Verde, que se apresenta como sendo de esquerda liberal e cristã.

Em manifesto divulgado ontem, a Alternativa Verde sustenta que uma acção esclarecedora das populações no sentido da preservação do ambiente deve ser desempenhada pelas associações ecológicas, enquanto que o lado político das questões deve ser entregue às organizações ecologistas.

Pretende-se assim uma confluência de esforços entre ecólogos e militantes de ambiente, sublinhando-se no manifesto que os membros da Alternativa Verde contribuirão, enquanto sócios de grupos ecológicos, «para a sensibilização e educação ambiental», e na qualidade de militantes de organizações ecologistas «intervirão decididamente e de forma clara na sociedade política portuguesa».

Mas Alternativa Verde não pretende unicamente um papel pedagógico, propondo-se igualmente a elaboração de um projecto de regionalização para o nosso país, tendo «em conta a defesa do ambiente, a conservação da Natureza, a defesa de todo o património cultural e um desenvolvimento ecológico equilibrado para todo o território». Por isso, mesmo, tencionam os ecologistas do movimento recém-formado uma prática política «alternativa e ecologista» para as autarquias.

Os alternativos, que se identificam como o embrião de uma associação política ecologista, pretendem fundar proximamente a federação ecologista Verde Ibéria, em conjunto com activistas espanhóis.

Seminário em Aveiro

Deputados, autarcas e ecologistas participam no seminário «1987 — Ano Europeu do Ambiente/Património Natural e Cultural de Aveiro», que decorrerá nesta cidade no próximo sábado — anunciaram os organizadores.

Promovido pelo Centro de Estudos do Ambiente e Qualidade de Vida (CEAQV), o seminário contará com a presença dos deputados Horácio Marçal (CDS), Ângelo Correia (PSD) e Ribeiro Telles (independente) e ainda dos presidentes das Câmaras de Ílhavo, Murtosa e Ovar, entre outros.

Na ocasião, o CEAQV apresentará uma reflexão sobre o tema do seminário, abordando entre outros aspectos um projecto de regionalização para Aveiro e um outro mais directamente relacionado com uma perspectiva ecodesenvolvimentista.

Dos temas a abordar destacam-se a lei — quadro do ambiente e da água e a defesa do meio ambiente, bem como a regionalização e a defesa dos patrimónios natural e cultural.

Guadiana: peixes mortos no lado de cá

A direcção dos Serviços Hidráulicos do Guadiana mandou proceder a análises laboratoriais aos peixes, recentemente encontrados mortos no rio Guadiana, na zona entre Mértola e Alcoutim, revelou ontem um responsável pelo organismo.

Tito Lívio, em declarações aos microfones da RDP/Sul, manifestou incerteza quando à data da morte dos peixes.

Na sua óptica, «não há motivos para alarmes» mas, sublinhou, «temos que saber com urgência se aqueles peixes», que estão a aparecer mortos, no lado português, morreram agora ou se vêm com a corrente, já mortos de Espanha».

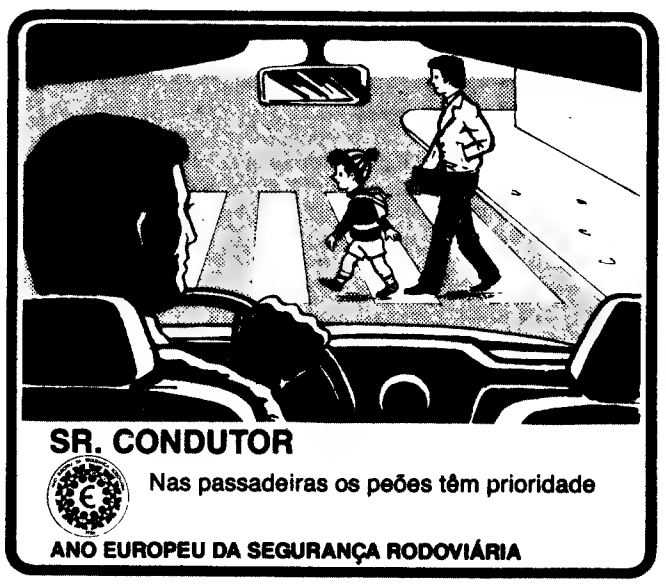
Segundo aquele responsável, não existem «fontes poluidoras» perto de Alcoutim «e não há razão aparente» pelo facto.

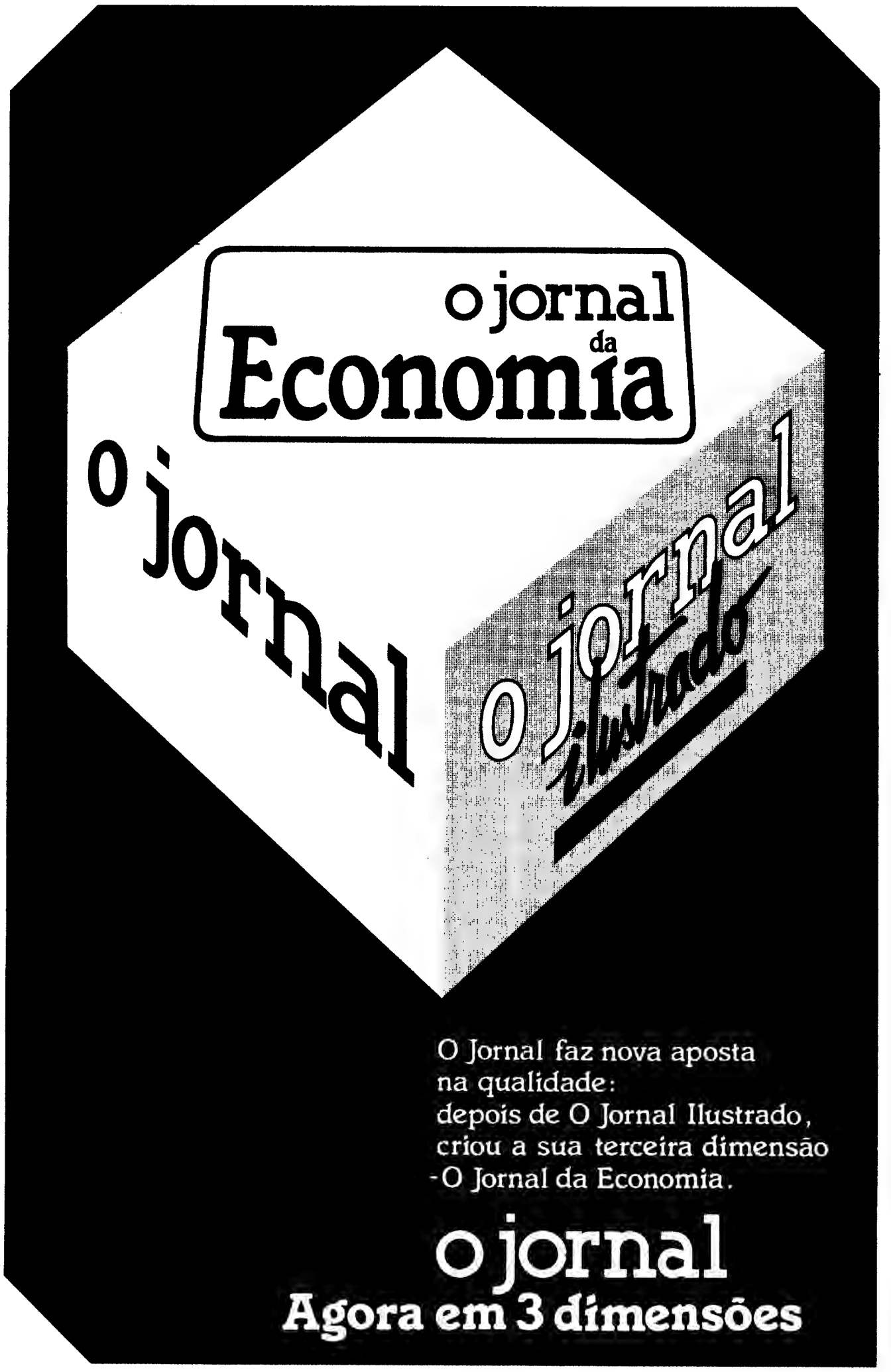
Por sua vez, os autarcas de Alcoutim estão preocupados e decidiram convocar uma reunião de urgência para hoje, a fim de discutirem a situação e tomarem medidas caso se verifique qualquer sinal de poluição do rio, naquela zona.

Movimento de Informação Cultural

No Estoril onde tem sede, o Movimento de Informação Cultural (M.I.C.) realizou, no passado dia 29 de Dezembro, a assembleia geral para eleições dos corpos gerentes. O Comité Directivo ficou constituído por Fernando Grade (Presidente), Teresa Brochado Marques (Vice-presidente), Alexandre Boaventura, Antónia Samy Lagoal, Adriana Cação, Ester Pintasilgo, Rudolfo Bracelo, efectivos, e como suplentes, Jaime Polónio, Sofia Castanheira, João Morgado, Joana Castro Gomes, Paula Catarrão Antunes, Carlos Sampaio Crespo, Pedro de Castro Silvestre. Foram, também eleitos os membros do Conselho Directivo, José Augusto Sardeia, Constantino Rodrigues, Euclides Morais, e da mesa do Plenário, (Ermelinda Preste – Bernardes, Júlio Braga, José Tenente Semedo).

O M.I.C. (Apartado 4, S. João do Estoril) completou dez anos de actividade cultural e editorial. A última edição com a chancela do M.I.C. é o livro de Fernando Grade: «Os Poetas Nunca Mentem, Falam de Outra Coisa».

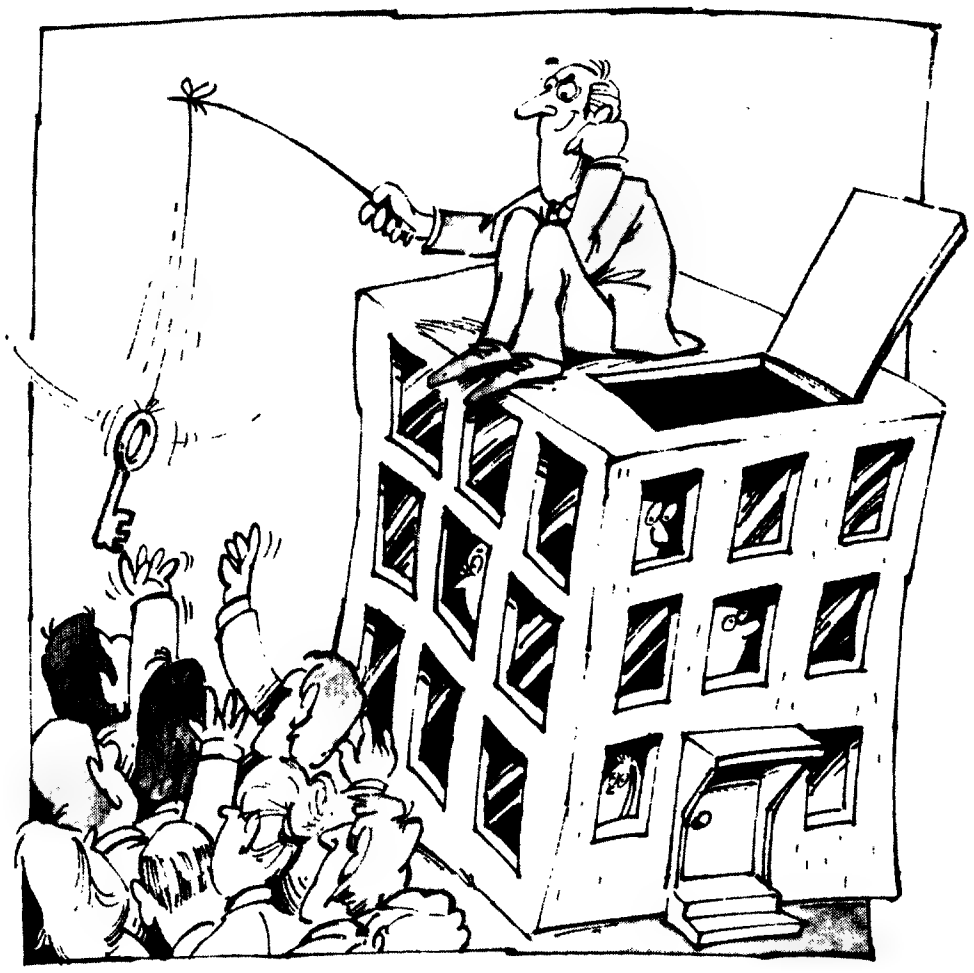




NUMA SOCIEDADE DE CONSUMO TODOS LUCRAM

Beja Santos

Escolheu-se propositadamente uma epígrafe provocadora e chocante para este apontamento, já que dispomos de informação suficiente para não acreditar nas promesas de generalização das abundâncias, sonhos, bem-estar, plena satisfação no trabalho e no consumo. E, como é óbvio, nem todos lucram quando por falta de saúde se apanha um enfarte e quando o enfarte põe em actividade engrenagens mercantis da saúde; ou se diz que a higiene e limpeza são os factores mais importantes para prevenir a acne e depois se garante aos jovens que têm a cura à escolha de entre trinta pomadas, cremes e loções suavizantes ou hidratantes; ou se apela ao discernimento alimentar lembrando aos consumidores que comer racionalmente não é sinónimo de comer caro e quando vemos organizações de consumidores ao invés de fazer a apologia de uma boa almoçadeira de leite com um naco de pão de mistura acompanhado de uma talisca de queijo ou uma fatia de carne desengordurada a incensar a superdispendiosa taça com flocos de cereais com os seus glúcidos, fibras alimentares, vitaminas essenciais do grupo B, certas proteínas e minerais como o ferro, o zinco e o magnésio... nutrientes que se encontram no pão de mistura e na almoçadeira de leite?



Não, nem todos lucram, pois uns dispõem de lucros dessa abundância que serve para homogeneizar as consciências, outros dispõem do essencial de sedução, e todos estes mais um aparelho político mantêm uma estrutura social de domínio, e há uma legião de «privilegiados» que tem a eternidade por sua conta para confiar na justa repartição dos tesouros Ali-Babá. Como adiante se procura interpretar.

Metro, Trabalho, o-ó

Na urbanização industrial, a motivação para o trabalho resulta de possuir alguns conhecimentos restringidos a uma área do saber que dêem um mínimo de satisfação às partes contratantes. O trabalho é cada vez mais dependente e parcelizado, pois a motivação que permite assegurar as necessidades fundamentais enfraquece ao mesmo tempo que é estimulada a febre de possuir todas as marcas de distinção e signos hierárquicos. Nos tempos livres, procura-se dar a ideia ao indivíduo que ele recicla desse «trabalho às fatias», faz-se crer que aumentam os conhecimentos e que estes lhe facilitarão a especialização técnica e profissional e o controlo da cultura geral — aqui estão as razões de sucesso de alguns cursos acelerados e de revistas do tipo Selecções do Reader's. Assim se urdem as recompensas nà pirâmide social e as suas gratificações narcisistas.

E para dar satisfação a todos estes artifíces do desejo são postas a funcionar algumas propostas sedutoras: a da melhoria da qualidade de vida, por exemplo.

Antigamente falava-se na melhoria do nível de vida destinada a aperfeiçoar a competividade entre técnicos e assalariados qualificados — incitava-se assim os competidores a adquirir mais bens de consumo (férias, electrodomésticos, casa secundária, automóvel, vestuário, material vídeo e fotográfico, etc) para se distinguirem socialmente através do «status». Malograda esta proposta de massificação de satisfações individuais, faz-se moralidade sobre um ambiente afectado em todas as suas vertentes; «habitat», local de trabalho, transportes, relação familiar, ordenamento do território. Agora, perfila-se um conceito mais vasto e obstratizante em que tanto contam as expectativas individuais como as exigências do grupo, assim contemplados nas seguintes áreas fundamentais: saúde; desemvolvimento por meio da educação; emprego e qualidade de vida; tempos livres; capacidade pessoal para adquirir bens e serviços; meio físico; segurança pessoal e administração da justiça; oportunidades e participação social. Ou seja, enquanto o nível de vida se circunscreve à dimensão do sucesso no consumo e elevação de estatuto de cidadão-consumidor, no conceito de qualidade de vida cabem as três dimensões da pessoa: biológica, psíquica e social. O que alarga o campo de acção do desejo: mais saúde para o consumidor; alimentação racional para dar mais qualidade de vida; escolha de uma urbanização de qualidade... e instala-se uma industrialização de nostalgias à volta de ambientes, locais, profissões, géneros de vida desaparecidos na voragem da massificação. O combate ao desemprego não passa, por isso mesmo, por reabilitar técnicas extintas, hábitos comunitários onde cabem a pesca, o artesanato, os alimentos regionais, o turismo de aldeia, a aquacultura?

Enfim, tendo o trabalho industrial deixado de satisfazer as necessidades de realização, e até de libertação de energia, avolumam-se as críticas ao sagrado princípio do «metro, trabalho, o-ó», a sincronização indispensável da sociedade de consumo: tempo para celebrar o Natal, tempo produtivo atrás da secretária ou na linha de montagem, tempo de compras para que toda a produção seja escoada por consumidores satisfeitos.

A Imaginação no Quotidiano Consumista

A ordem do consumo define-se numa palavra: mérito. Julgamo-nos merecedores de participar na produtividades e no conformismo das estruturas sociais, isto é, no reforço dos laços dos domínios e desejos em que assenta a doutrina «numa sociedade de consumo todos lucram». É mediante esta ilusão, o mérito, que encontramos justificação para as gratificações que dão a sensação de sermos proprietários de tudo sem nada possuir.

É este o sentido da vida consumista: o mérito de estar doente para descobrir as alegrias da reabilitação; o sonho fabuloso dos jovens desempregados para se tornarem patrões; cuidar da pele e da fisionomia para fazer boa figura, etc. Vamos aos exemplos:

• Antigamente um enfarte de miocárdio significava uma ruptura com a vida normal. Sendo compreensível que a família, a profissão, os médicos e a sociedade em geral impulsionam um novo tipo de consciência que altere este preconceito, mas é menos verdade que a reabilitação não deve servir de pretexto para arranjar novos profissionais que aliviam a consciência do doente, quando o fundamental é acabar com a atitude superprotectora com o enfartado. Com a doença não devem lucrar mais profissões incapacitantes como pretendem os tecnocratas que esperam solucionar a crise económica com toda a forma de dependências do medo clínico, das terapias e das assistências sociais.

• Os cereais pré-embalados são um dos mais chorudos negócios da China, traduzindo-se em lucros de cornucópia as indústrias que conseguem afastar crianças e adultos do primeiro-almoço económico a favor desses cereais que chegam a ter cargas superiores a 40% de açúcar e envolvidos em embalagens de cores atraentes. Falar em cereais enriquecido ou vitaminados é o mesmo que falar em pão enriquecidos ou vitaminado... mas é para nos pôr a comer mais caro! E não vale a pena sugerir que o consumidor tem direito a estar informado sobre a lista dos ingredientes para ter uma noção exacta do valor nutritivo de um dado cereal... o que está mesmo em causa é que os consumidores devem ser desaconselhados destes alimentos supérfluos que só servem para trazer dificuldades ao orçamento familiar e para introduzir hábitos alimentares incorrectos.

• Está na moda entusiasmar os jovens com o risco empresarial: quem tem ideias para se tornar um novo e dinâmico empresário atira-se de cabeça aos fundos comunitários. Nada melhor neste período de incertezas que fomentar a imagem do ganhador desconhecido que espera por si. Entendamo-nos que o problema é de mentalidade: dá as tuas ideias a bom preço que o investidor (que mais parece uma companhia de seguros...) estudará a tua proposta. Ninguém tem nada contra projectos engenhosos e criativos dos jovens, pelo contrário. A interrogação que nos fica é como é possível estarmos tão aturdidos ou distraídos que não vemos que estas campanhas de emprego e mérito ao talento resultam essencialmente lucrativas para os seus promotores? Como pôr fim a este consumo de exploração da credulidade dos candidatos a empresários?

• «Cuidar da fisionomia para fazer boa figura» é uma das contradições mais curiosas do consumismo. Uma pele jovem e firme requer muito simplesmente uma boa limpeza com água e sabonete, e nada mais. Certamente que há peles gordas, desidratadas e secas, e até do tipo misto, e quanto mais limpas estiverem menores serão os riscos de maus tratos. Uma pele gorda sofre com a maquilhagem. Pode-se usar uma loção tónica para a pele seca e um hidratante contra as agressões do vento e do frio... mas o melhor remédio não é um bom copo de água? Não há mesmo cremes para proteger a pele da longa exposição solar, isto quando se sabe que é a longa exposição solar que envelhece mais rapidamente a pele?

Urgindo concluir, dir-se-á que as organizações que promovem os interesses do consumidor têm de actuar com propósitos determinantemente denunciadores das inúmeras situações lesivas, promovendo a elaboração de «dossiers» para divulgação oportuna junto de escolas, cooperativas, imprensa regional, movimentos de mulheres, sindicatos, não sendo de excluir a própria acção autárquica. A pedagogia prevista consegue obter melhores resultados que o sensacionalismo e o alarmismo, por onde, infelizmente, se pautam algumas acções consumeristas. Devemos acima de tudo desmontar a ideologia daqueles que nos pretendem convencer das falsas igualizações e os falsos benefícios da sociedade de consumo.

QUEM DISSE QUE OS ALEMÃES TRABALHAM MUITO?

● Em 1986 os alemães tiveram em média 157 dias livres
● Já se começa a discutir a semana de quatro dias de trabalho

PROVERBIALMENTE qualificada de nação laboriosa, a Alemanha Federal é um dos países onde menos dias se trbalha por ano: em 1986, os assalariados alemães-federais tiveram em média 157 dias sem trabalhar, segundo revelam as estatísticas oficiais recentemente divulgadas em Bona.

Determinante para este número é o elevado número de dias de férias, assim como a disposição legal que desde 1972 estabelece os sábados como dias feriados

Em 1986, os alemães-federais tiveram em média 30 dias úteis de férias, ou seja seis semanas do calendário

A estes juntam-se os fins-de-semana, ou seja 52 sábados e 52 domingos, e 12 dias feriados de carácter religioso ou oficial

A todos estes dias há a acrescentar ainda uma média de 11 dias anuais que os trabalhadores tem direito a ficar em casa com baixa médica

Em comparação com os números de 1960, regista-se um claro aumento das férias, que naquele ano representavam uma média de 16 dias úteis, acrescidos de 26 sábados feriados por ano

Os números restantes apenas sofreram pequenas modificações durante os últimos 26 anos· em 1960, houve dez dias feriados mas a média de dias em casa, com baixa médica foi, com 14 dias, superior à deste ano No total, em 1960 os trabalhadores alemães tiveram 118 dias livres

Embora ainda se encontre em vigor um convénio entre sindicatos e empresários que fixa uma jornada de trabalho semanal de 40 horas, isto foi modificado pela primeira vez em 1984, quando os sectores metalúrgico e tipográfico aceitaram' — depois de uma greve prolongada — assinar contratos sectoriais de 38 horas de trabalho

O objectivo dos sindicatos é fixar uma jornada de trabalho semanal de 35 horas, que permita uma melhor distribuição do tempo de trabalho e superar assim o elevado desemprego que actualmente atinge uma taxa de 8,3 por cento, equivalente a dois milhões de desempregados

Os empregados opõem-se a um acordo global que institua as 35 horas semanais, sublinhando que osus custos laborais aumentariam de maneira desproporcional, afectando sobretudo as pequenas e médias empresas

No entanto, vai crescendo a convicção de que no futuro será necessário tomar novas medidas tendentes a flexibilizar a jornada laboral, devido ao facto de a introdução da informática e dos computadores nos postos de trabalho reduzir objectivamente o tempo necessário para numerosas oprações

Desta maneira se cou à discussão pública, admitindo a possibilidade de instituir a médio prazo a jornada laboral de quatro dias semanais

Esta perspectiva reflecte, por um lado, um alto nível de desenvolvimento económico· actualmente, a Alemanha Federal é já um dos países cuja semana de trabalho é a melhor remunerada do mundo

O rendimento bruto mensal dos assalariados é, em média, de cerca de 1850 dólares, enquanto o rendimento *per capi'a* anual da população se situa nos 12 000 dólares, o que coloca este país entre as 10 nações com maiores rendimentos do mundo

Mas a jornada laboral em economias como a norte-americana ou suíça, que superam o rendimento *per capi'a* da Alemanha Ocidental, é inferior à vigente na RFA

Por outro lado, contudo, o aumento dos tempos livres criaria novos problemas de tipo sociológico e psicológico, ainda difíceis de prever

Este tema é de resto já actualmente alvo de detalhada análise· por um lado, o tempo livre favorece as actividades culturais e de entretenimento, promovendo com isso a chamada «indústria do ócio»· teatros, cinemas, espectáculos desportivos, agências turísticas e outros

Por outro lado, estudos psicossociais ssinalam que o ócio tende a fomentar as depressões, a par das quais aumentam os fenómenos como o alcoolismo e o consumo de drogas

No mês de Novembro

Inflação portuguesa foi a maior de toda a Comunidade Europeia

A inflação portuguesa no mês de Novembro--0,9 por cento--foi a mais alta entre os Doze, numa variação média comunitária mensal de apenas 0,1 por cento, segundo informação do Eurostat, o gabinete europeu de estatísticas.

Em média, a taxa anual de inflação em toda a Comunidade,no mês de Novembro, foi inferoior em três por cento a idêntico mês do ano anterior, o que acontece pela primeira vez em 20 anos.

Portugal tinha,em Novembro, uma taxa anual de 10,6 por cento-segundo o Eurostat-e que era apenas superada pela da Grécia(19,8 por cento). No entanto,a Grécia registara um índice mensal inferior ao português:0,7 e 0,9, respectivamente.

A Alemanha e o Luxemburgo estão com taxas anuais negativas e, para além deles, também a Espanha(0,2) e a Bélgica(0,1) registaram variações mensais negativas no mês de Novembro.

Cavaco não quis ouvir "Janeiras" dos sindicatos

Um grupo de sindicalistas da União dos Sindicatos de Lisboa não conseguiu, ontem à tarde, cantar as janeiras à porta da residência oficial do primeiro-ministro Cavaco Silva.

Impedido o acesso às imediações de S.Bento por um corpo da polícia, o grupo musical deslocou-se para as ruas da Baixa e Chiado, cantando os refrões recusados por Cavaco Silva, entre eles, aquele que diz: «este governo mor-cego/vergonha é que ele não tem/tira o pão, tira o emprego/e diz que tudo vai bem».

A União dos Sindicatos de Lisboa regista que a conduta do primeiro ministro contrasta com «a adoptada nestes dias para com outros grupos musicais» com quem inclusivamente conversou e bebeu.

Afecto ao PSD

Novo Sindicato Médico no Norte

Um novo sindicato dos médicos do Norte vai nascer na próxima sexta-feira, altura em que se realizará a sua assembleia constituinte.

O Sindicato Democrático dos Médicos do Norte, assim denominado, próximo do PSD e, de acordo com os seus promotores, contando com centenas de adesões, exercerá a sua acção nos distritos a norte do Douro.

Anunciou ontem o ministro das Finanças

Depósitos a prazo baixam meio ponto

A liberalização das taxas de juro dos depósitos à ordem e a descida de meio ponto nas taxas dos depósitos a prazo entre 181 dias e um ano foram algumas das medidas ontem anunciadas pelo Governo. O ministro das Finanças, Miguel Cadilhe, divulgou-as durante a cerimónia de tomada de posse do vice-governador do Banco de Portugal, Alípio Dias, e integram-se num conjunto de medidas de política macroeconómica tendentes a liberalizar as taxas de juro.

Foi anunciada, também, a liberalização das taxas dos depósitos à ordem dos particulares, actualmente com uma taxa máxima de 4 por cento, mas acrescentou que estes ficam sujeitos a imposto de capitais.

Por outro lado, as taxas dos depósitos a prazo entre 181 dias e um ano descem de 15,5 por cento para 15 por cento, e todas as restantes taxas mantêm-se livres, segundo revelou o ministro durante a cerimónia no Banco de Portugal. Vão ser criados, igualmente, certificados de depósitos com taxas livres.

Quanto ao crédito, o ministro das Finanças referiu que as três taxas máximas actualmente em vigor (21,5 por cento para o crédito a mais de 5 anos, 20,5 por cento entre 2 a 5 anos e 18 por cento até 180 dias são substituídas por uma taxa máxima geral de 20 por cento e por uma taxa máxima especial de 17,5 por cento para o crédito de curto prazo, até 180 dias.

Em relação às reservas de caixa, é elevado o coeficiente dos depósitos à ordem de 12 para 15 por cento.

O ministro das Finanças revelou que o Banco de Portugal vai estudar a hipótese do desenquadramento do crédito para investimentos a mais de três anos (actualmente o desenquadramento é feito para um prazo superior a cinco anos. Disse ainda, que a conta poupança reformado passará a ficar isenta de imposto sucessório, para além do de capitais, e poderá ser tutelada pelo cônjuge e descendentes.

Em relação à política cambial, Cadilhe salientou, mais uma vez, que a desvalorização deslizante do escudo será de 0,5 por cento ao mês no máximo e que nos 12 meses de 1987 não ultrapassará os 6 por cento.

Em relação à inflação, o ministro reafirmou que ela não ultrapassará os 8 ou 9 por cento em 1987 e que em 1988 rondará os níveis médios da inflação dos países da Comunidade.

Exportação para os Estados Unidos afectada em 2,5 milhões de contos

Portugal será afectado em cerca de 1,7 milhões de dólares pelas medidas anunciadas pelos Estados Unidos contra a Comunidade Europeia, soube-se ontem em Bruxelas, de fonte americana. Isto significa a perda de cerca de dois milhões e meio de contos em exportações.

As exportações portuguesas afectadas — essencialmente de vinho branco — representariam 0,4 por cento de um total de 404,8 milhões de dólares de exportações comunitárias atingidas pelas represálias norte-americanas.

Essas medidas, que deverão entrar em aplicação a partir do fim do mês de Janeiro, se até lá não se verificar um acordo entre a Comunidade Europeia e os Estados Unidos, consistem num aumento em cerca de 200 por cento dos direitos aduaneiros aplicados sobre as exportações comunitárias de alguns legumes, presunto, queijos, gin, conhaque e vinho branco.

De acordo com a mesma fonte, todos os países da Comunidade Europeia são afectados, embora desigualmente, de forma a exercer pressão sobre aqueles que mais se opõem às concessões solicitadas pelos Estados Unidos em matéria do acesso do seu milho aos mercados comunitários.

A partir de sexta-feira, por outro lado, técnicos dos países membros da Comunidade Europeia começarão a estudar uma resposta «automática e equivalente» às medidas norte-americanas, a qual, em caso de falhanço das últimas tentativas em curso para evitar o confronto será aprovada nos próximos dias 26 e 27 pelos ministros dos Negócios Estrangeiros da Comunidade, reunidos em Bruxelas.

COTAÇÕES CRÉDITO PREDIAL PORTUGUÊS

COTAÇÕES DE NOTAS	(Por Unidade) COMPRA	VENDA)
ÁFRICA DO SUL (rand)	43$50	49$50
ALEMANHA FED. (marco)	74$85	76$05
ÁUSTRIA (xelim)	10$60	10$60
BÉLGICA (franco)	3$387	3$637
BRASIL (cruzado)	3$800	6$300
CANADÁ (dólar — notas de 1 e 2)	104$65	107$15
(notas de 5 a 1000)	105$15	107$65
DINAMARCA (coroa)	19$75	20$15
ESPANHA (peseta)	1$077	1$190
EUA (dólar — notas de 1 e 2)	143$95	147$45
(notas de 5 a 1000)	144$45	147$95
FINLÂNDIA (marka)	30$25	30$85
FRANÇA (franco)	22$50	23$20
HOLANDA (florim)	66$30	67$40
IRLANDA (libra)	203$60	207$60
ITÁLIA (lira)	$098	$113
JAPÃO (iene)	$861	$916
NORUEGA (coroa)	19$55	20$05
REINO UNIDO (libra)	213$25	217$75
SUÉCIA (coroa)	21$30	21$80
SUÍÇA (franco)	88$05	90$55
VENEZUELA (bolívar)	5$30	6$30

OBSERVAÇÕES:

1 — No respeitante a moedas, estas cotações devem ser consideradas a título meramente informativo.

2 — Todas as operações de venda estao sujeitas ao imposto de 6 por mil.

Estratégias flutuantes e aleatórias

No princípio da década de 70, a ideia da perda de peso do sector textil surge integrada num objectivo mais de «imitar um modelo de industrialização seguido nos países desenvolvidos», conferindo «um primado da indústria pesada em detrimento da ligeira». No seu tempo, segundo Jaime Andrez, falando a título particular num colóquio realizado em Aveiro, em Novembro último, subordinado ao tema «Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento», a ideia seria adequada, mas trouxe a confusão entre redução do papel e definhamento absoluto.

Em qualquer dos casos, e de acordo com aquele economista, «a própria importância do sector em termos sociais terá contribuído para a inibição de acções condutentes ao cumprimento desse objectivo», numa altura em que os países industrializados entravam na 4ª fase de 20 anos de reestruturação, num imenso esforço de inovação tecnológica, «eliminação de empresas marginais, reforço de competitividade e especialização em produtos competitivos».

A reestruturação aleatória

Em 1980, encomendado dois antes pelo Governo a uma firma internacional de consultores texteis, é apresentado um estudo de uma estratégia industrial para a indústria textil, com um plano de reestruturação de desenvolvimento do sector, «ajustando as capacidades produtivas ao nível do emprego, em excesso numa percentagem que variava entre 20 a 40 por cento.

O custo global do plano, «impossível e injustificável de cumprir», levam ao seu abandono, apesar de ter havido possibilidade de o aplicar, pelo sistema bancário, no tocante às exigências técnicas. Em sua substituição, previa-se o aproveitamento do então recém criado «SIII», «com um esquema de incentivos suficientes para um ajustamento estrutural».

Benefícios que o sector utilizou para, em parte, se modernizar, «embora de forma aleatória e permitindo um assincronismo tecnológico». Desta maneira, acabou por se expandir, contrariamente ao objectivo global da perda de peso na estrutura produtiva.

Durante os primeiros cinco anos da década de 80, a Direcção Geral da Indústria apresenta planos de reestruturação à média de um por ano, muitas vezes, «revestindo a forma de projectos de decreto-lei quadro do sector» e apresentando metas produtivas, de emprego e de estrutura financeira. Segundo um técnico daquele braço da administração pública, existem propostas desde 1977 sem qualquer resultado prático.

A «moda» da inovação

A partir de 1985, surge a «moda» das novas tecnologias e do papel motor da inovação, esbatendo-se as problemáticas entre a indústria ligeira e pesada ou das intensidades em capital ou trabalho. «As novas tecnologias de base do sistema tecnológico que se avizinha desenvolvem-se horizontalmente», perdendo-se a perspectiva sectorial e tornando «obsoleto» o termo de «indústria tradicional».

Isto num momento em que o sector aparentemente mostrava um crescimento de exportações, mas que um «estudo pormenorizado das causas e da forma» deixaria algumas dúvidas quanto a essa competitividade e modernização apenas centradas num conjunto restrito de empresas.

Os fundos da CEE

Simultaneamente, surge a justificação para um «enquadramento legal para a declaração de um sector em reestruturação», com base numa «tímida procura mundial» e num «surto de concorrência vinda dos países em vias de desenvolvimento». A reestruturação aparece então aliada ao elemento regional «com o objectivo fundamental de captação de fundos comunitários». Reestruturação que passará a depender da aprovação das Comunidades, impedindo qualquer reconversão com aumento de capacidade produtiva.

Nasce o Decreto-Lei nº283-A/86, criador do «Sistema de Estímulos de Base Regional, mais o Decreto-Lei 251/86 estipulador do regime de apoio à reestruturação de sectores industriais de base regional.

É ao abrigo nesse decreto-lei que se espera a saída da portaria que declarará o subsector de lanifícios em reestruturação, sobre a qual existem muitas dúvidas quanto ao seu interesse político e, por isso, quanto à sua real concretização.

Há máquinas do século passado ainda em funcionamento. A própria Câmara de Castanheira de Pêra já se propôs fundar com elas um museu da indústria no concelho

Do trabalho manual à utilização de maquinaria avançada vai um longo caminho a percorrer. Várias unidades em laboração nos lanifícios têm ainda todo esse caminho à sua frente

Indústria de lanifícios em causa

REESTRUTURAÇÃO É PALAVRA MÁGICA ...MAS SÓ DE BOCA

João Almeida

«Há perigo de falências num prazo mais ou menos curto e de ocupação por outras firmas, eventualmente estrangeiras», diz um técnico da Direcção Geral de Indústria (DGI). Muitas dúvidas, de facto, recaem sobre a eficácia da reestruturação da indústria de lanifícios da região da Beira Interior prevista num estudo prévio já aprovado pelo grupo de trabalho respectivo do Conselho Permanente de Concertação Social, à espera de portaria regulamentadora e da aprovação da CEE.

A situação é muito melindrosa, dado que o subsector de lanifícios, criador de 10 por cento da produção têxtil, num total de 25 milhões de contos, e empregando 20 mil trabalhadores, pode estar comprometido.

Segundo aquele técnico da divisão têxtil da DCI, as verbas previstas no plano de reestruturação da indústria de lanifícios da Beira Interior, num total de 3,5 milhões de contos, serão insuficientes para o objectivo de, equilibradamente, influenciar a globalidade ou, pelo menos, uma percentagem razoável das empresas nos seus aspectos operacionais, isto é, tecnológicos, financeiros e comerciais.

A cobertura da totalidade dessas empresas «elevaria para o dobro as verbas orçamentadas», num total de 7 milhões de contos. Aliás, a reestruturação prevista apenas se refere à manutenção da produção, de acordo com as normas comunitárias para os sectores em reestruturação, impeditivas de qualquer acréscimo de capacidade produtiva.

Apesar de previstos no estudo prévio, os 3,5 mihões de contos não são seguros, estando o montante final, realmente canalizado para a reestruturação, dependente das disposições que a portaria respectiva, aprovada pelo Ministério da Indústria, estabelecer, o que neste momento é uma incógnita.

Numa altura de faladas mudanças estruturais, em que o próprio estudo prévio prevê uma concorrência feroz - susceptível de suprir uma certa pressão da procura internacional, ainda não satisfeita pelo crescimento da produção internacional, em particular dos «países de economia retardada», concorrendo-se com um sector espanhol em reestruturação há mais de 20 anos- cabe perguntar o que faz correr o Ministério da Indústria.

Para onde corre o Ministério?

O estudo prévio da indústria de lanifícios da Beira Interior foi elaborado pela DGI, depois de solicitada a declaração do subsector em reestruturação pela Associação Nacional dos Industriais de Lanifícios, tal como o Decreto-Lei nº251/86 estipula. Para esse efeito, foram estabelecidos contactos entre a Direcção Geral da Indústria e os empresários e, percorrendo os trâmites exigidos, foi sujeito à apreciação do grupo de trabalho do Con-

selho Permanente de Concertação Social que o aprovou. Espera-se, agora, a saída da portaria que declare o subsector regional em reestruturação e onde deverá constar o respectivo programa de acção.

Dando luz verde, ao considerar a reestruturação sectorial de «necessidade e prioridade», o ministro da Indústria terá de aprovar, sob proposta da DGI, aquela portaria. Ora, desconhece-se no Ministério da Indústria a existência de qualquer proposta para a elaboração da portaria. Por isso mesmo, só se prevê para muito mais tarde a regulamentar audição dos parceiros sociais em relação a esse documento e a posterior aprovação pelo Governo e pela Comunidade Europeia.

O montante, considerado insuficiente, está de acordo, segundo fontes próximas do Ministério, com a falta de interesse reservadamente manifestada pelos responsáveis governamentais, integrando-se o projecto de reestruturação na linha geral de contenção orçamental de despesas para efeitos de imagem pública.

O critério correcto deveria definir um conjunto de produção e emprego necessários de manter e em conformidade determinar o montante necessário. De acordo com Angela Amorim, directora dos Serviços Texteis e Confecção daquela direcção geral, a verba estabelecida apenas se refere à manutenção de um dado volume de produção.

A questão-chave

1. Propostos apenas 3,5 milhões de contos para a modernização do subsector dos lanifícios

2. Esta verba não chega nem para metade das empresas

3. Ainda não se sabe SE e QUANDO esses 3,5 milhões serão libertados

Projecto de reestruturação

Segundo reza o estudo prévio, as disponibilidades financeiras a afectar ao fundo de reestruturação repartir-se-ão pelos apoios a fundo de maneio (1,3 milhões de contos), ao investimento em capital fixo (1,7 milhões de contos), à introdução de quadros superiores (200 mil contos), à assistência técnica aos projectos (200 mil contos).

A fazer fé no mesmo estudo, as medidas far-se-ão em regime de compartição a fundo perdido, até ao montante de 75 por cento do custo de projecto de reestruturação, e apoios específicos visando as contribuições para Segurança Social, vencimentos, investimentos de modernização, reavaliações do Activo e assistência técnica, bem como algumas medidas de saneamento financeiro.

Para ter acesso aos fundos, os projectos serão sujeitos a condições de elegibilidade, respeitantes, entre outras, à demonstração da viabilidade tecnológica e económico-financeira, de efectiva capacidade de gestão, nomeadamente através da apresentação de elementos curriculares dos gestores, cobertura do património com capitais próprios superior a 15 por cento no início do projecto e 25 por cento no final.

Surgem as dificuldades

«Se os empresários não tiverem dinheiro suficiente para preparar os projectos, com ou sem ajuda, o Estado não pode fazer nada», afirma Angela Amorim, directora dos Serviços Têxteis e Confecção da DGI, acrescentando que nesse caso «venham outros investidores a sério».

Essa pode ser a realidade a enfrentar porque o estudo prévio de reestruturação aponta para a existência de «uma média preocupante» da estrutura de capitais das empresas, com solvabilidade de capitais próprios em alguns casos negativa. A insuficiência de capitais está «aliada a uma prática exacerbada de recurso a débitos de curto prazo, que conduzem a insuficiências de fundo de maneio preocupantes». Com rentabilidades de investimento negativas, rentabilidade de vendas revelando prejuízos e com um volume de negócios insuficiente para diluir o peso de custos fixos da ordem dos 54 por cento, terão os empresários condições para fazer o que nunca fizeram: arriscar?

Segundo Jaime Andrez, chefe da divisão textil daquela Direcção Geral, entre 1980 e 1984, foram investidos, só em máquinas e instalações e não necessariamente com capitais próprios, cerca de 50 milhões de contos sem que nada de fundo se tivesse alterado. Foram aprovados projectos «que não eram de reestruturação com apoios enormes ao abrigo de contratos de viabilização e subsídios de manutenção de postos de trabalho».

«Perdeu-se muito tempo», tendo os mecanismos de reestruturação existentes sido «desperdiçados em pagamentos de juros, dívidas, etc»- acrescentou Jaime Andrez.

Desequilíbrios irreversíveis?

Esse terá sido o resultado da «inexistência de tomadas de posição por parte dos poderes políticos» aliado ao carácter especulativo dos empresários, incapazes de investir «sem um quadro de incentivos», conforme afirmava o mesmo Jaime Andrez, num colóquio em Aveiro, em Novembro do ano passado, subordinado ao tema «Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento».

Na sua intervenção, aquele economista chamou a atenção para as medidas no âmbito da indústria têxtil correrem «o risco de virem a ser incompletas e insuficientes», pelo «atraso com que surgem» e pela «ausência de mecanismos de saneamento financeiro».

Relativamente à reestruturação de subsectores, Jaime Andrez diz que o impasse criado se deveu ao «custo das propostas de reestruturação anteriores e às implicações sociais que as mesmas envolviam, paralelamente às alterações sucessivas das teses de desenvolvimento defendidas para a indústria têxtil».

Neste momento, na opinião daquele economista, deixou-se avançar os desequilíbrios para «níveis irreversíveis ou demasiado onerosos», a que a escassez de recursos à disposição da indústria têxtil apenas fará os esforços de reestruturação «assumir o papel canalizador daquilo que o mercado, por si só, teria conseguido realizar».

Apenas metade da mão de obra actual

«Preocupante», diz, «é pensar que se poderão desaproveitar ou dispersar recursos» em empresas cuja recuperação «ultrapassa o custo da montagem de uma unidade nova». Outras há em situação de difícil recuperação e que sem apoios do Estado poderão definhar. Nestas situações, encontrar-se-ia um grupo perfeitamente demarcado de empresas e não apenas casos esporádicos.

A preocupação redobra, no entender de Jaime Andrez, «se o ritmo esperado para a libertação de mão-de-obra vier a ser mais rápido do que o surgimento de empregos alternativos».

Sobre a libertação do recurso «mão-de-obra»(o que significa, traduzindo do «economês», despedimentos) o estudo prévio de reestruturação da indústria de lanifícios prevê taxas da ordem de metade daquela que se encontra empregue.

Como afirma Jaime Andrez, «não se trata de dispensar as pessoas empregues em 50 por cento das empresas», mas sim a dispensa de las em função das novas tecnologias, novos processos de produção e organização das empresas.

«A alternativa é mais grave-disse Angela Amorim, ao Diário de Lisboa- porque neste momento existe a concorrência de países de custos mais baixos e de países industrializados que podem elevar a 80 ou 90 por cento a mão-de-obra libertada» no caso de nada se fazer.

Em termos de desemprego no sector seria simplesmente catastrófico. Conforme também nos garantiu Jaime Andrez, trata-se de «uma área nefasta onde se verifica um excesso de trabalhadores e não se pode aumentar a produção para justificar o emprego dos trabalhadores dispensados».

Incógnita geral

Soluções para esta situação encontram-se previstas no estudo prévio através de acções por parte do Ministério do Trabalho no sentido de apoiar a reciclagem de quadros operários, projectos de formação e a criação de programas ocupacionais para os trabalhadores, provisória ou definitivamente, desempregados. Ao Ministério do Trabalho competirá, também, a criação de condições para consolidar as dívidas à Segurança Social e o lançamento de esquemas especiais de reforma antecipada.

Contudo, segundo fontes do Ministério do Trabalho, não estão ainda aprovados os enquadramentos legais destas acções, não havendo sequer contactos interministeriais para a calendarização de todo o processo.

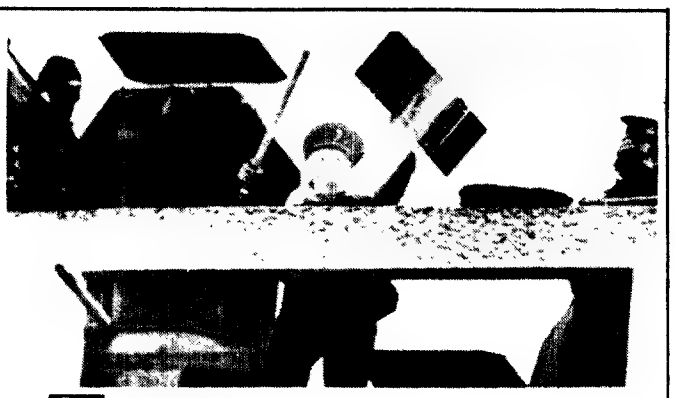
Enquanto não sair a portaria regulamentadora, nada de concreto se sabe, inclusivamente se o montante afectado atingirá os 3,5 milhões de contos previstos no estudo prévio. Poder-se-ia também perguntar por que razão não são aplicados, pelo menos, os 7 milhões de contos julgados necessários, verba inferior a 0,4 por cento das despesas do Orçamento do Estado para este ano. A resposta pode ser encontrada na deliberada política de contenção de despesas, mesmo que ela, por razões de imagem do Governo junto da opinião pública, sacrifique interesses fundamentais para o futuro do subsector dos lanifícios e, em particular, dos seus trabalhadores.

AMANHÃ NO DL
Sem a reestruturação Castanheira de Pêra pode ser varrida do mapa

Um grupo de prisioneiros líbios, capturados r. norte do Chade após violentos combates, tentam proteger-se das pedradas da multidão durante o desfile pelas ruas da Djamena. Entretanto, a França e a Líbia parecem empenha..s em minimizar o ataque aéreo de Tripoli contra as localidades chadianas de Arada e Um-Chaluba.

A bancada do Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul apresentará na Assembleia Constituinte uma proposta de alteração da política de pagamentos dos subsídios dos deputados e senadores, soube-se ontem em Brasília.

A ideia é propor um valor fixo para o salário dos parlamentares, que só receberiam aumento se houvesse acréscimo no salário minimo dos trabalhadores. Actualmente, os congressistas brasileiros não pagam imposto de rendimento, não precisam de comparecer às sessões para receber integralmente os subsídios e ganham por mês cerca de 100 mil cruzeiros (mil contos).



Três prisioneiros da cadeia de Glascow, na Escócia, usando uniformes policiais, gritam para os jornalistas do alto do edificio prisional, após um grupo de reclusos se ter amotinado. O motim provocou ferimentos em 34 guardas. Várias dezenas de presos barricaram-se segunda-feira à noite e retiveram 41 guardas no último piso da prisão. Os presos protestavam contra as condições de encarceramento.

SIDA fabricada em laboratório

Numa entrevista ao semanário italiano «Panorama», o inglês John Seale, especialista em doenças venéreas, reafirmou que o SIDA foi fabricado em laboratório durante as pesquisas para a guerra biológica.

Avançada, pela primeira vez, em 1984, por um biólogo soviético, tal tese é compartilhada por outros estudiosos, como o norte-americano Robert Streker ou o alemão oriental Jacob Segal.

Para Seale «o volume de indícios indicadores de uma origem artificial do vírus é mais que convincente».

«Não sei como e por que tais experiências foram feitas, mas o vírus é uma arma biobélica perfeita: desafia as reacções imunológicas destruindo o próprio sistema imunitário, infecta estavelmente a vítima até à morte e é incurável» afirma o especialista.

Segundo ele, a própria definição de SIDA (Síndroma de Imunodeficiência Adquirida) é redutiva e ambígua, dado que a doença ataca o cérebro, os intestinos e os pulmões, independentemente do sistema imunitário, sendo a imunodeficiência apenas um sintoma secundário.

Por isso, Seale afirma que é mais correcto falar em vírus da imunodeficiência humana.

Na entrevista, o médico contesta a teoria segundo a qual o SIDA é uma doença venérea e difunde-se através de relações homossexuais, alegando que actualmente, em África, ela atinge homens e mulheres heterossexuais, além de crianças.

O SIDA — observa — transmite-se de forma análoga à hepatite, sendo de excluir a hipótese de que tenha passado aos homens pelos animais.

Gestor de fábrica por anúncio

Um anúncio pedindo um jovem e dinâmico gestor para uma fábrica russa, surgido num jornal moscovita, levou à sua Redacção um «mar» de cartas, ao mesmo tempo que os candidatos manifestavam a sua maior surpresa.

O jornal das juventudes comunistas «Komsomolskaia Pravda», que publicava as reacções dos candidatos ao lugar, noticiava na sua edição de sábado, em título destacado: «fábrica de miniautocarros procura director-geral.»

«Acreditei sempre que os directores eram designados pelos gabinetes ministeriais», confessava um dos candidatos, numa carta em que escrevia ainda a sua «agradável surpresa».

O futuro gestor da RAF, que emprega quatro mil operários e produz 16 mil veículos por ano, deverá ter menos de 45 anos, ser «dinâmico, inovador e democrático».

O jornal «Komsomolskaia Pravda» refere que este perfil é essencial para o director poder manter a sua poltrona, de que vai ao ponto de publicar uma foto, e merecer o seu salário-base mensal de 600 rublos (900 dólares), pois, frisa, a fábrica foi sancionada no ano passado pela má qualidade dos seus miniautocarros e obrigada a autofinanciar-se a partir de 1 de Janeiro.

Buraco de ozono

Uma expedição espanhola à Antárctida está a investigar o «buraco de ozónio» que apareceu naquele continente, diminuindo a protecção natural aos raios ultravioleta, informou a agência EFE.

Imagens captadas pelo satélite Nimbus indicam que o centro da Península Antárctica, do extremo austral da barreira de Ross até à terra da rainha Maud, está afectado pelo «buraco de ozónio».

O buraco caracteriza-se pela diminuição da espessura da camada de ozónio na estratosfera.

A camada de ozónio é indispensável à vida na terra por constituir o único filtro protector aos raios ultravioleta do sol que produzem efeitos cancerígenos.

Calcula-se que uma descida de um por cento na camada de ozónio que protege o território dos Estados Unidos provocaria 20 mil casos adicionais de cancro de pele.

CONSUMO DE COCAÍNA AUMENTA 50 POR CENTO NOS EUA

Alejandro Kirk/IPS

Nos últimos três anos, o consumo de cocaína sofreu um aumento de 50 por cento nos Estados Unidos, enquanto as vendas de outras drogas, como a marijuana, tendem a diminuir, segundo estatísticas publicadas pelo Instituo Nacional de Abuso de Drogas (NIDA).Estes resultados são, contudo, considerados «conservadores» por William Pollin-director do NIDA até meados de 1986- uma vez que os métodos de investigação elegem as famílias e escolas secundárias, esquecendo as camadas sociais mais propensas ao consumo de drogas.

Num artigo publicado na última edição da revista «Issues in Science and Technology», da Academia Nacional de Ciências, Pollin afirma que as investigações efectuadas permitem concluir que cerca de 18 milhões de norte-americanos consomem habitualmente marijuana, que perto de seis milhões são consumidores de cocaína e que 500 mil optam pela heroína.

O «crack» (um composto de «cioca» e aditivos quimicos) é considerado o elemento potencialmente mais perigoso desta tendência que gerou uma polémica campanha nacional impulsionada pelo governo de Ronald Reagan.

Perante este cenário, as reacções da opinião pública norte-americana e canadiana atingiram laivos de histerismo, enquanto se mantem uma «atitude esquizofrénica» perante as drogas, segundo afirma William Goodstadt, especialista da Fundação de Investigações sobre Droga e Alcoolismo de Toronto.

«Esta atitude esquizofrénica perante o consumo de drogas é mais visivel no nosso amor pelo alcóol, tabaco, medicamentos de venda livre e drogas prescritas pelo médico que, apesar dos custos económicos, sociais e sanitários, continuam a ser subsidiados pelos governos, publicitados pelos fabricantes e supertolerados pelos consumidores», afirma Goodstadt.

Contrariamente à crença generalizada, o especialista canadiano assinala que, à excepção da cocaína e do crack, o uso de drogas não é epidémico e que a «esmagadora maioria» dos consumidores de drogas ilegais o são esporadicamente, ao mesmo tempo que são muitos os que se ficam pela primeira experiência.

As folhas de «coca» são a principal riqueza dos camponeses bolivianos. Recentemente, os Estados Unidos enviaram tropas para a Bolívia no âmbito de uma campanha contra os centros de produção de droga.

Repressão não é solução

Enquanto as estatísticas do Instituto norte-americano de Drogas mostram que 73,4 por cento dos consumidores habituais de marijuana experimentaram pelo menos uma vez cocaína, Goodstadt considera que a marijuana, o tabaco e oo alcóol não conduzem inevitavelmente ao uso de drogas mais fortes.

Goodstadt conclui que nenhum programa global de prevenção do uso de drogas tem possibilidades de êxito, porque estas estratégias devem ser esboçadas tendo em conta as características do consumidor, da droga e do modo de consumo.

Os programas «deveriam integrar um entendimento das influências pessoais e sociais associadas com uma forma particular de uso da droga», acrecenta.

Segundo Goodstadt, as possibilidades de repressão do consumo são limitadas: «as investigações indicam, por exemplo, que a lei que proibe a marijuana tem um escasso efeito dissuasor tanto para os que a não consomem-não o fazem por outras razões que não a da proibição- como para os que consomemmarijuana».

O governo norte-americano promulgou em Outubro uma lei que atribui 700 milhões de dólares a programas de repressão, tratamento e educação, e que estabelece sentenças mais severas contra os traficantes de narcóticos.

Ao mesmo tempo, os Estados Unidos comprometeram-se em campanhas internacionais de combate à produção de drogas, que incluiram o envio de forças militares para a Bolívia.

O presidente Reagan sugeriu também um programa de exames preventivos aos mais de dois milhões de funcionários públicos norte-americnos, o que originou um aceso debate em torno dos direitos constitucionais dos cidadãos.

Comportamento endémico

Naa revista «Issues», John Grabowski- director adjunto do Centro de Estudos de Desenvolviemnto na Universidade de Tufts- e Louid Lasagna, professor catedrático da Escola de Medecina da mesma Universidade, criticam a nova lei.

«O uso de drogas é um comportamento humano endémico» assinalam, e a ideia dos exames «parece encarar este consumo como uma epidemia médica curável com um procedimento de alta tecnologia».

«A evidência demonstra, contudo, que o consumo de drogas não é semelhante a uma doença contagiosa, mas sim que se espalha de um modo similar ao da extensão da aprendizagem. das tradições sociais e dos novos conhecimentos», acrescentam.

Tais padrões sociais determinam a existência de drogas que são toleradas e outras que o não são.

Segndo dados oficiais, sete dos 50 principais medicamentos receitados por médicos são administrados explicitamente para alterar o comportamento dos pacientes num sentido positivo, como são exemplo os medicamentos contra a ansiedade, os espasmos musculares e insónia.

Estas drogas, assim como o alcool e o tabaco, não fazem parte do programa oficial norte-americano, mas a alteração do comportamento-afirmam os especialistas- pode ser tão decisiva como a provocada pela marijuana e a cocaína na capacidade, por exemplo. dos pilotos, condutores, corretores da bolsa ou chefes militares.

Mas os apoiantes do programa oficial afirmam que nenhuma droga é tão perigosa como a cocaína e o crack, e que por isso são necessárias medidas urgentes.

24 HORAS

Atentado contra ex-presidentre

O lider cristão e ex-presidente do Líbano, Camille Chamoun escapou hoje com ferimentos ligeiros a um atentado, em Beirute Oriental, mas três dos seus guarda-costas morreram, informou a emissora cristã «Voz do Líbano». Um engenho de controlo remoto fez deflagrar 75 quilos de explosivos, que se encontravam num carro, à passagem do automóvel à prova de bala que transportava Chamoun e da viatura da sua escolta.

Vietname contra China

Tropas vietnamitas mataram quase 500 soldados chineses em confrontos fronteiriços no norte do Vietname, anunciou ontem a rádio de Hanoi. A emissora, captada pela BBC, informou que a infantaria chinesa lançou na segunda-feira três ataques na província frontreiriça de Ha Tuyen, mas foi repelida com pesadas baixas. A China e o Vietname mantiveram uma guerra fronteiriça em 1979 depois de Hanoi ter invadido o Kampuchea e ter derrubado o governo apoiado pelos chineses. Posteriormente têm ocorrido frequentes bombardeamentos ao logo da área montanhosa que separa os dois países.

Greves em França

A população de Paris viveu ontem um dia dificil devido às greves que afectam os transportes urbanos e a distribuição de energia eléctrica. O Metro funcionou a menos de 40 por cento, enquanto cerca de 60 por cento dos autocarros se encontravam em circulação, embora com muitas dificuldades e atrasos. Os combois da rede suburbana continuam paralizados pela greve dos ferroviários que entrou já no seu vigésimo dia e diversas zonas da capital francesa registaram cortes de electricidade de duração variável.

URSS apela para cessar-fogo

O ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, Eduard Shevardnadze, apelou para um cessar-fogo bem sucedido no Afeganistão a fim de que as tropas soviéticas possam regressar ao seu país, anunciou ontem a TASS. Schevardnadze, que se encontra no Afeganistão em visita oficial, fez o apelo durante uma recepção de boas-vindas em Cabul. A guerrilha que combate o governo afegão recusou recentemente um cessar-fogo proposto por Najibullah, afirmando que a solução do conflito passa pela retirada total e imediata das tropas soviéticas.

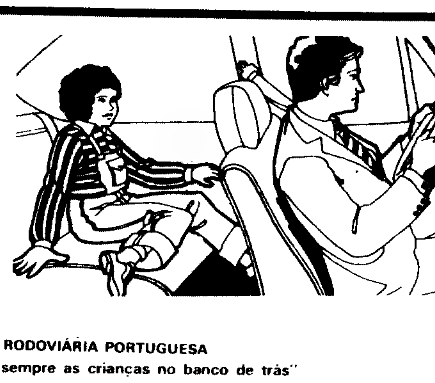
ANC expulso de Moçambique

A Televisão estatal da Noruega noticiou ontem que Moçambique cedeu a exigências da África do Sul para expulsar de Maputo seis funcionários veteranos do Congresso Nacional Africano (ANC). A notícia foi imediatamente desmentida por Maputo. A televisão norueguesa afirmou que as exigências de Pretória foram apresentadas ao governo moçambiacno durante uma reunião em Maputo na semana passada.

Petroleiro atingido no Golfo

Um [illegible]troleiro de registo japonês foi atingido hoje por rocket quando navegava no Golfo Pérsico, mas não foram noticiadas vítimas. A Associação dos Armadores japoneses disse que o navio foi atingido por um rocket disparado por um navio patrulha iraniano e ficou com um buraco de 40 centímetros no casco.

AOS PAIS



PREVENÇÃO RODOVIÁRIA PORTUGUESA

"Transporte sempre as crianças no banco de trás"

Com vista à formação do Governo basco

SOCIALISTAS ESPANHÓIS FAVORÁVEIS À REVOGAÇÃO DA LEI ANTITERRORISTA

Os partidos nacionalistas bascos exigiram a anulação da lei anti-terrorista durante as negociações com os socialistas para a formação do novo governo autónomo resultante das eleições regionais realizadas em 30 de Novembro.O Presidente do Governo, Felipe Gonzalez, afirmou que o seu gabinete estuda modificações na legislação com vista a eventuais alterações, como contrapartida para conseguir a formação do governo autónomo com a participação de socialistas.

O anúnciio de Felipe Gonzalez de flexibilização e suavização da lei e a posição favorável dos socialistas bascos à sua derrogação, através de mecanismos adequados, abrem perspectivas positivas quanto à solução dasa dificuldades existentes para a formação do novo Governo basco.

A lei anti-terrorista, com projecto e aprovação pela maioria socialista, é a norma legislativa espanhola que provocou maiores debates no congresso dos deputados e nos meios políticos, só é comparável com a lei de despenalização do aborto.

Com a vitória dos socialistas nas eleições autónomas do País Basco, que lhe outorgou a iniciativa para formar |Governo, a revogação da lei antri-terorista tornou-se um tema de discussão e negociação.

No princípoio do mês foram suspensas automaticamente, por assim estare estabelecido pela própria lei, seis artigos que se referiam sobretudo à possibilidade do juiz declarar a dissolução de uma associação pelo facto de algum dos seus dirigentes ser condenado por delitos terroristas, cometidos com o encobrimento das referidas entidades.

A hipótese mais provável de formação de Governo autónomo é através de uma coligação entre os socialistas e o Partido Nacionalista Basco, que já estabeleceram um pacto legislativo há dois anos, à base do qual o PNB governou.

A disponibilidade do Governo central para modificar, flexibilizando-a, a lei antiterrorista, melhora essas perspect ivas.

Durante a reunião negociadora de ontem à noite, os socialistas informaram os seus interlocutores que a lei anti-terrorista pode ser suprimida e alguns dos seus aspectos trasladados para a legislação penal comum.

O porta-voz dos socialistas, Juan Ramon Guevara, informou que existe um compromisso dos socialistas para permitir a revogação da lei.

Os partidos nacionalistas bascos são todos a favor da supressão da lei, assim como o Parttido Comunista e o Centro Democrático e Social.

O partido conservador Aliança Popular diz que apoiará qualquer decisão do Governo a este respeito, mas exigirá responsabilidades sobre a eficácia das medidas a adoptar.

Os socialistas estudam os mecanismos adequados que permitam a revogação da lei sem tirar eficácia à actuação contra o terrorismo.

Além disso, há alguns artigos que além de serem discutíveis, não são totalmente aplicados.

Irangate domina primeira reunião do Congresso dos EUA

O Congresso norte-americano teve ontem a sua sessão inaugural com predomínio democrata, novos presidentes em ambas as Câmaras e uma agenda marcada pelo escândalo da venda de armas ao Irão que levou o Senado a votar a constituição de uma comissão de investigação tipo Watergate para examinar a operação Irão-contras.

Pela primeira vez em seis anos, a primeira das reuniões da centésima sessão legislativa do Congresso realizou-se com predomínio democrata no Senado (55 democratas-45 republicanos) e ampla maioria na Câmara dos Representantes (260 contra 175), o que deixa antever dificuldades para a administração republicana de Ronald Reagan. Aliás, conforme ontem noticiámos, o presidente pode sofrer o seu primeiro revés do ano com a alteração da proposta de Orçamento já apresentada ao Congresso.

A composição do Congresso, resultado das eleições de Novembro passado, e a proximidade das eleições presidenciais de 1988 definem um panorama que se prevê intenso no campo político, sobretudo tendo em conta a crise da administração por causa do escândalo da venda de armas ao Irão e desvio de fundos para os «contras» da Nicarágua.

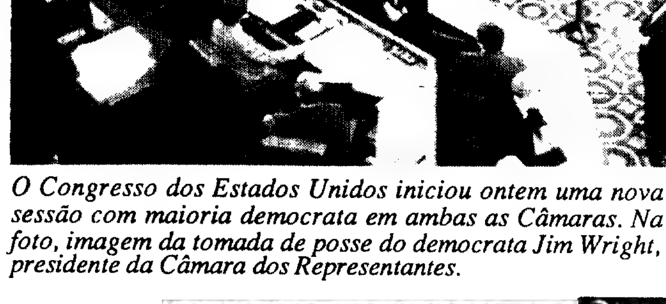
A questão deverá aliás concentrar muita da actividade do Congresso, que ontem elaborou as normas de criação das comissões especiais de inquérito ao chamado Irangate. O Senado norte-americano votou a constituição de uma comissão presidida por Daniel Inouye, enquanto a da Câmara dos Representantes será chefiada por Lee Hamiton, ambos democratas, que chegaram a acordo com a minoria republicana quanto à futura publicação das conclusões das investigações.

Atentado contra Pastora

Fontes do Congresso disseram, entretanto, que um emissário especial do antigo membro do Conselho Nacional de Segurança Oliver North, participou num encontro onde se delineou um plano para assassinar o lider rebelde Eden Pastora. As fontes precisaram que Robert Owen assistiu à reunião realizada em Janeiro de 1985, em Miami, na casa de Adolfo Calero, que chefia o principal grupo reb[illegible] nicaraguense.

J[illegible] Te[illegible] antigo membro de [illegible] grupo anti-comunista que fornece ajuda militar aos rebeldes, disse que assistiu ao encontro onde se discutiu o assassínio de Pastora.

Em entrevista à Reuter esclareceu que os lideres da guerrilha queriam afastar Eden Pastora porque se recusou a cooperar numa frente unida contra o governo sandinista. Pastora seria alvo de um atentado que lhe provocou ferimentos e a morte de cinco pessoas.



O Congresso dos Estados Unidos iniciou ontem uma nova sessão com maioria democrata em ambas as Câmaras. Na foto, imagem da tomada de posse do democrata Jim Wright, presidente da Câmara dos Representantes.

Explosão em Praga coincide com aniversário da Carta 77

Uma forte explosão abalou ontem o edifíco da Comissão Estatal do Planeamento nas margens do rio Moldau, em Praga, e testemunhas disseram que pelo menos uma pessoa morreu. O vespertino «Vecerni Praha» informou que a explosão, provocada aparentemente por uma fuga de gás, provocou sete feridos.

A explosão registou-se no mesmo dia em que o movimento dissidente Carta 77 assinalava o seu décimo aniversário com um apelo aos checoslovacos para que tomem consciência da necessidade de democratização do país e exigam os seus direitos constitucionais.

O comunicado do movimento declara que se tem verificado uma mudança para melhor na vida política do país. «Conscientes disso, apelamos para todos os nossos concidadãos a que reconheçam as possibilidades históricas deste momento e as utilizem em benefício do nosso país e das suas nações (checa e eslovaca)», sublinha.

Ao fim da tarde de ontem, uma fonte dissidente afirmou que vários membros do movimento foram presos quando se preparavam para um conferência de imprensa.

A Carta 77 nasceu em 1 de Janeiro de 1977, por iniciativa de 242 intelectuais e ex-políticos, tendo na sua origem um documento dirigido ao Parlamento checoslavaco.

Saltillo a soluços

O inquérito sobre Saltillo (que já devia ter sido sepultado por quem manda nestas coisas do Desporto) prossegue hoje: o dr. Jaime Dória Cortesão vai ouvir o técnico adjunto Marinho e o futebolista José António.

Felgueiras multa jogadores

Felgueiras: descontentes com o empate logrado frente ao Lixa, os dirigentes da colectividade local penalizaram os seus futebolistas com multas; mas mantiveram a confiança no técnico Manuel Barbosa.

Guarda: 3.ª "chicotada"

O Desportivo da Guarda não trava: 3.º técnico nesta temporada e, se calhar, não ficará por aqui. Última rendição: Liberalino entra. Hélder Jerónimo abdica.

René Arnoux sem licença para guiar automóveis!

O piloto francês de Fórmula Um René Arnoux foi multado pela Polícia francesa, quando conduzia a 240 quilómetros/hora o seu «Mercedes 560». Arnoux foi multado em cerca de 400 dólares (60 contos) quando o automóvel foi apanhado pelo sistema de radares instalado na auto-estrada de Cosne-Sur-Loire, no centro de França. Arnoux, para além da multa por excesso de velocidade, ficou sem a sua carta de condução. Contudo a suspensão da licença de conduzir não tem qualquer efeito relativamente à «super licença» para pilotar os bólides de Fórmula Um.

O «Mercedes 560» é um dos modelos mais avançados da fábrica germânica de automóveis e está avaliado em cerca de 100 000 dólares.

Hugo Sanchez: "provocador"?

O guarda-redes argentino Carlos Alberto Fenoy (do Valladolid) considera o futebolista internacional mexicano Hugo Sanchez, avançado do Real Madrid, como «um provocador».

Fenoy, um dos guarda-redes veteranos da 1.ª divisão espanhola, salientou (no entanto) nunca ter tido **«problemas especiais»** com o futebolista mexicano.

«O avançado do Real esté sempre a 'picar' os guarda-redes, e já teve alguns confrontos com os defesas da minha equipa», acrescenta o jogador do Valladolid.

Fenoy classifica Hugo Sanchez, como **«excelente futebolista»** mas que **«tenta pôr os adversários nervosos, sobretudo os mais jovens, para tirar partido a seu favor»**.

Distrital feminino de futebol

CARCAVELOS GOLEIA VIALONGA

Concluída a 1.ª volta do campeonato lisboeta de futebol feminino, a turma do Carcavelos domina completamente o panorama da prova: está invencível, com excelente ataque e a defesa mais eficaz.

Resultados verificados nesta 7.ª ronda do torneio: Vialonga, 0-Carcavelos, 7; Costa do Estoril, 1-Académico de Alvalade, 0 e ISEF, 1-Odivelas, 2. A classificação final do turno de abertura do campeonato está assim:

	J	V	E	D	G	P
1.º Carcavelos	6	5	1	–	18- 3	11
2.º Odivelas	6	3	2	1	11-10	8
3.º Costa Estoril	6	3	1	2	7- 5	7
4.º Ac. Alvalade	6	3	1	2	21- 7	7
5.º Ten. Vadez	6	2	2	2	13-10	6
6.º ISEF	6	1	–	5	9-15	2
7.º Vialonga	6	–	1	5	3-32	1

A deslocação do «leader» a Vialonga foi arbitrada por Gregório Alves, que esteves acompanhado por Jose António Neves e António José Neves (turma com boa actuação global). As equipas:

Vialonga: Conceiçãoi (Ana Borges, 35 m); Elvira, Troncha, Anabela e Daniela (Fátima Oliveira, 66); Elsa, Lígia, Maria João (cap.) e Ana Lúcia; Carla Leite e Natália. Auxiliar-técnico: João Sarabando. Suplentes não utilizadas: Fátima Mendes e Carla Isabel.

Carcavelos: Luísa; Maria João Neves de Sousa, Céu, Tina Lagoas (cap) e Elsa; Beca, Graça, Ana Banha e Isabel; Fani (Lina, 42) e Ana Torres (Lina Machado, 56). Treinador: professor Nuno Cristóvão de Almeida. Suplentes não utilizadas: Anunska, Lara e João Pereira.

Ao intervalo: 0-1. No final: 0-7. Golos: Fani (23), Beca (44,51 e 69) Ana Banha (53), Lina (60) e Isabel (68).

Como o próprio resultado indica, a supremacia do Grupo Sportivo de Carcavelos foi total, ficando a dever a si próprio ainda uma outra mãocheia de golos incrivelmente desperdiçados.

No tempo de abertura, o domínio do «leader» foi total: o Vialonga só se acercou da baliza contrária, com certo perigo, uma única vez. Mas o comando do Carcavelos não resultava na colheita de tentos. De facto, as meninas da «Linha» utilizaram um estilo de jogo completamente inadeaquado às circunstâncias (reduzidas dimensões do terreno e grande aglomeração de jogadoras numa mesma zona: o jogo decorreu, praticamente, todo no meio-campo vialonguense), mastigando demasiado os seus esquemas e utilizando o passe curto. Isto facilitou o trabalho à frágil equipa do Vialonga, que, lutando bastante, ia evitando a subida do marcador, tarefa na qual era «ajudada» pela turma visitante, que, nesta metade do espectáculo, falhou rotundamente na concretização perante a baliza contrária.

No 2.º tempo, jogando mais em profundidade, utilizando bem as faixas laterais do rectângulo e pressionando melhor a formação adversária (que também **caiu**, do ponto de vista físico), o Carcavelos foi aumentando a contagem, tendo obtido cinco golos nos últimos 19 minutos do embate.

Vitória indiscutível do Carcavelos, apesar de nem sempre ter actuado à altura dos seus créditos. O Vialonga bateu-se com muita dignidade, mas ainda não atingiu um nível que lhe permita disputar «ombro a ombro» jogos com equipas já com o potencial semelhante ao da sua adversária desta jornada.

Sport-Society

Desportistas na «Boogie Woogie»

Hoje, pelas 23 horas, para brindar pelo 3.º aniversário da Discoteca «Boogie Woogie» (em Cascais), foram convidados diversos elementos da Comunicação Social especialmente dedicados ao fenómeno desportivo e, também, atletas de diferentes modalidades.

«Adidas» no futebol

Pelas 18 horas, no Hotel D. João III (Portalegre) é feita a assinatura de renovação de contrato entre a Federação Portuguesa de Futebol e a «Adidas», seguindo-se um «cocktail».

Angola: "torre de ouro" para os melhores

Um troféu denominado «Torre de Ouro», destinado a galardoar os melhores atletas — masculino e feminino — do ano em Angola, foi instituido pela Sonangol (Sociedade Angolana de Combustíveis), em homenagem ao seu 10.º aniveresário.

O troféu, que foi apresentado segunda-feira última no auditório da Rádio Nacional, a dirigentes desportivos e elementos da Imprensa angolana, mede 39 cm de altura com uma base de mármore negro, e é constituído por uma estátua que simboliza o homem ou a mulher desportista e uma torre de petróleo, em ouro, com 18 cm.

Jaime Pacheco: operação amanhã

O médio portista, Jaime Pacheco, vai estar inactivo até final da época em curso, devido a grave lesão contraída no jogo com o Marítimo e agravada no passado domingo, no Estádio da Luz, com o Benfica.

Depois do exame feito ontem constatou-se que Jaime Pacheco terá contraído uma rotura do ligamento cruzado interno anterior, à semelhança do que aconteceu na época passada com Zé Beto, Quim e Festas, estando já marcado o bloco operatório para as 12 horas de amanhã. Só nessa altura se saberá a gravidade da lesão na sua totalidade, mas a inactividade do jogador portista deverá ser de 4 a 8 meses.

Quanto a Frasco, outro dos lesionados do jogo com o Benfica, foi-lhe retirado o penso que lhe tinha sido colocado após a lesão, apresentando a ferida um aspecto que permite a sua inclusão nos treinos normais a partir de hoje, sendo muito provável a presença no lote dos convocados para o jogo de domingo, com o Vitória de Guimarães.

«DIFIL — ACTIVIDADES HOTELEIRAS, LIMITADA»
CARTÓRIO NOTARIAL DA AMADORA

Av.ª Elias Garcia, 362-D Bloco A 1.º Direito
A cargo do Notário Licenciado GERMANO NUNES DE GOUVEIA

Certifico, para efeitos de publicação que por escritura de dezassete de Novembro do ano em curso lavrada de folhas noventa e uma verso e seguintes do livro CINCO-B de notas para escrituras diversas deste Cartório, ARNALDO MANUEL DOMINGUES ESTEVEZ e HUMBERTO TOMAZS DOMINGUES ESTEVEZ, como únicos sócios que ficaram sendo da sociedade em epígrafe, com sede na Rua Conde de Sabugosa, número catorze-C, Lisboa elevaram o capital social da dita sociedade de trezentos mil escudos para quatrocentos mil escudos e alteraram os artigos terceiro e sexto do pacto social por que se rege a dita sociedade, os quais ficaram com a seguinte redacção.

TERCEIRO

O capital social é de quatrocentos mil escudos, integralmente realizado em dinheiro e noutros valores, e divide-se em duas quotas, sendo uma de trezentos mil escudos do sócio Arnaldo Manuel Dominguez Estevez, e uma de cem mil escudos do sócio Humberto Tomas Dominguez Esteves.

SEXTO

A gerência fica a cargo do sócio Arnaldo Manuel Dominguez Estevez».

Está conforme.

Amadora, dezasseis de Dezembro de mil novecentos e oitenta e seis

O Ajudante
(Assinatura ilegível)

«DL» 7/1/1987

TRIBUNAL CÍVEL DA COMARCA DE LISBOA
5.º JUÍZO

ANÚNCIO

Proc. 8256
3.ª Secção

Processo n.º 8256/85 Execução Sumária 3.ª Secção

Exequente — Renault Gest-Soc. de Comércio de Automóveis, SARL.
Executado — Markis Aboobakar, ausente em parte incerta e com última residência conhecida sita na Rua Reinaldo Ferreira, n.º 50, 5.º Dt.º, em Lisboa.

Por este Tribunal correm éditos de TRINTA DIAS contados da segunda e última publicação do presente anúncio, citando o executado — Marquis Aboobakar, para no prazo de CINCO DIAS findo o prazo dos éditos, deduzir oposição, pagar ao exequente a quantia de Esc. 295311$00, juros vincendos e demais acrescido a calcular ou nomear bens à penhora, tudo como melhor consta do duplicado da petição inicial que nesta secretaria se encontra à disposição do executado.

Lisboa, 9 de Dezembro de 1986

O Juiz de Direito
(assinatura ilegível)
O Escrivão-Adjunto
(assinatura ilegível)

D.L. 7/1/87 — 1.ª Pub.

TRIBUNAL CÍVEL DA COMARCA DE LISBOA
6.º JUÍZO

ANÚNCIO

Por este Tribunal correm éditos de trinta dias, que começarão a contar-se da 2.ª publicação do anúncio, citando os réus para no prazo de 20 dias, findo o prazo dos éditos, contestarem a acção que, em extracto, é o seguinte: A autora pretende que seja o réu condenado a pagar-lhe a quantia de 582 224$00 de indemnização, estabelecendo-se (de tal sorte), compensação na parte correspondente, entre esta indemnização e as quantias entregues pelo Réu à Autora no montante de 176 168$00 (n.º 2 do art.º 847.º do Código Civil) e resolvido o contrato de venda referido no art.º 1.º da petição e ainda em custas.

Acção ORDINÁRIA n.º 2470, 3.ª secção.

Autor RECAR – 3 – COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, LDA., com sede na Rua Conde de Almoster, 98-B – Lisboa.

Réu DANIEL CARVALHO FERREIRA MONTEIRO, residente na Av. do Brasil n.º 152-2.º Esq.º — 1500 LISBOA.

Lisboa, 12 de Dezembro de 1986

O Juiz de Direito
Vítor Manuel Pinto Ferreira Mesquita

Pel'O Escrivão de Direito
Maria Antonieta Tavares Sousa Gomes

(«DL» 7/1/87 — 1.ª Pub.)

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE PORTO DE MÓS

ANÚNCIO

Pelo Juízo de Direito desta Comarca, na Acção Ordinária n.º 295/83-2.ª Sec., movida pelo autor Blocotelha – Fábrica de Telha e Prefabricados Ld.ª, com sede em Porto de Mós, contra construções Pré-Amado Ld.ª, com última residência conhecida em Rua António Enes n.º 16 A 3.º A 1000 Lisboa, é este réu citado para contestar, apresentando a sua defesa no prazo de 20 dias, que começa a correr depois de finda a dilação de trinta dias, contada da data da segunda e última publicação deste anúncio, sob a cominação de vir a ser condenado no pedido que o autor deduz naquele processo e que consiste em 1 704 571$20 (um milhão setecentos e quatro mil quinhentos e setenta e um escudos e vinte centavos).

Porto de Mós, 12 de Dezembro de 1986

O Juiz de Direito

a) João Albino Rainho Ataide das Neves

O Escrivão-Adjunto

a) António Albino F.F. de Almeida

D.L. 7/1/87 – 2.ª Pub

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SINTRA

4.º e 5.º JUÍZOS

ANÚNCIO

Nos autos de Acção de Divórcio Litioso n.º 470 que corre seus termos pela 1.ª Secção deste 5.º Juízo, em que é autora MARIA DA SOLEDADE FERREIRA CERQUEIRA COELHO e réu ANTÓNIO MANUEL GOMES COELHO, com a última residência conhecida na Rua Projectada à Praceta de Diu, Lote 8, 1.º Dt.º em Mem Martins, e actualmente em parte incerta, correm éditos de 30 Dias, contados da 2.ª e última publicação do anúncio, citando aquele réu para contestar, querendo, apresentando a sua defesa no prazo de VINTE DIAS, que começa a correr depois de findo o dos éditos, sob pena de não o fazendo, o processo segr os seus termos à sua revelia, consistindo o pedido em ser decretado o divórcio entre os cônjuges.

O duplicado da petição inicial encontra-se neste Tribunal à disposição do citando e poderá ser levantado dentro das horas normais d expediente.

Sintra, 18 de Dezembro de 1986

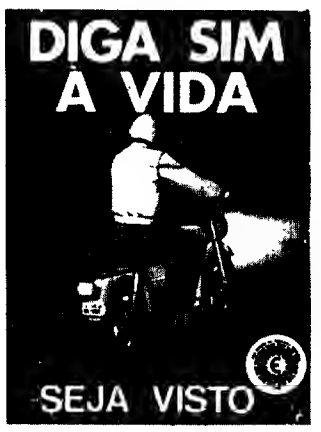
O Juiz de Direito,

Antonio Nunes Ramos

A escrivã-adjunta,

Eduarda Palma

«D.L.» 7/1/87 – 2.ª Pub.



Às 20, em Portalegre, com transmissão directa pela TV

PORTUGAL-GRÉCIA PREPARANDO 'EUROPEU'

Hoje, pelas 20 horas, em jogo particular que a RTP vai transmitir directamente, Portugal confronta-se com a Grécia, no Estádio Municipal de Portalegre. Será o 4.º duelo entre as duas selecções, com a particularidade dos lusitanos continuarem a não apresentar uma vintena dos nossos melhores executantes, marginalizados pela federação ou (em contrapartida) solidários com os colegas que, sem mais nem menos, a direcção presidida pelo dr. Silva Resende resolveu colocar na berma da estrada.

Assim, sob as ordens do espanhol Emílio Guruceta (que estará acompanhado pelos compatriotas Caetano Bueno e Sanchez Moran) a turma federativa deve alinhar inicialmente: Zé Beto; Veloso, Dito, Venâncio e Fernando Mendes; Oceano, Jaime, Adão e Mário Jorge; Manuel Fernandes e Coelho. Para opções: Jesus, Eduardo Luís, Quim, Nunes, Costeado e José Rafael.

Formação grega na abertura: Minou; Apostolakis, Michos, Vanvakoulas e Manolas; Papaaonou, Xantopoulos, Bonovas e Antoniou; Anastopoulos e Batsilinas.

Antas recrutam

Já a pensar na próxima temporada, está a treinar nas Antas o extremo-direito Rui Neves (Estarreja).

Hoje: «taça»

Veiga Trigo é o árbitro do jogo de desempate, para a «Taça de Portugal», que se realiza hoje (18 horas) entre Farense e Tirsense, no S. Luís.

Franque: caso em estudo

O processo relativo ao apuramento de eventuais irregularidades na inscrição do jogador Franque (do Atlético) está ainda em fase de inquérito. Vão ser ouvidas hoje as testemunhas indicadas pelo clube alcantarense, após o que o processo transitará para o Conselho de Disciplina.

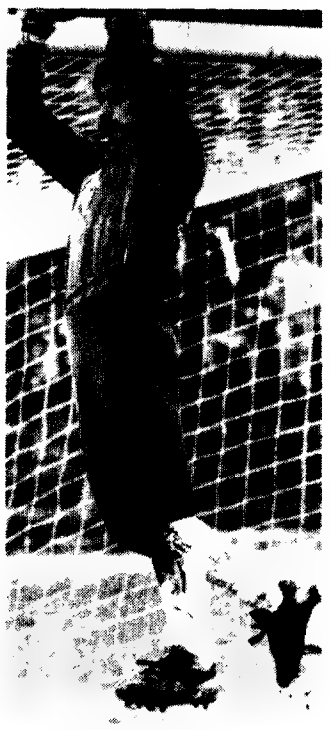
Franque representara anteriormente o União de Leiria, mas como se encontrava com ordenados em atraso propôs ao clube que o libertasse no final da época passada para ocupar outro clube. Foi assim que Franque ingressou no Atlético, tendo disputado as primeiras sete jornadas do actual, «Nacional» da 2.ª divisão.

Varzim-Benfica sem TV?

O Varzim garante: não haverá transmissão directa do seu jogo com o Benfica, na tarde do próximo sábado.

Divisão 2

O encontro Atlético - Vitória de Setúbal (a contar para a Zona Sul do Campeonato Nacional da 2.ª Divisão) efectua-se no sábado, pelas 15 horas.



Jesus: o óptimo guarda-redes vimaranense terá esta noite a grande oportunidade de tocar as cinco quinas?

Salão: Bradesco em Portugal

A equipa considerada melhor do Mundo de futebol de salão, a brasileira do Bradesco (campeã do Brasil, bicampeã da América do Sul e campeã do Mundo) estará em Portugal nos dias 14 e 15 próximos, para realizar dois jogos. Os brasileiros vêm a Portugal pela mão do Gabiente de Iniciativas do Páteo Alfacinha a que preside José Eduardo.

Salão: Nacional prossegue

Prossegue o campeonato nacional de futebol de salão, organizado pela Associação de Futebol de Salão de Lisboa, a que preside Mássimo Fortes. Desfechos da 8.ª ronda da 1.ª divisão:

G.D.B./AIWA, 10-Infantes Sagres, 2; Movelmoda, 6-Ass. Mor. Freixieiro, 4; O Sol Nasce P/Todos, 0-G.D. «Os Académicos», 1; R.C. Dragões, 10-Ass. Mor. Carvalhido, 6; Palácio F.C., 2-G.D. Ismailitas, 0; Santa Cruz F.C., 2-G.D. Quintinha, 5; Crecor/Safina, 4-Europeia, 4; T.C.R./Arsol 2-G.D. Páteo Alfacinha, 1; C.C.D. St.ª Eulália, 10-C.D. Marítimo Olhanense, 3; Lasa Desportiva, 2-Ciclo Clube Lagos, 5. Nona Jornada: Movelmoda, 6-Infante Sagres, 2; G.D.B./AIWA, 7-Ass. Mor. Freixieiro, 3; R.C. Dragões, 4-G.D. «Académicos», 5; O Sol Nasce P/Todos, 5-Ass. Mor. Carvalhido, 5; Palácio F.C., 0-C.D. Quintinha, 6; Santa Cruz F.C., 3-C.D. Ismailitas, 2; Crecor/Safina, 2-G.D. Páteo Alfacinha, 5; T.C.R./Arsol, 1-Europeia, 3; C.C.D. St.ª Eulália, 5-Ciclo Clube Lagos, 1; Lasa Desportiva, 1-C.D. Marítimo Olhanense 3.

Segunda divisão, série A (5.ª jornada): Jolip Team, 3-Os Falcões, 2; Comunidade Islâmica, 1-Marpe, 10; G.D. Belomar, 3-G.D. Asteroides/Sagrup, 2; C.D. Juv. Vermelha, 0-Centro Rec. Estrelas Av.ª, 3; Clube Unidos Cacém, 6-G.D. Seamen/Lisgráfica, 2; Cafés Delta «B», 1-G.D. Alves & Rui, 5; série B (5.ª jornada): Malas Princess, 0-Clube Costa Azul, 4; Damaia G.C., 7-Centro Pop. Cul. Desporto, 3; Cafés Delta «A», 1-Correio da Manhã, 1; G.D. Abelheira, 1-Atlético da Encarnação, 1; Túlipas F.C., 0-S.L. Oriental, 4; e Mitsubish/Univex, 3-Regisport, 4.

Para 3.ª divisão, série A (5.ª jornada): Edições Publiano, 2-Setmar, 1; Malhas Tipiace, 1-Auto Ramos, 3; Loreto, 2-Freda, 1; C.D. Canarinhos, 3-Air France, 3; G.D. Gonçalves Fonseca, 1-C.D.R. Clérigo, 2; Juv. S. Jorge, 4-Rev. Nova Gente, 6 e Regina Clube, 1-Mobil, 2. Terceira divisão, série B (5.ª jornada): F.C. Altinho, 3-G.D. Conticex, 2; G.D. Juv. Alcantarense, 1-C.C.D. Externato Ergon, 5; Ases do Alto Pina, 1-Saal, 3; Tucha - U.S.A., 3-Auto Escapes do Areeiro, 0; C. Imp. Montejense, 3-S. Francisco/Cesarbel, 1; Asteca, 0-Nirvana/Ruobel, 6. Descansou: Alfa Bar Clube.

"Bild" analisa campeonatos

O campeonato de futebol de Espanha foi considerado o **melhor da Europa** pelo jornal alemão-federal «Bild», o tabloide de maior tiragem no Velho Continente.

Klaus Bokkekamp, jornalista do «Bild» especialista em futebol, observou um total de 25 jogos em sete países, elaborando uma classificação de qualidade para conjuntos e jogadores, com base numa pontuação de um a dez.

O único jogo cotado com a nota máxima foi o Atlético Madrid-Real Madrid (1-1), emquanto o Leverkusen-Bremen (4-1), o Roma-Juventus (3-0) e o Marselha-Bordéus (1-1) foram classificados com oito pontos.

O campeonato espanhol esteve ainda representado no grupo dos sete pontos pelo jogo Espanhol-Las Palmas, 3-1 e no dos seis pelo Sevilha-Real Sociedad (1-1).

O único dos jogos observados que mereceu a cotação de zero pontos foi o Roda-Haia, do campeonato holandês.

Em termos individuais a prova espanhola mereceu igualmente os lugares de honra, com Llorente, do Atlético Madrid, a classificar-se no primeiro lugar, seguido pelo genovês Vialli, e pelo alemão-federal Klaus Allofs, do Colónia.

O ranking dos campeonatos por país ficou assim escalonado: 1º.Espanha, 2º.RFA, 3º.Itália, 4º.Bélgica e França, 6ºs.Suíça e Hoalnda.

Entretanto o «Bild» anunciou que em meados de 1987 efectuará idêntica observação nos campeonatos de Inglaterra, Dinamarca, RDA, URSS, Áustria e Jugoslávia.

Basquetebol internacional em Oeiras

Principia hoje o «Torneio Internacional de Basquetebol de Oeiras», no qual participam as formações do Sporting/«Correio da Manhã», Benfica/Hélix, Estrelas da Avenida e Continental Parque de S. Paulo (Brasil). A competição é organizado pela Câmara Municipal de Oeiras (Pelouro de Desporto e Turismo) e conta com o apoio da Associação de Basquetebol de Lisboa, encontros que vão ter lugar no pavilhão da Associação Desportiva de Oeiras.

O programa da competição é o seguinte para hoje Benfica/Héix — Sporting/«Correio da Manhã» (20 horas); e Estrelas da Avenida — Continental Parque (21.45). **Amanhã**: Vencidos do dia anterior (20 horas); e final com os vencedores da primeira ronda (21.45).

João Luís, Houtman e Marlon: os novos reforços sportinguistas já moram em Alvalade.

UEFA preconiza reformas na FIFA

O desenvolvimento da tecnologia televisiva, por cabo e satélite, é um grave perigo para o futebol, afirma o secretário-geral da UEFA, Hans Bangerter, na revista oficial da União Europeia de Futebol.

Bangerter preconiza um «modus vivendi» que garanta às autoridades futebolísticas «controlo total da difusão dos jogos» e permita à Televisão «prosseguir a sua colaboração com este desporto numa base duradoura».

As relações futebol-TV e a revisão dos estatutos da Federação Internacional da modalidade (FIFA) são os temas quentes da próxima reunião de presidentes e secretários-gerais das federações da UEFA, a realizar em Berna no primeiro trimestre de 1987.

Futebol de salão instala-se também em Vila Franca de Xira

A juventude do concelho de Vila Franca de Xira que pretenda mostrar a sua capacidade para o futebol de salão terá ensejo de o fazer a partir do último dia deste mês, aos sábados, durante o I Torneio Concelhio de Futebol de Salão que um grupo dinamizará no Pavilhão do Cevadeiro com o apoio da Câmara Municipal.

O referido torneio de futebol de salão acolherá todas as equipas que para o mesmo se inscrevam no «Pelouro de Desporto» da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Rua Serpa Pinto, 65-1.º (2600 Vila Franca), até ao dia 19 do corrente.

A prova, como atrás se disse, terá a sua primeira jornada no dia 31 e decorrerá sempre aos sábados, à tarde. Os jogos a efectuar pelas equipas participantes serão indicados após sorteio a que procederão a Câmara Municipal (Acção Social) e o Grupo Dinamizador da Juventude de Futebol de Salão no próximo dia 24 à tarde (15 horas), naquele departamento camarário.

Poderão inscrever-se todas as colectividades e estruturas juvenis recentemente recenseadas na edilidade. Forma de competição: todos contra todos. Idade máxima de participação: trinta anos, quer em masculinos quer em femininos. Cada equipa será, obviamente, formada por cinco elementos no mínimo e um máximo de dez. As primeiras três equipas classificadas receberão açaas e medalhões, e as restantes medalhas e diplomas.

Avisa a organização que não se responsabalizará por quaisquer acidentes ou danos, se bem que garanta assistência aos primeiros socorros.

CASELCOOP

COOPERATIVA DE CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO

ECONÓMICA S. FRANCISCO XAVIER, CRL

Sede: Rua do Gravato n.º 5 – cave – Bairro de Caselas
1400 LISBOA

CONVOCATÓRIA

Nos termos do n.º 2 do artigo 35.º dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral a reunir em sessão ORDINÁRIA no Caselas Futebol Clube, Rua 5, em Caselas, no dia 24 de Janeiro de 1987, pelas 16 horas, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS:**

— Apreciação e aprovação do orçamento e plano de actividades para o exercício de 1987.

Na falta de «quorum», a Assembleia reunirá meia hora mais tarde com qualquer número de membros presentes.

Lisboa, 5 de Janeiro de 1987
O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Joaquim António Cabral Rolo

CONVOCATÓRIA

Nos termos do n.º 3 do artigo 35.º dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral a reunir em sessão EXTRAORDINÁRIA no Caselas Futebol Clube, Rua 5, em Caselas, no dia 24 de Janeiro de 1987, pelas 17 horas, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS:**

I — Exclusão dos cooperadores com dívidas de quotização.
II — Revisão do valor actual da quotização.
III — Apreciação de pedidos de transmissão de títulos de capital por acto intervivos.
IV — Alteração do sistema de constituição de contas poupança.
V — Informações sobre o andamento da 1.ª e 2.ª fase do 1.º Programa Habitacional.
VI — Informações sobre a amortização dos fogos.
VII — Apreciação e aprovação do Regulamento Interno.

Na falta de «quorum», a Assembleia reunirá meia hora mais tarde com qualquer número de membros presentes.

Lisboa, 5 de Janeiro de 1987
O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Joaquim António Cabral Rolo

Por impossibilidade de Oliveira

TORRES NO BOAVISTA

Desde que a saída de João Alves da chefia técnica do Boavista começou a acentuar-se, logo o presidente axadrezado, Valentim Loureiro, endereçou convite a António Oliveira, momentaneamente ligado à Federação Portuguesa de Futebol, sobretudo com o encargo de preparar a selecção para Seul. A abordagem durou até ao momento em que (anteontem) a direcção federativa inviabilizou a cedência do antigo centro-campista «internacional» e, face a todos os bons técnicos estarem empregados, o clube do Bessa deitou a mão a José Torres, que estava na prateleira desde o «caso Saltillo» e, na RTP, ainda no passado sábado, foi colocado nas **ruas da amargura** pelo federativo Amândio de Carvalho, que o considerou **«sem força para comandar uma equipa de futebol»**.

Todavia, como quem não tem cão caça com gato, o Boavista admitiu Torres, que já ontem tomou posse do cargo, dirigindo um treino no Bessa.

O antigo «internacional» benfiquista fora contactado 2.ª-feira à noite por Valentim Loureiro, após a última recusa de António Oliveira em aceitar o cargo. Valentim Loureiro tivera, ao princípio da noite de 2.ª-feira, um prolongado encontro com António Oliveira no hotel de Lisboa onde a selecção, em vésperas do jogo particular com a Grécia, estava hospedada.

Logicamente que, depois disto, Torres concordou dirigir o Boavista: para já, até ao final da presente época.

O ex-treinador nacional iniciou de imediato o trabalho no estádio do Bessa.

O Boavista ocupa o 11.º lugar do campeonato nacional de futebol da 1.ª divisão, com 12 pontos resultantes de apenas três vitórias e seis empates, averbando sete derrotas, depois de ter sido (no princípio desta época) um dos clubes portugueses na Taça UEFA, da qual foi afastado na 2.ª eliminatória pelo GLasgow Rangers.

O novo responsável técnico pelo futebol do Bessa afirmou que vai para o Boavista **«carregado de ambições e pronto a colocar a equipa no lugar a que ela tem direito»**.

José Torres falou durante a apresentação aos jogadores, dirigentes e jornalistas como novo treinador dos «axadrezados». **«É com satisfação que tomo conta do lugar que já há 8 anos podia ter sido meu»** — acrescentou o ex-treinador da selecção nacional no Mundial de 1986.

Depois de agradecer o trabalho desenvolvido por João Alves, durante o período que o «luvas negras» esteve no comando da equipa, José Torres referiu que não promete nada já que **«os 30 anos que tenho de futebol ensinaram-se que em circunstância alguma se deve prometer mais que trabalho»**.

Para o presidente boavisteiro, Valentim Loureiro, a troca de João Alves por José Torres é um facto normal no nosso futebol: **«e espero que Torres tenha mais sorte que o seu antecessor». «É um grande profissional de futebol, um homem experiente, calmo, traquejado e nem mesmo o que aconteceu no último mundial poderá beliscar minimamente a sua estrutura de desportista»**, sublinhou Valentim Loureiro.

José Torres é (assim) o líder da equipa técnica do Boavista, formada por Filipovic, Mário João e Vítor Frade, treinadores adjuntos e preparador físico, respectivamente.

Quem vai para o Marítimo?

Por seu lado, os funchalenses convidaram João Alves para assumir a chefia técnica do Marítimo: problemas familiares (especialmente relacionados com a educação dos seus filhos: Carlos Miguel, Núria e Ivan) parecem impedir o «luvas negras» de aceitar a proposta e, em contrapartida, **«ir dar uma volta pela Europa, para espairecer e ver futebol»**.

Foi há meses: Torres no lado do bom amigo Amândio de Carvalho, companheiro de odisseia no México

Deste modo, é provável que seja António Simões (um «ex-Magriço») a tomar o rumo do Funchal, visto estar na disponibilidade após a saída do Sporting de Espinho, por troca com Quinito.

Rachão rende Nogueira no Águeda?

Entretanto, a direcção do Recreio de Águeda anuncia ter aceitado o pedido de demissão do responsável técnico da equipa principal de futebol: Nogueira, que acumulava as funções de jogador e de treinador e pediu a demissão deste último cargo alegando que **«os resultados alcançados pela equipa não correspondem ao que inicialmente tinha previsto»**.

O Recreio de Águeda, que no último domingo empatou a zero, em casa, com o União de Leiria, ocupa o 4.º lugar da tabela da zona centro do campeonato de futebol da 2.ª divisão, a sete pontos do guia, o Sporting da Covilhã.

O clube já estabeleceu contactos com o técnico Rachão (ex-treinador do Famalicão) e revelou que **«as negociações estão bastante adiantadas»**.

A direcção do Águeda manifestou-se (por outro lado) **«reconhecida pela forma exemplar como Nogueira desempenhou o seu lugar»**.

Rodrigues Dias não quer Cabo Verde

O professor Rodrigues Dias não orientará a selecção nacional cabo-verdiana, ao contrário do que estava previsto — revelou o presidente da Federação de Futebol de Cabo Verde, Emanuel Pinto.

O antigo treinador de várias turmas portuguesas, que esteve em Cabo Verde no final de Novembro (e que, a convite das autoridades da Cidade da Praia, deveria orientar a selecção nacional cabo-verdiana) regressou de Portugal após a época festiva, aparentemente devido a um desentendimento com os responsáveis federativos.

Rodrigues Dias (que, assim, gorou a oportunidade de se tornar no primeiro técnico português a orientar a selecção caboverdeana) tinha programado uma estada de dois meses para preparar a turma com vista à disputa da «Taça Amílcar Cabral», de 18 a 28 de Fevereiro, na Guiné-Conacri.

O torneio reúne (além da equipa cabo-verdiana), as selecções nacionais do Mali, Mauritânia, Guiné-Conacri, Serra Leoa, Gâmbia, Guiné-Bissau e a favorita (Senegal) que já conquistou o troféu por cinco vezes.

A selecção, cabo-verdiana será agora orientada por Lelela e Petchar, dois técnicos locais que, na Cidade da Praia, não esconderam o seu desapontamento pela desistência de Rodrigues Dias.

O técnico português planeia partir em Junho para a Arábia Saudita, razão que o levou a recusar o convite de Cabo Verde para ali permanecer um ano.

Careca: o peso em diamantes

Dirigentes do Nápoles reuniram-se com o presidente do São Paulo (Carlos Miguel Aidar), para apresentar uma proposta de transferência do futebolista Careca, para a Itália, a partir de Abril. Os dirigentes do clube italiano terão oferecido ao São Paulo três milhões de dólares (450 mil contos) pelo «passe» de Careca, proposta que não teria sido aceite pela direcção do clube brasileiro: a resposta de Carlos Aidar foi que **«por menos de 10 milhões de dólares (1500 mil contos) Careca não sai do Brasil»**, salientando que, se a transferência do inglês Gary Lineker custou seis milhões de dólares, o futebolista brasileiro deve valer muito mais. O presidente do São Paulo reconheceu (no entanto), que o clube paulista não está em condições para pagar a Careca, considerado como o melhor jogador brasileiro da actualidade, **«não pondo, por isso, obstáculos à sua transferência, mas de acordo com a sua real cotação»**.

Careca: na boa altura, o Benfica recusou-se. Hoje, custa (só) 1500 mil contos!

O futebolista (por seu lado), afirmou que estuda as propostas de outros clubes italianos e manifestou a sua satisfação de poder ir jogar ao lado do argentino Diego Maradona, se as negociações com o Nápoles terminarem com êxito.

Peñarol campeão

O Peñarol conquistou o campeonato uruguaio de futebol da 1.ª divisão ao derrotar o Nacional de Montevideu, por 4-3, na marcação de grandes penalidades. O jogo terminou com um empate a zero golos: no prolongamento o resultado não se alterou.

Na marcação das grandes penalidades Silvera e Eduardo Saavedra (Nacional) falharam a sua transformação. O guarda-redes do Nacional defendeu uma grande penalidade marcada por Walkir Silva.

Americano na RFA

O Hamburgo, líder do campeonato alemão federal de futebol, anunciou o contrato, para a próxima temporada, do norte-americano Paul Caligiuri. O jovem defesa norte-americano (de 22 anos) chegou a Hamburgo e, por acordo com o director do clube local, «o ex-internacional» Félix Magath, irá jogar na equipa amadora até à próxima época. Magath afirmou que, apesar de ter ficado bem impressionado com Caligiuri (que alinhou 15 vezes na selecção dos Estados Unidos), o jogador precisa de ser testado no futebol europeu.

Futebolista agressor vai para a cadeia

O futebolista alemão federal Wilhelm Hoerscher foi condenado a quatro meses de prisão por ter agredido um árbitro durante um jogo disputado há um ano.

A agressão ocorreu quando o árbitro (que sofreu contusões faciais múltiplas) expulsou um jogador do Bocklemuend, um clube amador dos arredores de Colonia, na Alemanha Federal.

O tribunal considerou Wilhelm Hoerschler, capitão do Bocklemuend, de 26 anos, como o principal responsável pelos incidentes, condenado-o a quatro meses de prisão.

No final do julgamento, o juiz justificou a severidade da sentença em antecedentes do réu, sublinhando que os «**árbitros são soberanos, mesmo quando cometem erros**».

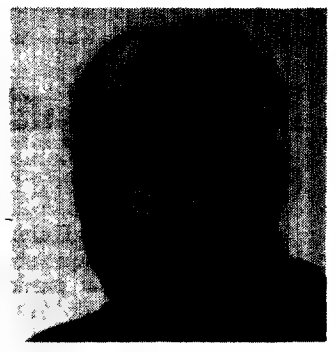
Fala-se deles

Mário Jorge: frequentemente preterido pelo treinador sportinguista, o moço açoriano (futebolista polivalente e fundamental na manobra do grupo de Alvalade) recebe a confiança dos responsáveis federativos e lá estará face à Grécia.

Carlos Lopes: comentando uma notícia vinda recentemente a lume sob «alegada» doença no coração do campeão», o nosso maior de sempre limita-se a comentar: **«isso são coisas do dr. Aníbal Costa. Foi sempre anti-Lopes e sempre me chateou»**.

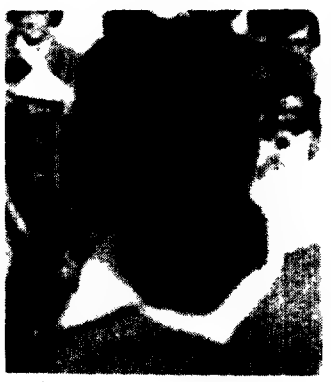
Fala-se deles

Eurico: pedido de rescisão foi apresentado há cerca de um mês ao FC Porto, face à não convocação (nem para suplente do «team» de honra) dos «dragões». Porém os portistas continuam a querer o atleta.



Carmo Vaz: o intelectual goês que honra com a sua colaboração as páginas do «DL», acaba de alcançar o título de campeão — 1986 do Grupo de Xadrez Alekhine e, simultaneamente, o trono entre os veteranos lisboetas (1985).

Fala-se deles



Armando: o salgueirista que nasceu em território guineense acaba de se naturalizar português. Não mais haverá problema para a Federação que (recorda-se) já uma vez o convocou para a selecção verde-rubra.

João Lourenço: mais um antigo futebolista que toma lugar no Departamento de Futebol Profissional do Sporting. Lourenço (o avançado dos famosos quatro golos, na Luz, ao guarda-redes Melo) esttava actualmente ao serviço da «Securitas».

EXCLUSIVO

A droga, nas suas diferentes vertentes, é o grande negócio do século

O império do crime (3)

Mario Hernandez Estevez

Crê-se no mundo da ladroagem que as coisas mudaram — mas não tanto como isso. Do «charleston» ao «jazz» puro de Nova Orleães, ao «rock da pesada», mais de setenta anos passaram. Novas formas de extorsão e o incalculável negócio do tráfico de armas, que, comparado com o que se realizava nos anos 20, por milhões se multiplicou, criaram um banditismo mais na sombra. Poder-se-ia até dizer que, embora a Mafia controle as mais importantes vertentes do triângulo, a ramificação actual é maior.

DROGA, NEGÓCIO DO SÉCULO

É certo que subsistem impérios à velha maneira, mas o negócio-base tem-se multiplicado tão incomensurável que nem a maior organização poderia arrogar-se um controlo exclusivo. O negócio do século é a droga.

O submundo abarca o mundo

Para se ter uma ideia sumária, bastaria pensar que as centenas de milhares de milhões em que o império norte-americano do crime se enreda provinham do álcool na maior parte. Mas trata-se de uma lei USA. O resto do mundo não estava submetido a qualquer lei seca.

O tráfico de narcóticos pressupõe hoje, em milhões de dólares, montantes tão delirantes que em muito superam os orçamentos gerais de muitos Estados do planeta.

O novo banditismo tem-se especializado em se manter na sombra. Se na época de vida ou morte, de Chicago a Nova Iorque, os grandes «capos» conseguiam defender-se, lograva-no através do cinismo que a corrupção proporcionava. Mas a ostentação cedeu o lugar à lenda. E a lenda brotava dos factos sabidos, reconhecidos. O «gangster» deixou de ser lendário para se converter em executivo, inclusive no executivo ora integrado no «jet-set».

«Lavar» o dinheiro

Também neste aspecto o banditismo nada inventou, apenas cuidou do dinheiro justificável. Mas já nos anos 20, em pleno apogeu da metralhadora, os mais influentes «capos» italo-americanos ou os das minorias polaca e irlandesa se entregaram à «lavagem» económica mediante negócios legais. Alguns houve mesmo que redundaram num arremedo de bandidos generosos. E, também neste sentido, Al Capone lhes ganhou à vontade. A fantasia popular, a partir da «pequena Itália» de Nova Iorque, transformou-o numa espécie de herói que, se roubava ou matava, essencialmente o fazia para ajudar os pobres.

Milhões em relações públicas

Foi assim que, durante a Grande Crise, Al Capone e a sua organização, se converteram em «agentes do bem», na procura de uma imagem popular de Robin Hood do «racket», da pistola e da metralhadora Thompson. Para o efeito, alugou um edifício do South Side e durante mais de um mês, dia a dia, ocupou-se da distribuição gratuita a desempregados com fome que à porta lhe batessem.

Tanto no South Side como na «pequena Itália», Al Capone encarregou-se da beneficência, desembolsando milhares de dólares com os mais necessitados, a tal ponto que algumas mulheres guardavam a fotografia do «gangster» com imagens da Virgem.

Al Capone, o homem que não quis tratar-se da sífilis pelo pavor às injecções, foi, talvez, o «gangster» que ao tempo mais se preocupou com «lavar» dólares.

Anos mais tarde, a «lavagem» passou a ser uma necessidade lógica e praticamente iniludível. O mesmo Paul Castellano, de quem anteriormente falámos, assassinado em Manhattan, em 1985, já instaurara, como «padrinho», uma economia aberta, relacionada com os negócios da carne, dos hotéis de luxo, das joalharias, dos casinos e dos restaurantes.

Chicago, 1926: 14 membros de um bando de assassinos, ao serem presos e expostos aos jornalistas, cobrem os rostos com os chapéus.

Entre as cem maiores dos «states»

Embora o facto não seja conhecido pela maioria, a economia visível do banditismo mundial financia importante número de grandes empresas legais.

Sabe-se que os negócios declarados como legítimos pelas organizações mafiosas norte-americanas, figuram entre as cem primeiras empresas dos Estados Unidos, segundo a revista «Fortune».

No entanto, e apesar de a poderosa influência dos Estados Unidos para radicar lendas, nem sempre os números são de imparcial eloquência. Com menos brilhantismo lendário, mais farrapo menos farrapo, o banditismo americano, oriental ou sediado no México goza de uma importância no mundo a ter em conta.

E na Europa? O banditismo na Europa não claudica. Talvez no continente esteja enredado numa teia mais complexa. Por um lado, haveria que referir o facto de o gangsterismo não-europeu ter de «branquear» milhões de dólares no Velho Mundo. Por outro lado, acresce a intervenção na Europa da toda-poderosa Mafia, principalmente no que toca ao tráfico de narcóticos e ao contrabando, sem esquecer a compra e venda fraudulenta de armas.

A «connection» francesa, espanhola, alemã, britânica, etc., dispõe, como se tal não bastara, de um banditismo internacional com telecomunicações que se ocupa do tráfico de obras de arte (falsificadas, roubadas ou exportadas ilegalmente), do contrabando de divisas ou de outros arranjos em que jogam milhares de milhões.

Um organograma do banditismo mundial, mesmo deixando de fora os «gangs» indígenas de ladrões de roupas, pistoleiros, carteiristas e praticantes de outras delinquências, causaria tal espanto que deixaria sem fala milhões de cidadões do Mundo.

Talvez, numa comparação sem excessivas subtilezas, fosse a Itália (já que falamos da Europa) a levar a palma, dada e arregaçada. E não é em vão que se fala da Itália, do «rancioabolengo». Ao restante banditismo europeu, da Holanda à Turquia, passando por Londres, Madrid, Barcelona, Paris ou Marbella, faltam investigadores como os que se ocupam do gangsterismo italiano.

Amanhã: Uma sociedade paralela com saudades de Itália

Comuna estreia hoje

"VICTOR OU AS CRIANÇAS NO PODER": TRÁGICO-COMÉDIA SOBRE A FAMÍLIA

Elsa Andrade

«Este drama, umas vezes lírico, outras irónico, outras directo, era dirigido contra a família burguesa tendo como elementos descriminadores: o adultério, o incesto, a escatologia, a cólera, a poesia surrealista, o patriotismo, a loucura, a vergonha e a morte». Com estas palavras Roger Vitrac definiu a sua própria peça «Vítor ou as Crianças no Poder», que a Comuna - Teatro de Pesquisa estreia esta noite.

João Mota, encenador da peça que a Comuna vai estrear, faz questão de sublinhar esta defenição que Vitrac fez da peça que escreveu em 1928, salientando também uma outra do dramaturgo, de 1945, que, segundo ele, contraria a primeira: «Inspirando-me em 'Alice no País das Maravilhas' propunha-me escrever um conto filosófico à maneira de 'Cândido' ou 'Zadig'. O herói deveria ser uma criança que lançasse um olhar novo e maravilhado sobre as acções, paixões e sonhos dos homens. Contava mesmo insistir no que há de mais vil e de mais vergonhoso na vida quotidiana dos homens, persuadido de que a ingenuidade da criança permitiria nomear o 'inominável', confessar o 'inconfessável' revestindo as palavras e os gestos de uma nova ingenuidade e projectando-os numa perspectiva fabulosa, nova».

O herói é uma crianca, Victor, que com um cinismo formidável vai, ao longo de cerca de duas horas, desmascarando os podres de uma sociedade decadente, de uma forma cómica e trágica.

Uma sala decorada ao gosto burguês: uma mesa posta para o jantar de anos - Victor faz nove anos -, com o serviço caro, os copos de cristal. Os jarrões caríssimos, assentes em colunas, são um elemento importante. Quando, logo no início da peça, Victor parte um deles começa a revelar-se a sua personalidade.

Como afirma Carlos Paulo, «para o cenário partiu-se da realidade das coisas para uma transformação estética e espacial dessa própria realidade. Como o Surrealismo e o próprio texto apontam».

A família

«A escolha desta peça, como a de qualquer outra, nunca é feita de uma forma inocente. Há da nossa parte uma preocupação com aquilo que queremos dizar às pessoas. A peça foca o problema da família como núcleo afectivo, de poder», começa por afirmar Carlos Paulo, actor que representa o papel de Victor.

«Nesta última face do século XX a família é uma das estruturas que mais tem sido posta em causa. A família tem sofrido uma notória transformação e tem havido tentativas de a recuperar, naquilo que tem de mais tradicional. Parece-nos que o autor abordou tudo isto de uma forma muito excitante em 1928, altura em que este era um assunto tabu, e por isso a peça resultou num escândalo».

«Victor ou as Crianças no Poder» foi pela primeira vez levada à cena em Portugal em 1968 pelo Teatro Estúdio de Lisboa, numa encenação de Luzia Maria Martins (ver caixa).

Nessa época o grupo de Luzia e Helena Félix teve imensos problemas com a censura. A tradução por eles utilizada, feita por Fernando Luso Soares, foi a mesma de que a Comuna se serviu agora. «Como estamos a utilizar a tradução que foi feita nos anos 60, podemos ver no texto as marcas da censura. Uma das personagens, o general, passou a conselheiro técnico, porque a censura achou que não se podia tocar nos militares», salienta Carlos Paulo.

«As partes podres da sociedade - o incesto, as relações promíscuas - foi censurada, adulterada pela censura. Mesmo assim a peça passou na altura com muita força, mas não deixou de ser um simulacro do texto de Vitrac. Por todas essas razões achamos que esta é a altura ideal para a apresentarmos», diz ainda o mesmo actor.

Surrealismo

Escritor surrealista, Roger Vitrac chamou a «Victor ou as Crianças no Poder» uma farsa trágica. Mas quando Jean Anouith a recuperou nos anos 60 considerou-a como a primeira tragédia do século XX.

E é essa também a opinião da Comuna ao lavá-la à cena 20 anos depois. «A visão trágica da sociedade contemporânea feita por um homem surrealista que, a partir da realidade, recriou em termos de futuro e quase premonitórios, aquilo que anos depois viriamos a ter como dados adquiridos: a decadência da civilização. Está bem presente a trilogia Deus-Pátria-Autoridade», conclui o 'Victor' da Comuna.

«A partir desta fábula o autor toca num ponto importante: a morte da ciança dentro de nós. A partir de que momento o adulto assassina a sua criança, em nome do chamado crescimento, da chamada integração na sociedade, que está em queda?».

O texto de Roger Vitrac é de uma enorme riqueza (Jean Anoilh, em 1962, considera-o um dos pais do teatro moderno) e todos estes problemas são-nos dados de uma forma satírica, «ainda hoje chocante», como salienta Carlos Paulo.

O dramaturgo utiliza como estrutura o teatro de 'boulevard', teatro da comicidade, para «a partir daí desenvolver o seu discurso até chegar à tragédia».

A encenação de João Mota não foge à estrutura surrealista que Vitrac deu à peça. «Isso seria impossível. Quando se faz um texto que tem uma localização histórico-cultural tão profunda como este, neste caso surrealista, seria um bocado traição não respeitar e aprofundar essa linha de texto».

Transgredir a experiência

Depois de «Amadis», «Calígula» e «Touro», para só falar nos três últimos trabalhos do grupo (e esta peça é já a 33ª produção em 15 anos de actividade), é caso para perguntar como é que o texto de Vitrac se relaciona com o projecto da Comuna.

«Somos um teatro de pesquisa e por isso a nossa função é transgredir a nossa própria experiência», responde Carlos Paulo. «A nossa função é arriscar e pôr em causa a nossa maneira de fazer as coisas. Parte-se do que o grupo, como colectivo, quer dizer às pessoas, por isso escolhemos textos que digam o que nós queremos transmitir ou, quando não encontramos, fazemos nós o texto, como colectivo».

«Víctor ou as Crianças no Poder» está em cena no casarão cor-de-rosa da Comuna a partir das 21.30 horas de hoje. É uma tragédia cómica, que «pode atingir as pessoas simultaneamente através da emoção e da inteligência».

Quando ontem fomos assistir ao ensaio geral, um garoto que estava também a ver, pela segunda vez, dizia: «fartei-me de rir e depois no fim até chorei». É uma trágico-comédia.

Carmen Marques, Amélia Videira, Almeno Gonçalves, Carlos Paulo e Marques Arede numa cena de «Victor ou as crianças no Poder»

Em 1968

Luzia Maria Martins estreou Vitrac em Portugal

Roger Vitrac escreveu «Victor ou as Crianças no Poder» em 1928 e a peça foi levada à cena um ano depois, por Antonin Artaud.

Em Portugal a peça foi apresentada pela primeira vez em 1968, numa encenação de Luzia Maria Martins. Quase 20 anos depois é a vez da Comuna-Teatro de Pesquisa a levar também à cena. O «DL» foi ouvir o que a encenadora recorda da sua experiência com a peça deVitrac.

«Na altura em que estreamos a peça tivemos grandes problemas com a censura, que se não fossem prejudiciais para a companhia, seriam hilariantes», lembra Luzia Maria Martins.No entanto «Victor ou as Crianças no Poder» valeu-lhe o Prémio António Pinheiro para a melhor encenação do ano.

«Quando fundámos a companhia, eu a a Helena Félix prepusemo-nos apresentar um reportório para preencher lacunas no panorama teatral português. Durante 23 anos temos levado ao palco peças fundamentais, que são raízes das escolas de teatro. Como tal, esta peça de Vitrac não poderia faltar, pois é uma peça basilar, uma obra-prima», continua a encenadora do Teatro Estúdio de Lisboa.

Para além dos problemas com a censura, houve na altura ainda problemas de ordem técina: «Não tinhamos um palco de arena, o cenário era todo construído com 'charriot', o que nos permitia mudar tudo rapidamente».

Para o êxito que o espectáculo teve na época Luzia Maria Martins recorda as excelentes interpretações que deram valor à sua encenação: Helena Félix, Isabel de Castro e Margarida Mauperrand, que ganhou o prémio revelação desse ano, pelo seu trabalho.

«Tentámos fazer a peça tendo em vista que o seu autor foi uma figura proeminente do movimento surrealista, se bem que só nos anos 60, com a reposição da peca por Anouilh, ele tenha sido lançado nos palcos de todo o mundo», refere a encenadora.

«Victor ou as Crianças no Poder» é, segundo Luzia Martins, uma «trágico-comédia que nos mostra a decadência da burguesia e a sua morte, porque os seus valores estão errados. Ele via a decadência de uma nação na burguesia, e a sua morte simbólica era dada em cena. Esta é uma peça notável e Vitrac é um percursor do teatro do absurdo».

Luzia Maria Martins vê na recuperação da peça pela Comuna com agrado: «Esta é uma obra-prima, portanto actual. Penso que será uma peça que continuará a prender o espectador, porque os valores que ataca estão ainda muito vivos. E não deixa de ser agradável para nós ver que este ano vários grupos vão apresentar peças que nós trouxemos pela primeira vez: o Grupo 4 com «O Cerejal», a Comuna com «Victor ou as Crianças no Poder» e o próprio Nacional convidou-nos para apresentarmos «Mesas Separadas», que nós também estreamos».

EM PORTUGAL

	Min.	Máx.	Prec.	Às 18 h.
Bragança	-1	-1	0.0	Limpo
V. Castelo	1	1	0.0	Nevoeiro
Vila Real	1	1	0.0	Limpo
Porto	[illegible]	1	0	[illegible]
P.Dourad.			0	
Coimbra				
C.Carvoeiro		7		[illegible]
C. Branco				
Portalegre		6		[illegible]
Lisboa		5	0.0	Nebulos
Évora		6		[illegible]
Beja		5	0.0	Limpo
Faro				[illegible]
Sagres	12	9	0.0	Muito nub
P. Delgada	16	16	0.0	Muito Nub
Funchal	17	17	0.0	Encoberto

Temperatura do ar em C • Precipitação em mm

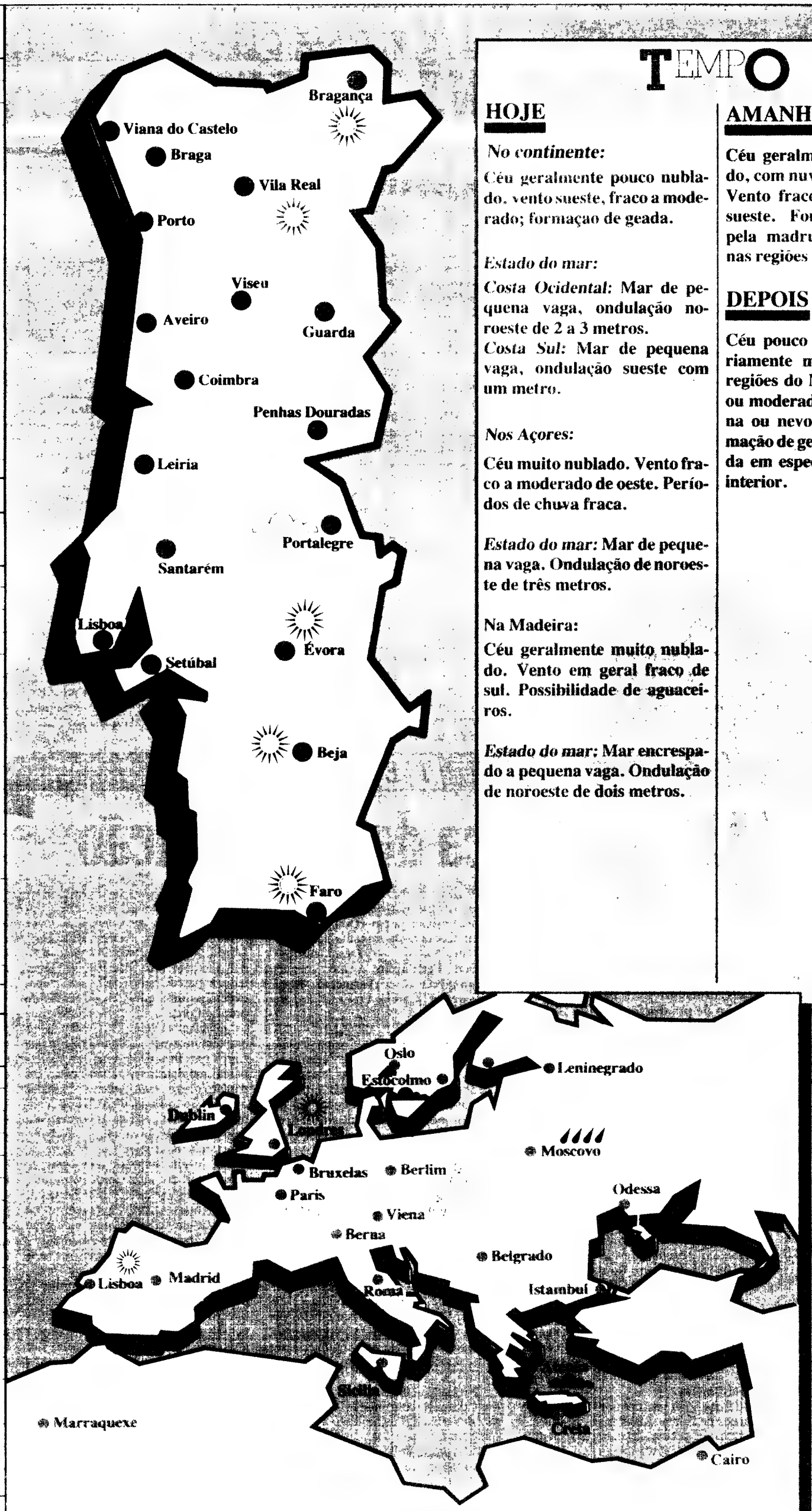
NA EUROPA

	Min.	Máx.	As 18 h.
Madrid	3	-4	Nevada
Londres	0	-1	Limpo
Paris	1	1	Pouco nub
Bruxelas	-2	-2	Aguaceiros
Amesterd.	2	-2	Encoberto
Genebra		0	Encoberto
Roma		2	Pouco nub
Oslo	20	-20	Pouco nub
Copenhaga	9	-10	Pouco nub
Estocolmo	26	27	Muito nub
Berlim		-5	Neve
Viena	2	-2	Neve
Varsóvia	19	-19	Neve
Atenas	15	9	Muito nub
Moscovo	30	-31	Neve

Temperatura do ar em C • Precipitação em mm

NO MUNDO

	Min.	Máx.	As 13 h.
Caracas	15	25	Nublado
Joanesburgo	15	28	Limpo
Los Angeles	8	17	Limpo
Montreal	9	2	Nublado
Nova Deli	8	20	Nublado
Nova Iorque	4	3	Nublado
R. de Janeiro	18	38	Limpo
S.Francisco	9	15	Nublado
São Paulo	15	30	Nublado
Tóquio	0	7	Limpo



TEMPO

HOJE

No continente:

Céu geralmente pouco nublado, vento sueste, fraco a moderado; formaçao de geada.

Estado do mar:

Costa Ocidental: Mar de pequena vaga, ondulação noroeste de 2 a 3 metros.
Costa Sul: Mar de pequena vaga, ondulação sueste com um metro.

Nos Açores:

Céu muito nublado. Vento fraco a moderado de oeste. Períodos de chuva fraca.

Estado do mar: Mar de pequena vaga. Ondulação de noroeste de três metros.

Na Madeira:

Céu geralmente muito nublado. Vento em geral fraco de sul. Possibilidade de aguaceiros.

Estado do mar: Mar encrespado a pequena vaga. Ondulação de noroeste de dois metros.

AMANHÃ

Céu geralmente muito nublado, com nuvens altas e médias. Vento fraco ou moderado de sueste. Formaçao de geada pela madrugada em especial nas regiões do interior.

DEPOIS

Céu pouco nublado temporariamente muito nublado nas regiões do Norte. Vento fraco ou moderado de sueste. Neblina ou nevoeiro matinal. Formação de geada pela madrugada em especial nas regiões do interior.

EM PORTUGAL

	Mín.	Máx.	Prec.	Às 18 h.
	-1	-1	0,0	Limpo
	1	1	0,0	Nevoeiro
	1	1	0,0	Limpo
	3	1	0,0	Neblina
			0,0	
	2	2	0,0	Neblina
	7	7	0,0	Muito nub
			0,0	
	7	6	0,0	Pouco nub.
	5	5	0,0	Neblina
	6	6	0,0	Limpo
	5	5	0,0	Limpo
	8	7	0,0	Neblina
	11	9	0,0	Muito nub.
	16	16	0,0	Muito Nub.
	17	17	0,0	Encoberto

Temperatura do ar em °C • Precipitação em mm

NA EUROPA

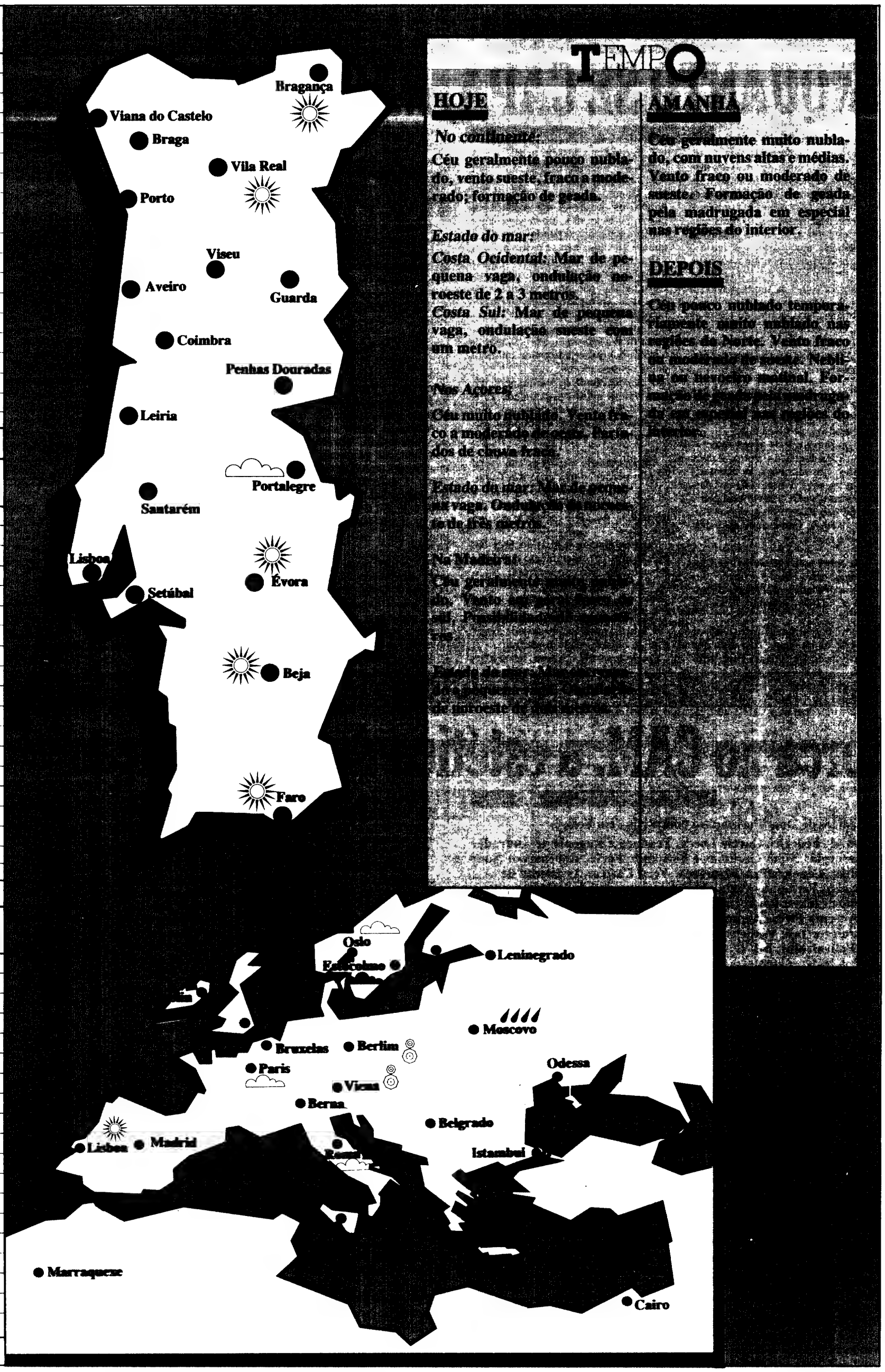
	Min.	Máx.	Às 18 h.
	-3	-1	Neblina
	0	1	Limpo
	-1	1	Pouco nub.
	-2	-2	Aguaceiros
	-2	-2	Encoberto
	1	4	Encoberto
	3	2	Pouco nub.
	-20	-20	Pouco nub.
	-9	-9	Pouco nub.
	-26	-27	Muito nub.
	-5	-5	Neve
	-2	-2	Neve
	-19	-19	Neve
	13	9	Muito nub.
	-30	-31	Neve

Temperatura do ar em °C • Precipitação em mm

NO MUNDO

	Min.	Máx.	Às 13 h.
	15	25	Nublado
	15	28	Limpo
	8	17	Limpo
	-9	-2	Nublado
	8	20	Nublado
	-4	3	Nublado
	18	35	Limpo
	9	15	Nublado
	18	30	Nublado
	0	7	Limpo

Temperatura do ar em °C • Precipitação em mm



TEMPO

HOJE

No continente:

Céu geralmente pouco nublado, vento sueste, fraco a moderado; formação de geada.

Estado do mar:

Costa Ocidental: **Mar de pequena vaga, ondulação noroeste de 2 a 3 metros.**

Costa Sul: **Mar de pequena vaga, ondulação sueste com um metro.**

Nos Açores:

Céu muito nublado. Vento fraco a moderado de sueste. Aguaceiros de chuva fraca.

Estado do mar: **Mar de pequena vaga. Ondulação de noroeste de três metros.**

Na Madeira:

Céu geralmente muito nublado. Vento [illegible] Aguaceiros [illegible] Pequena [illegible] ondulação de noroeste de [illegible] metros.

AMANHÃ

Céu geralmente muito nublado, com nuvens altas e médias. Vento fraco ou moderado de sueste. Formação de geada pela madrugada em especial nas regiões do interior.

DEPOIS

Céu pouco nublado temporariamente muito nublado nas regiões do Norte. Vento fraco ou moderado de sueste. Neblina ou nevoeiro matinal. Formação de geada pela madrugada em especial nas regiões do interior.

DL TELEVISÃO

CANAL DA CRÍTICA

ENQUANTO SE CAPA, NÃO SE ASSOBIA

Mário Castrim

Tudo quanto é desporto tem na televisão grande audiência: movimento, imprevisto, a alegria, a tristeza, a felicidade e a incomodidade: imagem da própria vida. Isso tudo. E também a paixão e a descontracção. Depois uma pessoa está em casa, senta-se (talvez não todas em sofá, como o Primeiro-Ministro) o tempo vai passando. Enfim, como dizia o outro.

Acima de todas as modalidades, o futebol. Não apenas acimade todas as modalidades, mas acima de todas as coisas. Outrora o catecismo ordenava que acima de todas as coisas se amasse Deus. A televisão portuguesa decreta doutra maneira.

Sendo pois o futebol aquilo que é, e tendo a audiência que tem, importava que o RTP encarasse as emissões com mais sentido... profissional.

Viu-se como o País viveu intensamente o jogo Benfica—Porto. Parece que já o consideravam o acontecimento do século. Foram 140 mil pessoas, estão a ver? A nível europeu é capaz de não haver comparação. Países que não se interessam pelo desporto, é o que é.

O encontro foi transmitido em diferido, mas mais tarde. Desta vez respeitou-se o telejornal. Seria demasiado escandaloso repetir... o escândalo.

Houve a peregrina ideia de sobrepor a conversa às imagens. Não digo que as palavaras do Rui Tovar, Tozé Brito e Tavares Teles fossem ocas, não, de forma nenhuma. Pelo contrário. Serenas, razoáveis, coloquiais, inteligentes. Quanto jogo não perdi eu enquanto os ouvia? À televisão portuguesa, pelos modos, ainda não chegou o dizer popular, segundo o qual enquanto se capa, não se assobia.

Partiu-se da falsa ideia de que os telespectadores sabiam tudo e que, por conseguinte, não era preciso «explicar» nada. Os jogadores, por exemplo, raramente eram identificados — e s por aqui a grande maioria dos espectadores ficava fora da jogada, incapaz de avaliar dos juízos de valor emitidos pelos conversadores.

Acontece ainda que a imagem era, em geral, de muito má qualidade. Com o dia maravilhoso de domingo, ninguém atribuirá culpas à luminosidade. Vejam lá esse material, meus senhores.

Depois, houve situações não esclarecidas porque, como dizia Rui Tovar, «não poderíamos ver, pois a jogada se fez do outro lado.» Ou seja: uma camarazinha no meio-campo e era um pau...

Não exigíamos o luxo do México. Mas lá que o acontecimento do século merecia melhor, isso merecia.

Brincar... com coisas sérias

Não se pode brincar com a televisão. Isto é o mínimo que se pode exigir a quem dela foi dado o usufruto.

O que mais me apavora, nesta televisão, não e tanto já a mediocridade que nela, a vários modos, se manifesta. Terrível é ver como o que sobressai é a imaturidade dos responsáveis que, fazendo uma TV à sua imagem e semelhança, produzem monstros.

Jornais e revistas exploram as crendices, estupidez, ignorância e preconceitos de várias maneiras. Têm de vender papel — e quem só quer vender papel, está no seu papel. As «previsões» astrológicas são uma das facetas do obscurantismo mais exploradas.

Parece que a utilização de certos métodos está interdita à televisão. Judiciosamente, como bem se compreende. Mas a fantochada do astrologismo fura a interdição e pavoneia-se na RTP à grande e à francesa — como se fosse uma coisa séria.

Assim lá temos semanalmente a presença de um «astrólogo» que nos vem anunciar os encontros e desencontros do amor, das finanças e da saúde. É indecente. É indesculpável. É de loucura. Mas a estupidez lá continua com seu tempo de antena garantido e numa responsabilidade assumida... pelos mais altos poderes da televisão!

De Carlos Cruz não pensava eu que mal semelhante viesse. Mas veio. «Quinta do Dois» talvez procure, com estes golpes lamentáveis, a popularidade que ainda não conseguiu. Lamento o processo e não creio que tal objectivo se alcance.

Ainda se aceitaria a coisa, se se fizesse uma leitura crítica da situação. Nem por sombras se fez. Tomou e tanto tudo a sério que ameaçou o palavroso «astrólogo» de guardar a bobina gravada para mais tarde o chamar à pedra!

Assim, e tudo sabido através dos astros (foi-se ao ponto de considerar a astrologia como uma ciência — e sempre o Carlos Cruz impávido...) que haverá grandes convulsões no Médio Oriente, provavelmente no Afeganistão; que haverá, ao sul de África, uma guerra género Irão—Iraque...

A nível nacional, os astros disseram ao fulano que «os anos são positivos», que o Governo cai, haverá eleições e o PSD vai ganhar as eleições; bom ano para Cavaco Silva; apuros de saúde para Mário Soares; ano extremamente negativo para Álvaro Cunhal, pois «o seu signo assim o determina...»

Impávido, Carlos Cruz ouvia, o público batia palmas. Portugal inteiro ficou conhecendo a sbedoria dos astros...

Humor na TV em perspectiva?

Anunciam-se mexidas na programação. Novas produções estrangeiras, dizem que de qualidade garantida, produções nacionais, entre elas uma telenovela (e eles a darem-lhe!) cujo realizador será Nicolau Breyner, e essa telenovela está para aí a rebentar para durar seis meses. Não terão ido longe de mais? Oxalá que não. Veremos.

Outras produções dão o fora. O «Faz de Conta» é uma delas. Não sei se é bom, se é mau. Não sei. Raul Solnado tem seus pontos de vista bem assentes. Não gosta de que a televisão o queime. Solnado aparece, umas semanas, pira-se. Ficam saudades que depois podem matar-se num teatro, ao vivo.

O programa baseava-se num esquema certamente mais trabalhoso nos preparativos do que no estúdio propriamente dito. Esquema aliás de uma grande simplicidade e poucas possibilidades de renovação. *Faz de Conta* está de facto esgotado, ou seja, nada se espera de diferente.

Porque, o que se espera, é sempre a hora de ver Raul Solnado. A hora de se ficar encantado com a arte que, de um quase nada, tanto consegue tirar. Veja-se aquele réu da última emissão...

Este concurso teve, pelo menos, a vantagem de nos levar à descoberta de um grande actor. Curiosamente, nestas figuras inconsistentes, nascidas para morrer logo a seguir, Raul Solnado tem-me dado outra ideia das suas dimensões, talvez porque (ao contrário do que sucede no palco) ele se parece menos com... Raul Solnado.

Suponho que é isso o que, de essencial, nos ficará do *Faz de Conta*. Porque demonstrou a possibilidade de virmos a ter, num futuro não muito afastado, um programa de humor de qualidade.

DL TEATROS

CRÍTICA

Lorca no CAM: a estética da acumulação

Carlos Porto

AMOR de Dom Perlimplim com Belisa em Seu Jardim, de Federico Garcia Lorca. Tradução: Eugénio de Andrade. Dramaturgia: Nuno Carinhas e Fernando Faria. Encenação: Nuno Carinhas. Cenografia e Figurinos: Vera Castro. Assistente de encenação: Fernando Faria. Assistente musical: Luís Madureira. Desenho de luzes: Paulo Graça. Direcção de produção: Emília Rosa. Int.: António Pires, Anamar, Luísa Cruz, Isabel Alarcão, Luís Madureira e José Wallensteins. Estreia: Centro de Arte Moderna (Sala Polivalente), 3-1-87.

Desta peça de Lorca — «Aleluia erótica» em quatro quadros (três na 1.ª edição de Aguilar) e um prólogo — é possível encontrar algumas ramificações e também alguns, possíveis, frutos. A começar pelo próprio Lorca de quem a peça «A Sapateira Prodigiosa», da mesma época, trata tema semelhante; e também Cervantes, Valle-Inclán, Crommelynck, de quem se conhece «Os Amantes Pueris», espectáculo do Teatro Hoje («DL»/18-6-86).

A estes autores poderemos acrescentar Edmond Rostand com «Cyrano de Bergerac»: este fingia ser um outro para declarar o seu amor a uma mulher que amava este outro, Lorca foi mais longe colocando o marido desamado a fingir ser o amante que não existia e a matá-lo, matando-se.

«Amor de Dom Perlimplim...» é pois a história de um homem idoso que casa com uma jovem bonita que o trai, aliás em termos simbólicos já que os seus amantes representam as cinco raças da terra. Pode-se aliás perguntar se o único amante, platónico, não é o seu próprio marido.

A peça de Lorca, que não foi escrita para títeres, como já se disse, começou por ser proibida, por razões de rivalidades artísticas disfarçadas em razões pseudomorais, na opinião de um biógrafo do autor, tendo sido estreada em 1933 em espectáculo único no qual Lorca colaborou.

A peça, que saibamos, foi representada em Portugal em 1979, por alunos do 3.º ano da Escola Superior de Teatro do C.N. sob a direcção de Jorge Listopad («DL»/29-6-79); pelo Teatro Ibérico, encenação de Blanco Gil (1984); pelo Teatro Borda d'Água, encenação de Joaquim Benite («DL»/3-85); pelo Teatro Laboratório de Faro, encenação de Luís Aguilar («DL»-/24-7-85); pelo TEP, encenação de Roberto Marino («DL»/9-7-85). Supomos haver uma encenação anterior de Ribeirinho da qual não possuímos referências.

Divergem as opiniões sobre esta peça de Lorca, entre os que a minimizam. «E demasiado elementar, demasiado simples, e por isso não passa de um esboço... Lorca revela aqui a sua inexperiência como autor» (Alfredo de La Guardia — «Garcia Lorca — Persona y creacion»), e os que a valorizaram: «**Don Perlimplín** marca o início de uma fase nova... Começa em guignol' clássico, termina em tragédia» (Marie Laffranque — «Lorca»); Lorca esboça já em «**Don Perlimplín** uma tentativa de tragédia patética...» (Buero Vallejo — «Três Maestros»); «**Don Perlimplín** é uma pequena obra-prima...» (Ferruccio Masini «Federico Garcia Lorca e La Barraca»).

Dir-se-ia que Nuno Carinhas optou pelo primeiro ponto de vista aqui transcrito, duvidando das potencialidades cénicas e até dramatúrgicas do texto; dir-se-ia também que o seu trabalho, com aspectos positivos, reflecte o facto de ser esta a sua primeira encenação «a sério», o que o teria levado a utilizar uma panóplia excessiva de efeitos.

Aliás, basta percorrer o programa para nos apercebermos disso: Richard Strauss, Stravinsky, M. Constant, além do próprio Lorca, cita Luís Madureira, responsável pela montagem musical; Lawrence, Oscar Wilde, Shakespeare — autores citados; reproduções de Rousseau, Moreau e Magritte; Velasquez e Christo citados por Vera Castro (cenógrafa e figurinista). O espectáculo abre com algumas frases em alemão (do «Fausto»? de «Salomé»?).

No espaço, uma espécie de quiosque envidraçado com muitos livros empilhados (Dom Perlimplim: «Yo, con mis libros tengo bastante».) Enormes folhas evocam o jardim a que se refere o texto; um canapé; um dos duendes tem uma roda de «amola-tesouras», o outro usa bengala e um carrapito como nas máscaras do século XVIII; a mãe de Belisa reproduz uma figura de «Las Meninas» de Velasquez; Belisa veste, pelo menos, quatro fatos: num deles parece pertencer a um anúncio de vestido de noiva de uma revista de maus costumes, noutra lembra Rita Hayworth, noutra um toureiro que, no final, também José Wallenstein encostado à parede arrastando uma capa, evoca; há uma colagem de textos do próprio Lorca, e de outros autores, que os duendes dizem (são personagens que têm no espectáculo um relevo que Lorca não lhes deu); uma luz violeta passa rapidamente, talvez com um pássaro negro, mais tarde imobiliza-se e o pássaro torna-se visível; aos duendes competem estranhas operações: com a ajuda de um molde em madeira, constroem com terra que trazem em sacos, o leito nupcial, terra símbolo primordial do obra lorqueada (mas também desta peça? também desta leitura?); mais tarde, envolvem o tal quiosque envidraçado com um pano negro e amarram-no com uma longa e grossa corda, o que parece ser uma inesperada cena de «happening» (esta, como outras, parece ter um propositado toque surrealizante); fala-se em música estranha e ouve-se uma compainha (Stanislavski?); referências a um possível homossexualismo de Lorca passam pela interpretação como outras indicações de Lorca (os cornos, o rosto esverdeado do protagonista), sinais que funcionam mal nesta leitura; um outro elemento, um mocho embalsamado colocado num tronco de árvore que, aliás, passa despercebido. Tudo isto ajuda a envolver esta leitura em sinais, símbolos, imagens cujo excesso, multiplicação, acumulação parecem aproximar este espectáculo mais da estética do «vídeo clip» do que de qualquer outra.

Esse excesso destrói o que há no texto de mais belo, a sua simplicidade, que não é simplismo, as relações entre o lírico e o grotesco que o definem e lhe dão um tom mais próximo do trágico que do bufo (como escreveu Buero Vallejo).

Esses excessos, além disso, não compensam as carências que o espectáculo denuncia: carências de ritmo (não devia ser este espectáculo rápido como um golpe de navalha, um «relâmpago negro», para citar Neruda?); carências de unidade — os processos surrealizantes ligam mal com os diálogos naturalistas; na área da representação em que se sente que os intérpretes estão relativamente perdidos pela confusão de registos que foram obrigados a utilizar. Parece haver linhas exageradamente marcadas no trabalho de António Pires (Don Perlimplin), enquanto Anamar (Belisa) não atinge a totalidade das zonas simbólicas de personagem (no entanto, as suas canções «off» são uma formosura); Luísa Cruz (Marcolfa) confirma potencialidades que já lhe havíamos assinalado aqui talvez insuficientemente exploradas; o mesmo se poderá dizer de Isabel Alarcão (Mãe de Belisa). Luís Madureira e José Wallenstein (Duendes) funcionam ao mesmo tempo como auxiliares de cena e como coro; Luís Madureira também canta. Na linha escolhida pelo encenador, são dois trabalhos certos.

Esta nota ao espectáculo do CAM, com que abriu o mês de Lorca, não pretende afastar o leitor da visão do espectáculo que este merece.

O questionamento de um espectáculo pode, como neste caso, significar o interesse do seu conhecimento.

A TEMPO

DEBUSSY, ECOLOGISTA

Mário Vieira de Carvalho

Hoje em dia, tomam-se, na minha opinião, para com os mestres, atitudes servis bastante desgostantes; eu quero ter a liberdade de dizer que uma página maçadora me maça, seja qual for o seu autor. Mas não tenho qualquer teoria, qualquer advertência a fazer. Trato de ser sincero na minha arte e nas minhas opiniões, eis tudo. Simplesmente, há na arte uma aristocracia que importa não comprometer. Eis por que anseio pouco pelo grande êxito, pela notoriedade enganadora. Não sou, digo-o e repito-o, o homem na pele da minha própria lenda, amo tão só o silêncio, a paz, o trabalho, o isolamento, e é-me completamente indiferente tudo quanto possam dizer da minha música. Nem pretendo que a imitem nem que ela exerça influência alguma sobre quem quer que seja. Faço questão de permanecer independente; faço a minha obra como posso e devo, é tudo quanto posso dizer-vos.

Palavras de Debussy em 1911. Assim se exprimia um compositor cuja influência se tem repercutido em sucessivas gerações de compositores até aos nossos dias.

Anos antes (1893) escrevera a Chausson:

*Em boa verdade a música deveria ser uma ciência hermética, conservada em textos de uma interpretação de tal modo longa e difícil que desencorajasse necessariamente a turba que dela se serve com a desenvoltura com que se puxa do lenço de assoar! Ora, e **para além do mais**, em vez de procurar difundir a arte entre o público o que eu proponho é a fundação de uma «Sociedade de esoterismo musical»...*

Num dos seus diálogos com Monsieur Croche (o senhor Colcheia), personagem fictícia por ele criada, Claude Debussy confessava nada mais pretender com a sua música senão servir *a* música. Daí que corresse o risco de desagradar àqueles que eram ciosos de *uma* música. Ao que o tal senhor Colcheia respondia (texto de 1901):

As pessoas de que estamos a falar não são os culpados. Acuse antes os artistas que cumprem a triste tarefa de servir e entreter o público com voluntária despreocupação... A este erro acrescente o facto de os mesmos artistas terem sido capazes de combater por um instante justamente o necessário para conquistar o seu lugar no mercado; mas, uma vez assegurada a venda dos seus produtos, logo se apressam a retroceder, parecendo pedir perdão ao público pelo esforço que este teve de fazer por os admitir...

Quando de um inquérito realizado em 1902, escrevia ainda Debussy:

A arte é a mais bela das mentiras. E por mais que se tente incorporar nela a vida no seu cenário quotidiano, é necessário que ela permaneça uma mentira, sob pena de se tornar uma coisa utilitária, triste como uma fábrica. Não é verdade que o povo, tal como a elite, vêm procurar nela o esquecimento, o que é ainda uma forma de mentira?

Em 1911 declarava querer escrever o seu *sonho musical com o mais completo desprendimento de si próprio,* querer cantar a sua *paisagem interior com a ingénua candura da infância,* mas entretanto sonhava com o regresso a uma época de ouro que se perdera. A propósito de Bach (este seria *a própria música, a que nada resiste*), exclamava, em resposta a um inquérito realizado em 1910:

Não houve mais ninguém que fizesse música depois de Bach, porque, depois dele, não houve mais ninguém que se encontrasse em condições favoráveis à criação musical. E não é na nossa época, ai de nós! que será razoável esperar o regresso dessas felizes condições.

Este pensamento aristocrático, que não esconde o fascínio que nele exerce uma ordem feudal pré-revolução burguesa nem o desprezo, senão mesmo asco, pelas multidões, pode parecer hoje irremediavelmente marcado pelo reaccionarismo político-social, e não há dúvida de que algumas das coordenadas ideológicas de Debussy (acrescento às documentadas neste molhe de citações um certo chauvinismo artístico e o radicalismo anti-romântico) são claramente tributárias da voga de que então gozavam em França Maurras e a *Action Française* , movimento de extrema-direita que em Portugal enformou a teoria e a prática do *Integralismo Lusitano* (curiosamente, o compositor português que primeiro reflectiu a influência de Debussy ao nível da sua linguagem de artista-criador, Luís de Freitas Branco, reflectiu-a também ao nível do seu ideário, inclusive pela coincidência da sua militância no *Integralismo* , mais tarde abandonada).

Mas o pensamento de Debussy reflecte, por outro lado, a sua ligação aos simbolistas na literatura - como Baudelaire, Verlaine, Mallarmé ou Villiers de L'Isle-Adam - que procuravam, como ele, criar, *na sua arte,* uma alternativa ao quotidiano burguês. Debussy reconhece o carácter de mercadoria adquirido pela música e pela arte em geral na nova ordem «democrática» instituída desde a Revolução Francesa e responde-lhe com uma concepção de «música pela música» que é a transposição para o seu campo de intervenção do *l'art pour l'art* de Baudelaire. A ordem burguesa, para ele sinónimo de civilização, é o inimigo a abater, senão na praxis social, pelo menos na «mentira», no «sonho», na evasão que à arte cabe proporcionar ou que a arte começa por proporcionar ao próprio que a cria. Não é por acaso que todo o seu ideário estético se reconduz à oposição - constante nos seus textos - entre a Natureza como mestra do músico e o ensino institucionalizado nos Conservatórios. Natureza, liberdade e fantasia são as categorias de que se reclama como músico. Nas suas obras (basta lembrar **O Mar**) sonha com a recriação da unidade entre o ser humano e a natureza, unidade destruída pela «civilização». Insurge-se contra os «sistemas» e, entusiamado com o **Gamelan** javanês na Exposição de Paris, julga ver nele o ideal de uma música tão espontânea como a do vento e do mar, uma música que se aprenderia como quem aprende a respirar. Ecologista *avant la lettre,* teria sido completamente coerente se tivesse acompanhado Gauguin na sua migração para a Samoa e pusesse ali em música, como o outro pôs em tela, **l'Ile Joyeuse**...

MARGARET THATCHER DISTINGUE "SIM, SR. PRIMEIRO-MINISTRO"

A primeira ministra britânica, Margaret Thatcher, homenageou no final do ano os intérpretes do conhecido programa de TV (está a passar em Portugal) «Sim, senhor primeiro ministro», que satiriza a política, em geral, e o seu cargo em particular.

Na lista da senhora Thatcher de distinções do Ano Novo, que também contempla figuras que tiveram êxito no mundo dos negócios, do desporto, da arte e da política, os actores Paul Eddington e Nigel Hawthorne, da referida série, foram distinguidos como comandantes da Ordem do Império Britânico.

A série, que como dissemos está a ser vista entre nós, é uma das mais populares na Grã-Bretanha, mostra de uma maneira engraçada o relacionamento difícil entre o primeiro-ministro Jim Hacker, papel desempenhado por Eddington e o seu secretário de Gabinete, sir Humphrey Appleby, interpretado por Hawthorne.

Thatcher, que uma vez apareceu como convidada num episódio especial da série anterior «Sim, senhor ministro», confessou que há alguns elementos de verdade no programa.

COMUNA
TEATRO DE PESQUISA
PRAÇA DE ESPANHA • T. 726 08 18

ESTREIA
HOJE ÀS 21.30

"VICTOR" ou as crianças no poder

SUB 6.C.C.

TEXTO-ROGER VITRAC ENCENAÇÃO-JOÃO MOTA TRADUÇÃO-LUSO SOARES

A BARRACA

R. ALEXANDRE HERCULANO, 70 — LISBOA
RESERVAS: 686300

2.º MÊS

com
António Gomes, João Azevedo
José Carretas, Luís Tomar, Teresa Faria

3.ª a Sáb. - 21.30 h
Sáb., Dom. - 16 h

3.ª e 4.ª Feira — Descontos de 50% para jovens e sindicalizados. Descontos para grupos.

DIRECÇÃO: HELDER COSTA

TEATRO NA GULBENKIAN

Se gosta de Teatro - mesmo que não seja frequentador incondicional - sugerimos-lhe hoje um «Encontro com Lorca», na Sala Polivalente da Gulbenkian. Acontece que, esta Fundação, através do Serviço de Animação, Criação Artística e Educação pela Arte (ACARTE), tem patente até final deste mês um ciclo justamente dedicado a esse grande poeta espanhol, assassinado durante a Guerra Civil de Espanha, que comporta uma série de actividades culturais : teatro, concertos, conferência, mesa-redonda e exposição.

Mas a nossa proposta de hoje refere-se, como já demos a perceber, ao Teatro. Teatro de Federico Garcia Lorca, obviamente.

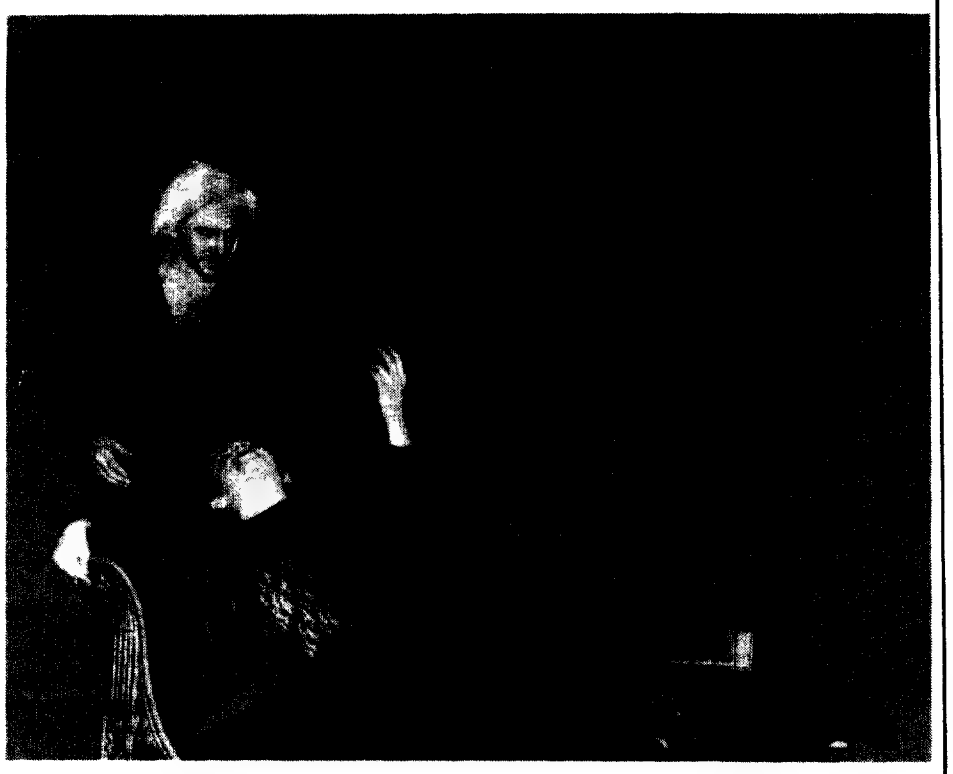
«Amor de D. Perlimplim com Belisa em seu Jardim», a que o autor colocou o subtítulo de Aleluia Erótica, é inspirado nas «Aleluias», vinhetas que na infância de Lorca se vendiam em grandes folhas de papel barato. Variação do tema da jovem e do homem mais velho que, segundo Paul Binding, diz muito acerca da condição psicológica de Garcia Lorca.

Esta peça, em cena hoje na Gulbenkian a partir das 18,30 pode ser vista às terças e quartas neste horário, às quintas, sextas e sábados às 21,30 e aos domingos às 15 horas.

«Amor de D. Perlimplim» é a primeira encenação do pintor, cenógrafo e figurinista Nuno Carinhas, com interpretação a cargo de Anamar, António Pires, Isabel Alarcão, José Wallenstein, Luís Madureira e Luisa Cruz.

Carlos Porto, na sua habitual secção de Crítica de Teatro, disseca nesta mesma edição a peça de Lorca. Aponta-lhe os defeitos e as qualidades, mas não deixa de considerar que «esta nota ao espectáculo do CAM, com que abriu o mês de Lorca, não pretende afastar o leitor da visão do espectáculo que este merece. O questionamento de um espectáculo pode, como neste caso, significar o interesse do seu conhecimento»

É rigorosamente nesta base que aqui deixamos a nossa proposta.



EXPOSIÇÕES

• Na Ala Sul do Mosteiro de Alcobaça, expostos trabalhos de seis artistas locais: António Trindade, José Aurélio, Carlos Natividade Correia, José Paulo Ferro, Ilídio Salteiro e Luciano António.

• Na Galeria de Arte do Casino do Estoril, a exposição «O Olhar e o Gesto no Egipto Antigo» de Almeida Fernandes. Até dia 7, todos os dias das 15 às 24.

• Na Galeria de Arte de Tavira, «O Algarve e os seus Artistas» : uma colectiva, até 6 de Janeiro, todos os dias das 10 às 13 e das 15 às 19.

• Na Galeria 111 - Campo Grande, 113-A - Gravura de David de Almeida até 12 de Janeiro. Patente de segunda a sexta das 10 às 13 e das 15 às 19,30, sábados das 10 às 13.

• Na Multiface Arte - Centro Comercial Gemini, óleos e esculturas de Francisco d´Almada e Francisco Simões, até dia 12.

• Na Junta de Freguesia de Alcântara, uma exposição de gravura : 37 quadros originais de artistas soviéticos, uma iniciativa da Associação Portugal-URSS.

• Na Livraria do Estado - R. Marquês Sá da Bandeira, 16-A - uma exposição de Helder Batista : escultura e medalha.

• Na Galeria Ana Isabel - R. da Emenda, 111-1º - Pintura de João Hogan até 15 de Janeiro, de segunda a sábado das 14 às 19.

• Na Galeria Módulo - Av. António Augusto de Aguiar, 56-5º-Dt. - escultura em pedra de Manuel Rosa. De segunda a sábado das 16 às 20.

• Na Galeria das Exposições Temporárias da Fundação Gulbenkian, inauguração amanhã da exposição «Federico Garcia Lorca Teatro Vida e Morte», no âmbito do ciclo «Encontro com Lorca», até ao fim do corrente mês.

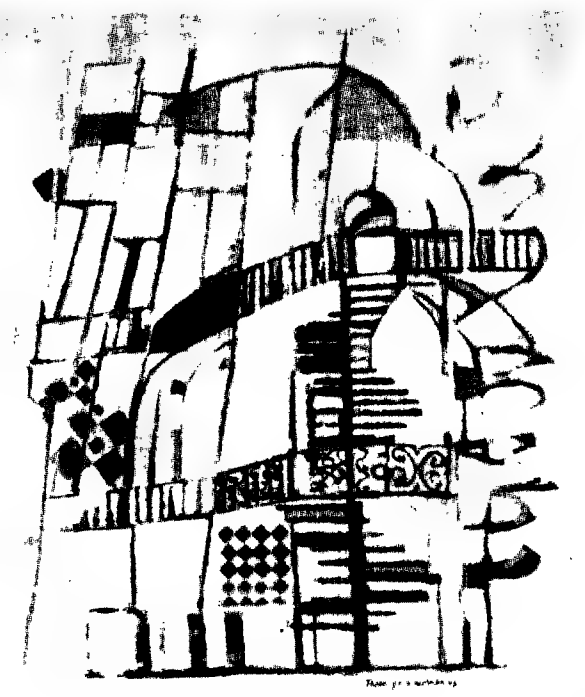
• No Palácio Anjos, em Algés, a exposição «Homenagem a Cesário», uma iniciativa da Câmara Municipal de Oeiras que engloba ainda um concerto pela Orquestra de Câmara de Lisboa (dia12), outro concerto de Pedro Caldeira Cabral e recital de Poesia de Cesário Verde por Eunice Munoz (dia 17).

• Na Galeria «Marc Chagall», no Centro Comercial D. Dinis em Leiria, patente uma exposição de Pintura de Hilário Teixeira Lopes e Álvaro Perdigão. Todos os dias das 14 às 22, excepto às segundas-feiras.

• Na Galeria «Espaço 2063» do Amoreira Shopping Center, até 18 do corrente uma exposição de Pintura Batik de Angela Garcia, com o patrocínio da Embaixada da Colômbia, patente ao público das 15 às 23 horas.

• Na Multiface-Arte (Centro Comercial Gemini na R. Sousa Lopes, lote RS em Lisboa), patente até final de Janeiro uma exposição com trabalhos de Francisco D´Almada e Francisco Simões.

• No Alibi-Bar, R. Francisco José Mota em Setúbal, uma exposição de Fotografia de José Morujão. Até 16 de Janeiro.•



Uma pintura de Francisco d'Almada

Uma escultura de Francisco Simões

• No Posto de Turismo de Faro, a partir de terça-feira dia 6, a exposição itinerante «Estações Floridas». Pode ser visitada, diariamente entre as 9 e as 19.

• Na Altamira-Galeria de Arte, R. Filipe Folque, 48-A, inaugura-se no dia 8 uma exposição de Pintura de João Oom. Até 4 de Fevereiro das 10 às 19 nos dias úteis, aos sábados das 10 às 13.

• Na Galeria Municipal de Aveiro, patente uma exposição de Pintura da autoria de Joaquim Magalhães.

• Na Galeria de Exposições Temporárias da Fundação Gulbenkian, está «Fantasquímica», uma mostra de micro-fotografias de Gil Montalverne.

• No Centro Cultural S. Lourenço (Almansil-Algarve) patente desde ontem uma mostra de esculturas em pedra de Minoru Niizuma - Nova Iorque/Tóquio.

TEATROS

• No Teatro 1º Acto, em Algés, de quinta a sábado às 21,45, a peça «Faça uma Cara Inteligente e Depois Volte ao Normal» de Marcos Rey, pelo Grupo de Teatro Espaço, com encenação de Águeda Sena.

• Na Casa da Cultura das Caldas da Rainha, até dia 18, o grupo «Teatro da Rainha» apresenta «Filoctetes» de Heiner Muller, às 21,30 de terça a domingo. A encenação é de José Peixoto, a cenografia de José Carlos Faria, a música de Carlos Alberto Augusto e a interpretação de Fernando Mora Ramos, José Eduardo e Victor Santos.

MÚSICA

• Na Quinta do Conde (concelho de Sesimbra), abriu recentemente a discoteca-pub «Cristal», mais um espaço de convívio e de lazer que vem preencher um reclamado e legítimo ensejo da «malta nova» daquela zona.

• No Piano Bar - Clube de Empresários, Av. da República,38 A - todas as noites «Swing e outras coisas» com José Manuel Soares acompanhado ao piano por Ricardo Paulino.

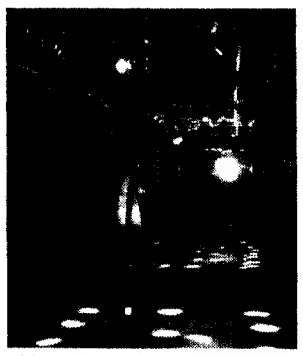
• Na Tasca - R. dos Prazeres, 47 - de segunda a quinta actua Pedro Barroso. Aos domingos, Fado.

• No Pub Maning Nice de Oeiras, João Oliveira todas as quartas e sextas.

• N´O Cenóbio - R. das Janelas Verdes, 16 - Manuel Alberto ao orgão (de segunda a quinta) , às sextas, Mingo e aos sábados Mila Ferreira e Rui Moura.

• No Vicente Borga Pub - R. Vicente Borga, 75 - às quartas e quintas-feiras música brasileira com José Matos.

Um «batik» de Ângela Garcia



Na «Cristal» da Quinta do Conde, com João Sequeira

• No «Quando o Piano Toca» - R. Viriato,8 - música de piano e orgão por José Cabeleira e Marta (voz). Todas as noites excepto aos domingos.

• Na «Canção de Lisboa» - Av. Duque de Loulé, 51-A - todas as noites a partir das 21, fado e música portuguesa com Deolinda Rodrigues, Pedro Vilar e Victor Manuel.

• Na «Casa da Simone» - Av Duque de Loulé, 49 - todas as noites a partir das 21 fado e canção portuguesa com Simone de Oliveira, Lenita Gentil e Raul Camacho

CINEMAS

• Na Cinemateca Portuguesa - R. Barata Salgueiro, 39 - prosegue hoje o Ciclo «Oscares - 60 Anos». Às 18,30, «O Apartamento» de Billy Wilder, com Jack Lemmon e Shirley MacLaine; às 21,30, «Ben Hur» de William Wyler com Charlton Heston.

• Na Sociedade Portuguesa de Autores -Av. Duque de Loulé, 31 - integrado no ciclo «O Cinema Português Nunca Visto», hoje às 18 horas, no Auditório Maestro Frederico de Freitas o filme «Máscaras» de Noémia Delgado (1976) seguido da curta-metragem «24 Imagens por Segundo» de Faria de Almeida (1976).

CINEMAS

Alfas Triplex
— T. 806496

Alfa 1
A MISSÃO
(m. 12 anos)
14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00 h

Alfa 2
RATO BASÍLIO
(m. 6 anos)
13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30 e 24 h

Alfa 3
TOP GUN — ASES INDOMÁVEIS
(m. 12 anos)
14.15, 16.45, 19.15, 21.45 e 00.15 h

Alfa 4
A DIFÍCIL ARTE DE AMAR
(m. 12 anos)
14.30, 16.45, 19.15, 21.45 e 00.15 h

Alfa Club
RAN – OS SENHORES DA GUERRA
(m. 12 anos)
15.00, 18.00, 21.00 e 00.15 h

Shopping Center de Lisboa
Sala 1
QUARTO COM VISTA SOBRE A CIDADE
(m. 12 anos)
14.15, 16.45, 19.15, 21.45 e 00.15

Sala 2
E.T. — O EXTRA TERRESTRE
(para todos)
14, 16,30, 19, 21.30 e 24.00 h

Sala 3
RAN — OS SENHORES DA GUERRA
(m. 12 anos)
15.00, 18.00, 21.00 e 24.00 h

Sala 4
RATO BASÍLIO
(m. 6 anos)
13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30 e 24.00 h

Sala 5
HOWARD E O DESTINO DO MUNDO
(m. 12 anos)
14, 16.30, 19, 21.30 e 24.00 h

Sala 6
A MISSÃO
(m. 6 anos)
14.15, 16.45, 19.15, 21.45 e 00.15 h

Apolo 70
POR FAVOR MATEM A MINHA MULHER
(maiores 12 anos)
13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30 e 24.00 h

Avila
— T. 539930
LABIRINTO
(m. 6 anos)
c/David Bowie
15.00, 17.00, 19.10, 21.45 e 23.45 h

Avis
— T. 547163
LOUCURA SEXUAL
(Int. 18 anos)
15.30, 18.30 e 21.30 h

Berna
— T. 776098
E.T. — O EXTRA TERRESTRE
(para todos)
14, 16.30, 19.00 e 21.30 h

Uma cena do filme «O PASSAGEIRO DA NOITE», realizado por Alan Rudolph, Genevieve Bujold e Keith Carradine e música de Teddy Pendergrass. Filme de qualidade em exibição no cinema Quarteto

Capitolio
— T. 372358
FOME DE SEXO
(Int. m. 18 anos)
15.15, 17.00, 19.00, 21.00 e 23.00 h

Castil
T. 530194
EM BUSCA DO TESOURO PERDIDO
(m. 12 anos)
15.30, 18.30 e 21.30 h

Cinebloco
— T. 556824
POR FAVOR MATEM A MINHA MULHER
(m. 12 anos)
14.30, 16.45, 19 e 21.30 h
SCARFACE — A FORÇA DO PODER
(m. 18 anos)
24.00 h

Cinebolso
SEXO À TARDE
(Int. 18 anos)
12.30, 14.30, 16.45, 19.00 e 21.30 h

Cine Camões
T. 324194
A RAPARIGA DE TRIESTE
(maiores 16 anos)
14.15, 16.30 e 21.30 h

Cine 222
— T. 579460
OS AMIGOS DE ALEX
(m.12 anos)
14.00, 16,30, 19 e 21.30 h

Cine Portela
— T. 2524761
ASSALTO AO PARQUE
(m. 12 anos)
16.00 e 21.45 h

A COR PÚRPURA
(m. 12 anos)
15.30 e 21.30 h

City Cine
— T. 549999
EMMANUELLE 4
(int. m. 18 anos)
14.30, 16.45, 19 e 21.30 h
AOS NOSSOS AMORES
(m. 16 anos)
23.45 h

Condes
— T. 322523
ALLIENS — O REENCONTRO FINAL
(m. 16 anos)
14, 16.30, 19 e 21.30 h

Eden
— T. 320768
KADILOR — A LENDA DO TALISMÃ
(m. 12 anos)
14, 16.30, 19.00 e 21.30 h

Estudio
— T. 555134
DIGA SIM...
(m. 6 anos)
14.30, 17, 19.30 e 21.30 h

Estudio ACS
— T. 887255
GHOSTBUSTERS «OS CAÇAFANTASMAS»
(m. 6 anos)
15.30, 18.30 e 21.30 h

Estudio 444
— T. 768078
DIÁRIO DE EDITH
(m. 12 anos)
15, 17, 19 e 21.30 h

Fonte Nova
— T. 7145109
HIGHLANDER — DUELO IMORTAL (m. 12 anos)
14.30, 16.45, 19 e 21.30 h

A DIFÍCIL ARTE DE AMAR (m. 12 anos)
14.15, 16.30, 18.45 e 21.15 h

RATO BASÍLIO
(m. 6 anos)
14.45, 17, 19.15 e 21.45 h

Forum Picoas
— T. 541037
NIAGARA
(n/ac. a m. 13 anos)
19.00 e 22.00 h

Gemini
— T. 734009
RATO BASÍLIO
(m. 6 anos)
13.30, 15.30, 17.30, 19.30 e 21.30 h

Hollywood
— T. 802859
ALIENS — O RECONTRO FINAL
(m. 16 anos)
14, 16.30, 19, 21.30 e 24 h

ANA E AS SUAS IRMÃS
(m. 12 anos)
14.15, 16.45, 19, 21.30 e 23.45 h

Imperio
— T. 555134
LABIRINTO
(m. 6 anos)
15.15, 18.30 e 21.30 h

Las Vegas
— T. 631162
ALLIENS – O REENCONTRO FINAL
(m. 12 anos)
15.15, 18.30 e 21.30 h

AVENTURAS DE JACK BURTON NAS GARRAS DO MANDARIM
(m. 12 anos)
14, 16.30, 19 e 21.30 h

Londres
— T. 801313
AVENTURAS DE JACK BURTON NAS GARRAS DO MANDARIM
(m. 12 anos)
14.30, 16.45, 19 e 21.30 h

Mundial
— T. 538743
A MISSÃO
(m. 12 anos)
14, 16.30, 19 e 21.30 h

QUARTO COM VISTA SOBRE A CIDADE
(m. 12 anos)
14.15, 16.45, 19.15 e 21.45 h

RAN — OS SENHORES DA GUERRA
(m. 12 anos)
15, 18 e 21 h

Nimas
— T. 574362
O RATO BASÍLIO
(m. 6 anos)
13.30, 15.30, 17.30, 19.30 e 21.30 h

Odeon
— T. 326283
OS DESTRUIDORES IMPLACÁVEIS
(m. 16 anos)
14.30, 16.45, 19 e 21.30 h

Ohmpia
T. 325309
LOUCAS DE DESEJO
A partir das 14 horas
Sessões contínuas
(Int. men. 18 anos)

Pathe
— 821933
RAIVA SILENCIOSA
14.00, 16.30 e 21.30 h

Politeama
T. 326305
EMMANUELLE 4
(int. 18 anos)
14.15, 16.30, 19 e 21.30 h

Quarteto
T. 771378
BETTY BLUE – 27.º 2 DE MANHÃ
(m. 16 anos)
14.30, 16.45, 19 e 21.30 h
NEGÓCIO ARRISCADO
(m. 16 anos)
23.45 h

E.T. — O EXTRA TERRESTRE
(m. 6 anos)
14.30, 16.45, 19 e 21.30 h
UM FILME DOCE
(m. 16 anos)
23.45 h

NOVA IORQUE FORA DE HORAS
(m. 16 anos)
14.30, 16.45, 19 e 21.30 h
BRASIL O OUTRO LADO DO SONHO
(m. 16 anos)
23.30 h

O PASSAGEIRO DA NOITE
(m. 16 anos)
14.30, 16.45, 19 e 21.30 h
O TUBARÃO
(m. 16 anos)
23.30 h

Roma
T. 889192
A ESPADA DOS VALENTES
(m. 12 anos)
14, 16.30, 19 e 21.30 h

Roxy
T. 548560
O POLÍCIA DE HONG-KONG
(m. 12 anos)
14, 16.30, 19 e 21.30 h

S. Jorge
T. 579144
Sala 1
A MISSÃO
(m. 12 anos)
15.30, 18.30 e 21.15 h

Sala 2
E.T. — O EXTRA TERRESTRE
(m. 6 anos)
14.15, 16:45, 19.15 e 21.30 h

Sala 3
HOWARD O DESTINO DO MUNDO
(m. 12 anos)
14, 16.30, 19 e 21.45 h

7.ª Arte
— T. 730715
UM HOMEM E UMA MULHER VINTE ANOS DEPOIS
Realização Claude Lelouch
(m. 12 anos)
14.45, 17, 19.10, 21.45 e 23.45 h

Star
— T. 804210
NOVE SEMANAS E MEIA
(m. 12 anos)
15, 18.15 e 21.30 h

Terminal
— T. 371573
O RATO BASÍLIO
(m. 6 anos)
14.00, 16.30, 19 e 21.30 h

Tivoli
— T. 570595
RATO BASÍLIO
(falado em português)
(m. 6 anos)
14, 16.30, 19 e 21.30 h

Turim
T. 706666
IMPACTO IMORTAL
(m. 12 anos)
15.00, 17.30 e 21.45 h

Voxmania
— T. 888808
VIVER E MORRER EM LOS ANGELES
(m. 6 anos)
15.30, 18.15 e 21.00 h

Xenon
T. 368480
AS AVENTURAS DE JACK BURTON
(m. 16 anos)
14.15, 16.30, 19 e 21.30 h

Zodiaco
— T. 570151
Exibição permanente de filmes indianos
(m. 13 anos)
15.15, 18.15 e 21.30 h

Linha de Sintra
AMADORA — Cineteatro — «Borracho choque...para menina chique», às 15.30 e 21.30 h (m. 12 anos)

AMADORA — Cinestúdio — «Quarto com Vista Sobre a Cidade», às 15.30 e 21.30 h (m. 12 anos)

AMADORA — Babilónia — «Gente Gira n.º 2», às 15.15, 18.30 e 21.30 h (m. 6 anos)

CACÉM — Cinestúdio Flores «Finalmente a Primeira Vez», às 15 e 21.30 h (m. 16 anos).

ALGUEIRÃO — Cine Teatro Chaby — «Duelo Imortal», às 21.30 (m. 12 anos)

MEM MARTINS — Estúdio Dois Eme — «Cobra – O Braço Forte da Lei», às 15.30 e 21.30 h (m. 16 anos)

SANTO ANTÓNIO DOS CAVALEIROS — Cine St.º António — «Cristhiane F.», às 21.30 h (m. 16 anos)

Linha de Cascais
ESTORIL — Casino Estoril — «A Difícil Arte de Amar», às 17.00 e 21.15 h (maiores 12 anos)

ALGÉS — Cinema 2000 — «África Minha», às 15.00 e 21.00 h (m. 12 anos)

OEIRAS — Alto da Barra — Sala 1 — «Conan e os Bárbaros», às 14.15, 16.30, 18.30 e 21.30 h (int. 13 anos)

Sala 2 — «Betty Blue — 37.º e a da Manhã), às 15.30 e 21.45 h (m. 16 anos)

CARCAVELOS — Atlântida Cine — «A Rapariga do Vestido Cor-de-Rosa», às 15.30 e 21.30 h (m. 12 anos)

CASCAIS — Miramar — Sala 1 — «As Aventuras de Jack Burton nas Garras do Mandarim», às 15.15, 18.15 e 21.15 h (m. 16 anos)

Sala 2 — «Aliens o Reencontro Final», às 15.30 e 21.30 (m. 12 anos)

Outra Banda
ALMADA — Academia — «A Difícil Arte de Amar», às 15.30, e 21.30 h (m. 12 anos)

ALMADA — Incrível Almadense — «Silverado», às 15.30 e 21.30 h (m. 12 anos)

ALMADA — Cinestúdio — «Ventos do Holocausto», às 15.30, 18.15 e 21.30 h (m. 12 anos)

COSTA DE CAPARICA — Oceano — Sala 1 — «A Melhor Defesa», às 15.45 e 21.30 h (m. 12 anos)

Sala 2 — «Amanhecer Violento», às 16.15 e 21.45 h (m. 18 anos)

BARREIRO — Cinestúdio Barreirense — «O Extraterrestre», às 15 e 21.15 (m. 6 anos)

LINDA-A-VELHA — Cinetropical — «Gremlins o Pequeno Monstro», às 16 e 21.30 h (m. 12 anos)

ODIVELAS — Cineodivel — «Darye», às 15.30 e 21.30 (m. 6 anos).

CRUZ DE PAU — Cinema Lord — «Academia de Polícia III», às 16 e 21 h (m. 12 anos)

Farmacias

Lisboa — PERMANENTE — ALTO DO PINA: Eusil, R. Barão de Sabrosa, 104 (T. 841912); **ALTO DE SANTO AMARO - RIO SECO: Dilena**, R. Aliança Operária, 49-A-B (T. 636620): **ALVALADE: Roma**, Av. de Roma, 85-B (T. 772466); **BAIRRO ALTO: Labor**, R. Diário de Notícias, 73-83 (T. 323428); **BENFICA - IGREJA - CEMITÉRIO: Lisboa**, R. Cláudio Nunes, 73-A (T. 703393); **CAMPO-LIDE: Imparcial**, R. General Taborda, 28-30 (T. 680931); **CHELAS: Banha**, E. de Chelas, 173--175 (T. 382241); **ESTEFÂNIA: Universal**, R. Actor Taborda, 5-7 (T. 544158); **LUMIAR - QUINTA DAS MOURAS: Matos Viegas**, Av. Rainha D. Amélia, 34-B (T. 794174); **MARQUÊS DE POMBAL: Ribeiro & Castro, R. Braamcamp, 52-C (T. 543409); MARTIM MONIZ: Tavares**, R. da Palma, 194 (T. 863350); **OLIVAIS SUL: Higiene**, R. Cidade de Vila Cabral, lote 43 (T. 310026); **CARNAXIDE: Central de Carnaxide**, Av. de Portugal, 16-B (T. 2184913); **CODIVEL - ODIVELAS: Nabais Vicente**, R. A, lote 19-A, loja, Urbanização Codivel; **PONTINHA: Pimentel**, Az. dos Bezouros, lote R-8 (T. 991328).

REFORÇO — AREEIRO - APEADEIRO: Chinde, R. Agostinho Lourenço, 6-B (T. 890331); **CAMPO DE OURIQUE: Castro Fonseca**, R. 4 de Infantaria, 28-A (T. 688857); **CAMPO PEQUENO - AVENIDA DE ROMA: Galeno**, Av. Óscar Monteiro Torres, 38-A (T. 774920); **CARNIDE: Guimarães Morais**, R. Neves Costa, 33-35 (T. 7140081); **ENCOSTA DO RESTELO - MOINHOS: Tanara**, R. Rodrigo Reinel, 3-A (T. 611814); **IGREJA DE ARROIOS - CHILE: Oriental de Lisboa**, R. Alves Torgo, 2-B (T. 545079); **PAMPULHA - JANELAS VERDES: Nazário Pinto**, R. Presidente Arriaga, 39 (T. 667460); **SÃO SEBASTIÃO: Sá da Bandeira**, R. Marquês de Sá da Bandeira, 36-42 (T. 554672); **SAPADORES: Branquinho**, R. dos Sapadores, 87-89 (T. 842725); **SÉ: Santa Luzia**, R. da Saudade, 2-B (T. 869831); **TIVOLI - RESTAURADORES: Galénica**, R. das Pretas, 12-14 (T. 322588); **BRANDOA - AMADORA: Brito**, R. do Colégio, lote 32-B (T. 993351); **BURACA - AMADORA: Vaz Martins**, R. António Ferro, 6-A (T. 970660); **OLIVAL BASTO: Nova**, R. dos Açores, 11-A (T. 9810365); **PRIOR VELHO: Matos**, T. das Prioras (T. 2519939).

Outra Banda — ALMADA: Reis, R. Comandante António Feio, 19 (T. 2750504). Permanente; **COVA DA PIEDADE: Avelar da Silva**, R. Dr. Alberto Araújo, 19-A (T. 2750337). Permanente; **MONTE DE CAPARICA: Guerreiro**, lote 31, IJ, Moinho (T. 2950727). Até às 19 horas; **COSTA DE CAPARICA: Chai**, Av. General Humberto Delgado (T. 2403218). Até às 19 horas; **LARANJEIRO: Moderna**, R. Dr. António Elvas, 8-A (T. 2290305). Até às 22 horas; **SESIMBRA: Lopes**, R. Cândido dos Reis, 21 (T. 2233028). Até às 19 horas; **LAVRADIO: Parreira**, R. D. Silva Cristino, 15-A (T. 2042016). Até às 19 horas; **BARREIRO: Higiénica**, R. D. Manuel I, 178 (T. 2073017). Permanente; **BAIXA DA BANHEIRA: Aliança**, E. Nacional, 178-B (T. 2040302). Até às 19 horas; **CORROIOS: Universo**, E. Nacional, 10 (T. 2290084). Até às 19 horas; **AMORA: Nobre Guerreiro**, R. Dr. Emídio G. Mendes, 314 (T. 2212923). Até às 22 horas; **SEIXAL: Soromenho**, P. Paiva Coelho, 38 (T. 2213560). Até às 22 horas; **MONTIJO: Higiene**, R. José Joaquim Marques, 142 (T. 2310370). Até às 22 horas; **MOITA: União Moitense**, Av. Dr. Teófilo Braga (T. 239025). Até às 19 horas; **ALHOS VEDROS: Portugal**, Av. da Bela Rosa, 8 (T. 2040250). Até às 19 horas; **ALCOCHETE: Nunes**, L. Coronel Ramos da Costa, 10 (T. 2340147). Até às 19 horas; **SETÚBAL: Mira**, P. Jorge Afonso (T. 20428). Permanente; **Oliveira**, R. da Misericórdia, 10 (T. 22488). Permanente; **Portugal**, R. Camilo Castelo Branco, 134 (T. 23211). Até às 22 horas.

Linha de Cascais — ALGÉS: Cabrita, P. de Miraflores, lote 12 (T. 2101486). Permanente; **LINDA-A-VELHA: Moderna**, Av. 25 de Abril, 30-C (T. 4191235). Até às 19 horas; **TIRES: Guimarães**, L. Duartes, lote A, r/c (T. 2441616). Até às 22 horas; **ALCABICECHE: Carvalho**, B. Padre P. Correia, 4 (T. 2690363). Até às 22 horas; **PORTO SALVO: Ferreira Bastos**, R. D. Firmino Rebelo (T. 2421015). Até às 22 horas; **MALVEIRA DA SERRA: Luz**, E. Nacional (T. 2850635). Até às 22 horas; **OEIRAS: Mourão Vaz**, Av. de Moçambique, 17-C. Permanente; **NOVA OEIRAS: Leal**, Quinta da Palmeira, lote 24 (T. 2478737). Até às 22 horas; **CARCAVELOS: Vilar**, Av. Maria da Conceição, lote B (T. 2470777). Permanente; **SÃO DOMINGOS DE RANA: Godinho da Silveira**, R. Afonso de Albuquerque, lote B, loja 2 (T. 2470361). Até às 22 horas; **PAREDE: Grincho**, Av. da República, 87-A (T. 2471204). Permanente; **SASSOEIROS: Amaral Semblano**, Quinta das Encostas (T. 2461312). Até às 22 horas; **BIRRE: Imani**, lote 7-B, Hera (T. 2852121); **MADORNA: Madeira**, R. A (T. 2476326). Até às 22 horas; **AMOREIRA: Abrantes**, Vivenda Maria Carlos Anjos (T. 2682313). Até às 22 horas; **ESTORIL: Parque**, Arcadas do Parque, 3 (T. 260191). Até às 22 horas; **CASCAIS: Misericórdia**, R. do Regimento 19, 41 (T. 280141). Permanente.

Linha de Sintra — AMADORA: Cavaca, R. Elias Garcia, 209 (T. 4930019). Permanente; **Carlos**, R. Sebastião da Gama, 28-B, Casal de São Brás. Permamente; **DAMAIA: Nova**, R. Elias Garcia, 10 (T. 972530). Até às 22 horas; **QUELUZ: André**, Av. Elias Garcia, 151 (T. 950043). Até às 22 horas; **CAMARATE: Nova da Charneca**, R. Cidade de Lisboa, 9-A (T. 2571626). Até às 19 horas; **CACÉM: Miranda Garcia**, E. de Mem Martins, 173 (T. 9214103). Permanente; **MEM MARTINS: Garcia**, Av. dos Missionários, 2 (T. 9242181). Permanente; **MERCÊS: Claro Russo**, R. Abade Faria, 2-A (T. 9215275). Até às 22 horas; **RINCHOA: Cargaleiro Lourenço**, C. da Rinchoa, 38 (T. 9260194). Até às 22 horas; **SINTRA: Teresa Garcia**, L. D. Afonso, 3-A (T. 9232747). Permanente; **COLARES: Abreja** (T. 9290088).

Outras Farmácias — MOSCAVIDE: Pedro Gomes, B. 25 de Abril, lote 13 (T. 2519670). Permanente; **SACAVÉM: Maria**, R. Salvador Allende, lote 2 (T. 2514369). Até às 22 horas; **LOURES: Sálvia**, Av. da República, 29 (T. 2931240). Até às 22 horas.

Porto — DAS 9 ÀS 12 E DAS 14 ÀS 22 HORAS — VILARINHA, R. da Vilarinha, 161; **LAPA**, R. Antero de Quental, 211; **BONFIM**, R. do Bonfim, 73; **GOMES CARNEIRO**, R. de Cedofeita, 348; **FERREIRA DE CARVALHO**, R. do Bonjardim, 354.

TEATROS

ABC

Parque Mayer — Tel. 36 57 54

De 3.ª a sábado, às 20.30 e 22.45; domingos e feriados, às 16.00 e 21.30

«LISBOA, TEJO E TUDO», de César de Oliveira, Raul Solnado e Fialho Gouveia. Encenação de César de Oliveira. Interpretação: Carlos Miguel, Margarida Carpinteiro, Henrique Viana, Natalina José, José Camacho e Alexandra Solnado, entre outros.

Estoril — Teatro Mirita Casimiro

Av. Fausto Figueiredo, Cruzeiro — Tel. 267 03 20

Terças, quartas e quintas, às 15.15; sextas e sábados, às 21.30; sábados e domingos, às 16.00

«GALILEU GALILEI», de Bertolt Brecht. Encenação de Carlos Avilez. Intérpretes: João Vasco, Paulo B., Ana Paula e António Marques, entre outros.

Comuna — Sala 2

P. de Espanha — Tel. 726 08 18

De 3.ª a 6.ª, às 21.30; domingos, às 17.00

«VÍTOR OU AS CRIANÇAS NO PODER», de Roger Vitrac. Encenação de João Mota.

Teatro Nacional D. Maria II

P. D. Pedro IV — Tel. 32 22 10

Sala Garrett

De terça a sábado, às 21.30; sábados e domingos, às 16.00

«GUERRAS DO ALECRIM E MANJERONA», de António José da Silva («O Judeu»). Encenação de Carlos Avilez. Com: Rui de Carvalho, Manuel Coelho, São José Lapa, Catarina Avelar, Henriqueta Maia, e outros.

Maria Matos

Av. Frei Miguel Contreiras — Tel. 89 70 17

De 3.ª a sábado, às 20.00 e 22.45; domingos e feriados, às 16.00

«ISTO É MARIA VITÓRIA», de Henrique Santana, Francisco Nicholson, Rogério Bracinha e Mário Zambujal. Encenação de Ivone Silva. Intérpretes: Eugénio Salvador, Ivone Silva, Carlos Cunha e Marina Mota, entre outros.

Centro de Arte Moderna — Sala Polivalente

R. Dr. Nicolau Betencourt — Tel. 73 43 09

3.ª e 4.ª, às 18.30; 5.ª, 6.ª e sábado, s 21. domingo, às 15.00

«AMOR DE D. PERLIMPIM COM BELISA E SEU JARDIM», de Garcia Lorca, Encenação de Nuno Carinhas. Interpretação de Anamar, António Pires, Isabel Alarcão, José Wallenstein, Luís Madureira e Luísa Cruz.

Teatro Villaret

Av. Fontes Pereira de Melo, 30-A — Tel. 53 85 86

De 3.ª a domingo, às 21.30; domingos e feriados, às 16.00 e 21.30

«SAPATEADO», de Richard Harris. Versão portuguesa de César de Oliveira e Barry Scray. Encenação de Varela Silva. Intérpretes: Florbela Queiroz, Octávio de Matos, Manuela Maria, Mara Abrantes, Maria Tavares, Magda Cardoso, Luísa Barbosa, Manuela Carlos, Rosa do Canto e Fernanda Oliveira.

Teatro de O Século

R. do Século, 41 — Tel. 32 47 04

De 5.ª a sábado, às 21.45; domingo, às 17.00

«MEMÓRIAS DE UM CORPO», de José Figueiredo Martins. Encenação de Cunha Carvalheiro. Interpretação de José Figueiredo.

Porto — Teatro dos Modestos

R. Gonçalves Cristóvão, 190 — Tel. 20 412

De terça a sábado, às 21.30; domingos, às 16.00

«O JOGO DO AMOR E DO ACASO», de Marivaux. Pelo Grupo «Os Comediantes». Encenação: João Paulo Costa. Intérpretes: Eduardo Gomes, João Cardoso, João Paulo Costa, Óscar Branco, Rosa Quiroga e Teresa Nunes.

A Barraca

R. Alexandre Herculano, 70 — Tel. 68 63 00

De 3.ª a sábado, às 21.30; sábados e domingos, às 16.00

«OS POLÍCIAS», de Lrozeck. Encenação de Hélder Costa. Intérpretes: António Gomes, João Azevedo, José Carretas, Luís Tomar e Teresa Faria.

Trindade

R. Nova da Trindade — Tel. 32 00 00

De 3.ª a sábado, às 21.00; domingos, só às 16.00

«A MULHER DO CAMPO», de William Wycherley. Pelo Teatro da Cornucópia. Intérpretes: Rui Mendes, Júlia Correia, Júlia Buisel, José Manuel Mendes, Luís Lucas, Rui Furtado, Raquel Maria, Márcia Brea, Alda Rodrigues, Francisco Costa, Gilberto Gonçalves, Luís Miguel Cintra, entre outros. Música de José Mário Branco.

Variedades

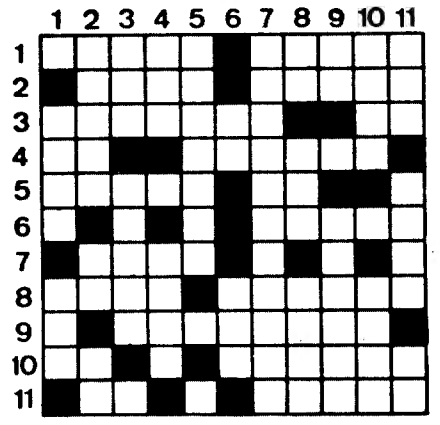
Parque Mayer — Tel. 32 60 37

Todas as noites, às 21.30; domingos e feriados, às 16.00

«AQUI HÁ FANTASMAS», original em português de Henrique Santana. Encenação de Henrique Santana. Intérpretes: Henrique Santana, Rita Ribeiro, Henrique Santos, Carlos Quintas, Armando Cortez, Maria Helena Matos, Luís Alberto e António Feio.

PALAVRAS CRUZADAS

COM PROVÉRBIO PROBLEMA N.º 16 926



HORIZONTAIS:

1 Mais cedo. Desenruga. 2 Elemento que entra em algumas palavras com o significado de ah! oh! Representar por gestos.
3 Volverão. Satélite de Júpiter.
4 Pequena ilha francesa fortificada do Mediterrâneo. Camponeses.
5 Limpe com vassoura. Pronome pessoal.
6 Ensejos.
7 Causa amuo a.
8 Aquele que. Dinheiro (gir).
9 Residência do sultão da Turquia.
10 Pertences. Venerava.
11 Pronome reflexo. Restos mortais.

VERTICAIS:

1 Esperto (fig). Pronome relativo.
2 O mesmo que navalha (pop). Ouro (s.q). Abreviatura de Santíssimo.
3 Possuir. Versejes.
4 Época. Cidade da Suécia.
5 Rio de Portugal.
6 Ouro (s.q). Istmo montanhoso que liga a Indochina à península de Malaca.
7 Envolvido em mortalha.
8 Vi. Rio de França. Gavinhas.
9 Prefixo de negação. Nome de peixes.
10 Vais para fora. Lugarejo.
11 Anel. Tosta. Arsénio (s.q).

Resolveu completamente este problema? Procure, agora em segundo passatempo, o provérbio nele inscrito.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 16 925

HORIZONTAIS:

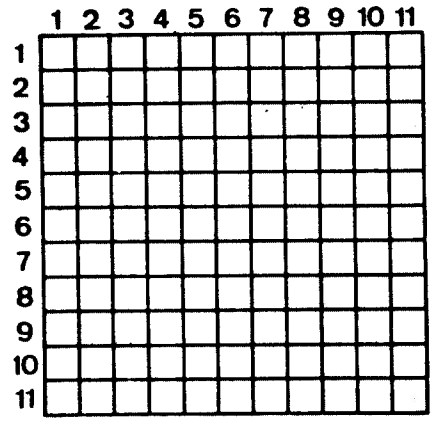
1 PARA. OS. Ela.
2 Acampeis. Si.
3 Ob. Uta. Pás.
4 Criara. Curi.
5 Co. Varas.
6 Recostados.
7 Aram. Iu.
8 Cá. Eta. Cabo.
9 Om. Tufão. Ar.
10 Eo. Adão.
11 SS. Moscardo.

VERTICAIS:

1 Pá. CORAÇÕES.
2 Açor. Eramos.
3 Rabi. Cá.
4 Am. Acometam.
5 PUROS. TUDO.
6 Oeta. Afãs.
7 Sia. Via. Coa.
8 Caduco.
9 É. PURO. Sr.
10 Liaras. Ba.
11 Assis. Corgo.

PROVÉRBIO: Para os corações puros, tudo é puro.

NOVA MODALIDADE PROBLEMA N.º 14 755



HORIZONTAIS:

1 Recusa. Crescem.
2 Tapai. Amónio (s.q).
3 Minas (abrev). Nome de peixe.
4 Alegria. Negativa.
5 Também não. Aparências.
6 O sustento. Rogo.
7 Debruaras.
8 Pronome possessivo. Transmontano (abrev).
9 Hectograma (abrev). Mau. Moderato.
10 Divide em ruas. Calote.
11 Adicionar. Bacanal.

VERTICAIS:

1 Sódio (s.q). Ave muito usada em culinária (pl).
2 Equipa. Papão.
3 Provenientes. Antiga unidade monetária da Alemanha.
4 No lugar em que. Reis. O mesmo que uma (ant. e pop).
5 Mililitro. Suplicar.
6 Hélio (s.q. e inv). Autores.
7 Ofereces. Casa pequena e habitada por muitas pessoas.
8 Espécie de forragem (Bras). Equipar.
9 Pessoa astuta. Rei de Basã, morto por ordem de Moisés.
10 Contristar. Samário (s.q).
11 Moderato. Solitário. Vila e concelho do distrito de Évora.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 14 754

HORIZONTAIS:	VERTICAIS:
1 Que. Cor.	1 Oiros. Vício.
2 In. Cl. Ari.	2 No. Amial.
3 Rola. Há.	3 Pobre.
4 Nuas. Rio.	4 Urano. Aarão.
5 Sapo. Sir.	5 Soca.
6 Mo. Canecão.	6 Chamam.
7 Viba. Machos.	7 Elas. Nata.
8 Iaras. Tão.	8 Secaras.
9 Clero. Ar.	9 Capricho. No.
10 Aca. Anás.	10 Or. Irão. Mat.
11 Soa. Aşoto.	11 Rico. Oso. Só.

Rádio

Antena Um

16.00: Pequeno jornal e rocklândia; **18.00**: Regressos; **19.00**: Informação e música; **20.00**: No estúdio e no estádio; **20.15**: Música portuguesa; **20.30**: A voz de Roma; **21.00**: Musical; **21.30**: Imaginário. Noticiários de hora a hora.

Programa 2

16.00: Música do século XX; **16.42**: Sonata, n.º 48, em dó maior, de Haydn; **17.00**: Integrais; **17.30**: Música de todos os quadrantes; **18.00**: Solos de piano; **18.40**: Serenata, n.º 9, em ré maior, K. 320, de Mozart; **19.22**: Sonata, em ré maior, op. 6, para dois pianos, de Beethoven; **19.30**: As cores e as formas; **20.00**: Cantata, BWV 140, de Bach; **20.40**: A voz de Roma; **21.00**: Sinfonia, n.º 5, em si bemol maior, op. 100, de Prokofief; **21.45**: «Nuits», de Xenakis; **22.00**: Histórias de música e... outras; **22.30**: Solos de órgão; **23.00**: Intercâmbio musical; **01.00**: Fecho. Noticiários de hora a hora.

RÁDIO COMERCIAL

Onda Média (283, 290 e 397m)

14.00: Programa da tarde; **17.00**: Feira mágica; **20.00**: Peça que a gente passa; **22.00**: Portugal e a CEE; **22.15**: Religiosos; **22.30**: Tempo e resultados; **23.00**: 24.ª hora; **01.00**: É de noite... já se vê; **03.00**: Guarda-nocturno. Noticiários de hora a hora.

RC-FM-Estéreo (97,4 MHz)

15.00: Casa da música; **16.00**: Som da frente; **17.00**: Rock em stock; **18.00**: Círculo em FM; **19.00**: Em órbita; **20.00**: Nova geração; **21.00**: O sabor da música; **22.00**: As mil e uma noites; **00.00**: Morrison Hotel; **02.00**: O rock pode esperar; **03.00**: Guarda-nocturno. Noticiários de hora a hora.

RÁDIO RENASCENÇA

Canal 1-Rede Nacional de OM e FM

15.00: Espaço musical; **18.00**: Bola branca; **18.30**: Transmissão do terço; **19.00**: Fim-de-tarde; **20.00**: Programa da LAR; **21.00**: Luzes da ribalta; **23.00**: Bola branca; **23.55**: Meditando.

Onda Média Regional-Voz do Alentejo

14.00: Sopa dourada; **15.00**: As boas tardes da Renascença; **18.30**: Ligação à rede nacional; **19.00**: Alentejo em notícia; **19.30**: Diversos; **20.00**: Ligação à rede nacional.

Voz do Minho e Voz do Porto

15.00: As boas tardes da Renascença; **18.30**: Ligação à rede nacional; **19.00**: Jornal das regiões; **19.30**: Ligação à rede nacional.

Voz de Lisboa

12.05: Pentagrama; **12.30**: Bola branca; **13.00**: Onda; **13.30**: Encontro para dois; **14.00**: Meiatarde; **15.00**: A Rádio da cidade; **18.30**: Sete colinas; **20.00**: Diálogo; **20.30**: Transmissão do terço; **21.00**: Música no espaço; **23.30**: Diário do desporto; **23.57**: Meditando.

Canal 2

20.00: Serra de estrelas; **22.00**: Oceano Pacífico. Noticiários a todas as horas.

TELEVISÃO

RTP 1

18.02 - Sumário
18.07 - Brinca Brincando
«O Inverno Mágico de Roland» e «O Anel Mágico»

18.50 - Show Bis
19.30 - Telejornal
20.00 - Boleteim Meteorológico
20.15 - Vamos Jogar no Totobola
20.30 - Viver a Vida
Episódio 35º

21.05 - Lotação Esgotada

«O Lugar do Morto»: - Às seis da manhã, Álvaro Serpa, jornalista, trinta e poucos anos, «dois casamentos, dois filhos, dois divórcios», sai da casa de Marta, cuja filha o surpreendeu na cama com a mãe. Atravessa a estrada marginal em contravenção e vem encostar o carro num descampado à beira mar.

É aquela hora indecisa em que o dia está para nascer. Para ele é tarde demais para ir dormir e cedo demais para entrar no jornal. Recostas-se no carro e adormece. Subitamente é acordado por vozes ao longe. Ao fundo, um insólito par - ele de «smoking», ela de vestido de noite e casaco de peles - discutem e agridem-se. Num impulso, ela corre para o carro de Álvaro. Entra e diz-lhe: «Leve-me daqui!» Álvaro, como um sonâmbulo, obedece, enquanto ouve o outro gritar: «Ana!»...

Realizador: António Pedro Vasconcelos

Interpretes: - Ana Zanatti, Pedro Oliveira, Teresa Madruga, Diogo Vasconcelos, Manuela de Freitas, Ruy Furtado, Lídia Franco, Isabel Mota.

22.55 - 24 Horas
23.25 - Remate

No 2.º canal, às 21.30, «West Side Story» — um filme – documentário sobre a gravação do disco, sob a direcção de Leonard Bernstein

No 1.º canal, às 21.05 em «Lotação Esgotada», pode ver «O Lugar do Morto» com Ana Zanatti e Pedro Oliveira

RTP 2

15.02 - Agora Escolha
16.30 - Notícias
16.35 - O Incrível M. Pye
17.30 - Trinta Minutos Com...
18.00 - Vidas em Perigo
«A Vida nas Dunas»

18.30 - Estádio
19.30 - Artistas Portugueses
«Almada Negreiros»

20.00 - Transmissão directa, de Portalegre, do jogo de futebol Portugal-Grécia

21.00 - Jornal das Nove
21.30 - West Side Story

Um filme documentário sobre os ensaios e as várias sessões de gravação do disco West Side Story.

Nesta gravação dirigida por Leonard Bernstein surgem alguns dos melhores cantores de ópera da actualidade:

- Jiri Te Janawa, Kosé Carreras, Tatiana Troyanos, Jurt Ollmann.

Este filme regista o momento único em que o próprio compositor da obra, Leonard Bernstein, dirige a sua West Side Story.

23.00 - E de Ler

AMANHÃ

RTP 1

18.02 - Sumário
18.07 - Brinca Brincando
18.50 - Show Bis
19.30 - Telejornal
20.00 - Boletim Meteorológico
20.10 - Viver a Vida
20.55 - Europa
21.30 - Face a Face
22.00 - Kane e Abel
22.55 - 24 Horas
23.25 - Remate

RTP 2

14.02 - Música Box
15.00 - Agora Escolha
16.30 - Trinta Minutos Com...
17.30 - Série de Ficção
18.00 - Notícias
18.05 - Estádio
19.30 - Countdown
20.00 - Notícias
20.05 - 5ª Dimensão
20.30 - Uma Família às Direitas
21.00 - Jornal das Nove
21.35 - A Quinta do Dois
23.30 - E de Ler

PORTE PAGO

DL

Propriedade, Composição e Impressão: RENASCENÇA GRÁFICA, SARL
Administração, Redacção, Publicidade e Serviços Técnicos: RUA LUIZ SORIANO, 44 — 1200 LISBOA
TELEFONES: 32 11 54 / 5 – 32 02 71 a 3 Publicidade 36 87 40
Serviço da noite (depois das 21): Portaria 32 11 54 Redacção: 32 02 71 / 2 / 3
Endereço Telegráfico DIÁRIO — Telex 12 363 LISBOA PORTUGAL
Distribuição: INTERPRESS Rua do Norte, 115-1 — 1200 LISBOA
TELEFONES: 32 21 00 – 32 22 04 – 32 07 84
Preço do «DL» na Madeira: 40$00
DEPÓSITO LEGAL: 1426/82

Fundador **Joaquim Manso** Director **A. Ruella Ramos** Director adjunto **Fernando Piteira Santos**

ÚLTIMA HORA

O Presidente da República, Mário Soares, deverá ser o convidado de honra da 73ª Conferência Internacional do Trabalho, a realizar em Junho, em Genebra, na Suiça. A confirmar-se esta informação, Mário Soares será o primeiro português a ter a «categoria» de convidaddo de honra da Conferência e o seu nome terá sido escolhido de uma lista que incluia mais de 60 individualidades. Nessa circunstância, Soares deverá fazer um discurso perante os mais de dois mil participantes, em representação de 150 países membros da OIT.

Processo de corrupção na PJ do Porto

Regadas visto em Lisboa na companhia dum advogado

O subinspector Júlio Readas, sobre quem pende um mandato de captura por alegado envolvimento no processo de corrupção na Polícia Judiciária do Porto, terá sido visto na noite de anteontem em Lisboa, acompanhado de um advogado, segundo foi revelado ao «DL» por uma fonte próxima da instituição da Gomes Freire.

A mesma fonte considerou assim ser destituída de qualquer fundamento a presença de Júlio Regadas em Espanha e muito menos no Brasil, onde notícias vindas a lume na Imprensa nortenha o diziam ter referenciado na companhia de um subinspector da PJ já reformado, igualmente indiciado no processo por envolvimento numa das histórias das pratas, propriedade de Maria da Graça Lopes, a antiga amante do cônsul da Áustria no Porto, José Guimarães (já falecido), autora de burlas no valor de milhares de contos, neste momento detida em Custóias, e acusada de ter subornado os elementos da Polícia Judiciária réu do processo.

De referir que Júlio Regadas esteve instalado em 1976, em Vigo, na residência de Joaquim Torres (assassinado em Paredes), numa altura em que estava a ser procurado por comprometimento na rede bombista em que estiveram indiciados, entre outros, o próprio Joaquim Torres, o major Mota Freitas e o capitão Caimoto Duarte.

Tribunal de Setúbal julga caso de tráfico de droga

Oito individuos acusados de tráfico de droga, receptação de roubos e assaltos começaram ontem a ser julgados no Tribunal Judicial de Setúbal.

Os réus Mário Rui Crispim, António Conceição Cardoso, Alberto Brito Fonseca, Manuel Rodrigues Carvalho, Manuel Francisco Pais, Alexandrino Biscaia, Carlos Alberto Cunha e José António são acusados de terem introduzido em Portugal 65 quilogramas de haxixe proveniente do norte de África, com passagem por Espanha, que foram comercializadas em Coimbra.

Os actos reportam-se a Outubro de 1985, tendo o grupo sido desmantelado pelas secções da Policia Judiciária de Coimbra e Setúbal que, de acordo com o auto de acusação, apreenderam armas e diverso material utilizado nos negócios ilicitos. O réu António Conceição Cardoso responde, ainda, por 25 assaltos em Lisboa e Setúbal.

Dos restantes réus, Mário Rui Crispim e Alexandrino Biscaia são figuras muito conhecidas em Setúbal, visto serem proprietários de duas conhecidas «boites» daquela cidade.

O Presidente do Tribunal Colectivo que efectua o julgamento, Juíz Adriano Sebastião Póvoas disse à agência Lusa que o julgamento se prolongará por toda esta semana, sendo o acordão lido no meio da próxima semana, no que é considerado o mais importante julgamento de casos de droga realizado em Setúbal, e um dos mais importantes do País.

Acusado de violar sobrinha de 14 anos

Uma rapariga de 14 anos, que apareceu grávida, acusou um seu tio materno de a ter violado na residência que ocupa, em Chelas, com a mãe e o padrasto. A jovem disse que o facto ocorreu há cinco meses, tendo já sido participado à Polícia Judiciária. O presumível violador, de 50 anos, é casado e tem três filhos.

/D/E/C/A/R/A/S/

LADY DI permanece a britânica mais popular em países dos cinco continentes, mas nos Estados Unidos o seu lugar é ocupado por Margaret Thatcher, revela uma sondagem publicada em Londres. A sondagem, divulgada na revista «Woman Own» disse que a mulher do príncipe Carlos, herdeiro do trono, permanece quase tão popular como há dois anos. A mulher do príncipe André, a duquesa de York, está nos cinco primeiros lugares apenas por quatro vezes, e foi a quarta favorita nos Estados Unidos e Japão.

CARL LEWIS, campeão olímpico, afirmou estar já recuperado da intervenção cirúrgica a que foi submetido há poucos meses, e pretender agora participar em torneios. «Já não me ressinto da operação que me manteve afastado algum tempo, e penso obter rapidamente a boa forma física e participar em torneios nacionais ou internacionais», disse o atleta.

MIKIS THEODORAKIS declarou na cidade italiana de Palermo que «não existe democracia na Grécia». Em Palermo, para uma série de recitais, o compositor, membro do Partido Comunista da Grécia, esclareceu que não se demitiu do cargo de deputado por atravessar uma «crise ideológica pessoal» mas porque «o Parlamento grego não existe». O compositor referiu ainda que «Em Atenas nenhum partido tem a coragem e a possibilidade de pronunciar-se contra a política de Papandreou e reina um social-chauvinismo».

ARTHUR RUBINSTEIN nasceu faz no próximo dia 28 cem anos e, para comemorar essa data, o filho do pianista encontra-se já em Lodz, a 200 quilómetros a sul de Varsóvia, para dirigir um concerto. Lodz é a cidade natal de Arthur Rubinstein, falecido em 1982. O jornal «Zycie Warszawy» noticiou que John Rubinstein dirigirá, nos dias 9 e 10, a Filarmónica de Lodz na execução de obras de Ravel, Chopin e Gershwin. Esta é a primeira vez que o filho de Rubinstein, actor e compositor, dirige um concerto desta envergadura.

IMPÉRIO ARGENTINA, actriz sexagenária, voltou ao cinema e é «cabeça de cartaz» na mais recente película do realizador Jose Luis Borau, «Tata Mia» (Avózinha Minha). A história do regresso da actriz, um dos «mitos» do cinema espanhol, cemeçou há alguns meses, quando Borau a visitou na sua residência em Benalmadena, localidade espanhola na costa do Mediterrâneo, e a convidou a voltar a enfrentar as câmaras. Malena, como a actriz é conhecida na intimidade, «pensou muito» no convite e acabou por aceitar, pondo termo a 20 anos de afastamento.

ROMAN POLANSKI, figura de destaque no panorama do cinema mundial, chegou ontem a Amesterdão, não para preparar ou iniciar a rodagem de um futuro filme, mas sim para assistir à estreia naquela cidade holandesa do seu último filme, «Os Piratas», que abriu o Festival de Cannes e, mais recentemente, o de Tróia.

PRD ataca na defesa

Continuação da pág. 1

Estas cartas têm praticamente todas o mesmo teor e nelas se formula, como referimos, um pedido de audiência, baseado no facto de que, em virtude dessa interpelação, haveria interesse em explicitar os termos da mesma e recolher algumas informações de que necessitasse.

Um porta-voz do EMGFA confirmou-nos esta manhã que o general Lemos Ferreira havia recebido de facto uma carta nesse sentido que «foi oportunamente respondida numa forma normal». Escusou-se no entanto a revelar o teor da resposta, invocando questões de ética face ao respectivo destinatário, mas sublinhou que tudo foi «transparente».

O «DL» apurou entretanto que até agora o PRD só recebeu a resposta do CEMGFA, a qual refere que as informações pretendidas devem ser pedidas ao ministro da Defesa.

Instado a explicar por que razão entre tantas matérias possíveis para um interpelação o PRD havia escolhido esta, um responsável do PRD disse-nos tratar-se de «uma áreas que dá pano para mangas».

A política de Defesa tem suscitado nos últimos anos bastante polémica e gerado evidente descontentamento no seio da instituição militar, embora superado pelo pelo sentido ético e disciplinar de que as Forças Armadas têm dado provas.

Emissoras locais saúdam o Parlamento

Catorze emissoras de rádios locais não legalizadas saudaram a Assembleia da República pela aprovação da lei dos licenciamentos de estações de rádio e afirmaram repudiar «manobras dilatórias que visem atrasar o aparecimento legal de novas emissoras».

«1987 poderá ficar para a história como o ano da legalização de dezenas de emissoras privadas que estão desde a primeira hora ao serviço das populações de cada região» — acrescentam em comunicado.